

**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA  
DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**FABRÍCIA PAVESI HELMER**

**JUVENTUDE E POBREZA: UM ESTUDO SOBRE ACOLHIMENTO  
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

VITÓRIA  
2018

**FABRÍCIA PAVESI HELMER**

**JUVENTUDE E POBREZA: UM ESTUDO SOBRE ACOLHIMENTO  
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Raquel de Matos Lopes Gentili.

VITÓRIA  
2018

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
EMESCAM – Biblioteca Central

---

H478j Helmer, Fabrícia Pavesi.  
Juventude e pobreza : um estudo sobre acolhimento  
institucional de crianças e adolescentes / Fabrícia Pavesi  
Helmer. - 2018.  
114 f.: il.

Orientadora: Profª. Drª. Raquel de Matos Lopes Gentili.

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e  
Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa  
Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM, 2018.

1. Jovens – desigualdade social. 2. Jovens - pobreza. 3.  
Acolhimento institucional. 4. Inclusão social. I. Gentili, Raquel de  
Matos Lopes. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de  
Misericórdia de Vitória, EMESCAM. III. Título.

CDD: 305.56

---

**FABRÍCIA PAVESI HELMER**

**JUVENTUDE E POBREZA: UM ESTUDO SOBRE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 04 de maio de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raquel de Matos Lopes Gentili  
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de  
Misericórdia de Vitória – EMESCAM  
**Orientador**

---

Prof Dr César Albenes de Mendonça Cruz  
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de  
Misericórdia de Vitória – EMESCAM  
**Membro Titular Interno**

---

Prof Dr Rafael Bellan Rodrigues de Souza  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
**Membro Titular Externo**

## AGRADECIMENTOS

Quando decidi que ingressaria no mestrado, já tinha ciência de como seria difícil esse processo. Tive que fazer muitas escolhas, tomar muitas decisões para que o sonho se concretizasse, mas, ao mesmo tempo, foi um processo muito prazeroso, de muitas construções, aprendizados, crescimentos e avanços inimagináveis. Muitas pessoas foram essenciais nesse percurso e nada mais justo do que agradecer-las nesse momento.

À minha família, minha mãe Marlene, meu padrasto Gabriel e meu irmão Fabiano, por serem minha base, meu apoio e minhas companhias em momentos de lazer.

Ao meu marido Rafael pelo apoio, mesmo que à sua maneira, sempre procurando me distrair, mesmo quando não era o momento. Ah, e por sempre fazer o meu café.

Ao meu universo canino, meus cinco amores vira-latas, Estrela, Cometa, Lua, Sol e Preta, por sempre me mostrarem que a vida é simples e pode ser bem divertida e alegre, apesar de algum sofrimento do passado.

A minha querida orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raquel Gentilli, pela correção apuradíssima, pela disponibilidade em ouvir, responder, iluminar meus pensamentos, embarcar comigo sempre quando eu falava: abriu prazo para envio de artigo! Seja em artigos para revistas ou artigos para congressos formamos uma parceria forte e com ela aprendi muito. Meu eterno agradecimento.

Aos amigos que a vida me deu, que me fazem companhia nos momentos de relaxamento, que ouvem meus desabafos e suportaram minha ansiedade. Com os amigos a vida fica mais leve.

À Yara Musiello, que foi luz nos momentos iniciais do mestrado. Serei eternamente grata.

À Gabriela Rizzi pelo empenho nos momentos finais para a realização da defesa. Muito obrigada!

Aos alunos da turma do curso de Serviço Social da EMESCAM, turma 2017/1, por me receberem tão bem, por respeitarem meus limites e pela oportunidade de compartilharmos conhecimentos durante o período do estágio docência.

Ao coordenador do programa de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento

Local da EMESCAM, Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz, pelas contribuições e oportunidades a mim concedidas.

Aos demais professores do programa de Mestrado por dividirem seus conhecimentos com grande competência e respeito.

Agradeço também a banca de qualificação que foi composta pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cenira Andrade de Oliveira e pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angela Maria Caulyt Santos da Silva, pelas valiosas contribuições que embasaram novas construções que seguem nesse trabalho. E de forma preliminar, agradeço a banca de defesa dessa dissertação composta pelo Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz e pelo Prof. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza, pela disponibilidade e pela contribuição a este estudo.

Agradeço também a todos os entrevistados: aos jovens que mesmo diante de grandes dificuldades vividas foram solícitos e trouxeram grandes contribuições a esta pesquisa; e também a equipe técnica das instituições de acolhimento pelas informações valiosas, mantendo a ética e o saber técnico.

Por fim, agradeço à vida, à força que se adquire num mundo tão desigual, que nos (im)põem, diariamente, desafios na luta pela construção de conhecimentos, na resistência a um Estado excludente por natureza e na busca por uma sociedade diferente e mais igualitária.

## O OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

[...] Era ele que erguia casas  
Onde antes só havia chão.  
Como um pássaro sem asas  
Ele subia com as casas  
Que lhe brotavam da mão.  
Mas tudo desconhecia  
De sua grande missão:  
Não sabia, por exemplo  
Que a casa de um homem é um templo  
Um templo sem religião  
Como tampouco sabia  
Que a casa que ele fazia  
Sendo a sua liberdade  
Era a sua escravidão.

De fato, como podia  
Um operário em construção  
Compreender por que um tijolo  
Valia mais do que um pão? [...]  
Com suor e com cimento  
Erguendo uma casa aqui [...]  
Um quartel e uma prisão:  
Prisão de que sofreria  
Não fosse, eventualmente  
Um operário em construção.

Mas ele desconhecia  
Esse fato extraordinário:  
Que o operário faz a coisa  
E a coisa faz o operário.  
De forma que, certo dia  
À mesa, ao cortar o pão  
O operário foi tomado  
De uma súbita emoção  
Que tudo naquela mesa  
- Garrafa, prato, facão -  
Era ele quem os fazia  
Ele, um humilde operário,  
Um operário em construção [...]  
Notou que sua marmitta  
Era o prato do patrão  
Que sua cerveja preta  
Era o uísque do patrão  
Que o casebre onde morava  
Era a mansão do patrão [...]  
E o operário disse: Não! [...]  
Como era de se esperar  
As bocas da delação  
Começaram a dizer coisas  
Aos ouvidos do patrão. [...]  
- "Convençam-no" do contrário -  
Disse ele sobre o operário [...]

Em vão sofrera o operário  
Sua primeira agressão [...]  
Porém, por imprescindível  
Ao edifício em construção  
Seu trabalho prosseguia  
E todo o seu sofrimento  
Misturava-se ao cimento  
Da construção que crescia.

Sentindo que a violência  
Não dobraria o operário  
Um dia tentou o patrão  
Dobrá-lo de modo vário.  
De sorte que o foi levando  
Ao alto da construção  
Mostrou-lhe toda a região  
E apontando-a ao operário  
Fez-lhe esta declaração:  
- Dar-te-ei todo esse poder [...]  
Dou-te tempo de lazer  
Dou-te tempo de mulher.  
Portanto, tudo o que vês  
Será teu se me adorares  
E, ainda mais, se abandonares  
O que te faz dizer não.

Disse, e fitou o operário  
Que olhava e que refletia  
Mas o que via o operário  
O patrão nunca veria. [...]  
E em cada coisa que via  
Misteriosamente havia  
A marca de sua mão.  
E o operário disse: Não!  
- Loucura! - gritou o patrão  
Não vês o que te dou eu?  
- Mentira! - disse o operário  
Não podes dar-me o que é meu.

E um grande silêncio fez-se  
Dentro do seu coração [...].  
Um silêncio de fraturas  
A se arrastarem no chão.  
E o operário ouviu a voz  
De todos os seus irmãos  
Os seus irmãos que morreram  
Por outros que viverão.  
Uma esperança sincera  
Cresceu no seu coração  
E dentro da tarde mansa  
Agigantou-se a razão  
De um homem pobre e esquecido  
Razão, porém que fizera  
Em operário construído  
O operário em construção.  
(Vinícius de Moraes)

## RESUMO

O estudo tem por objeto a análise da visão de jovens pobres sobre o processo de acolhimento institucional de seus filhos em instituições no município de Vila Velha-ES. Analisa suas visões sobre esta modalidade de atenção especializada no município de Vila Velha - onde o acolhimento é provisório e os vínculos familiares são mantidos -, a partir das suas condições de vida (aspectos econômicos e sociais) e suas visões ideológicas de mundo sobre a realidade social em que vivem. Adotou-se uma abordagem qualitativa de pesquisa, cuja coleta de dados foi realizada mediante entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa. Teoricamente, recorreu-se ao suporte da perspectiva do método dialético-crítico, como forma de abarcar a totalidade da vida social e as contradições impostas ao cotidiano da vida dos sujeitos. A dissertação analisa a pobreza na lógica da acumulação capitalista e verifica como essa realidade se apresenta na especificidade deste segmento muito circunscrito de jovens. Com o avanço da pesquisa, constatou-se que os jovens em estudo compõem, em sua maioria, o segmento social da classe trabalhadora, incluídos no conceito marxiano de *lumpemproletariado*, quando em virtude de condições exíguas de sobrevivência estão alheios a um projeto de emancipação, pois, mediante suas condições de vida, a consciência de classe pode não se efetivar.

**Palavras-Chave:** Jovens. Pobreza. Acolhimento institucional. Consciência de classe

## ABSTRACT

The study aims to analyze the vision of poor young about the process of institutional shelter of their children in institutions in the municipality of Vila Velha-ES. It analyzes its views on this modality of specialized care in the municipality of Vila Velha - where the shelter is temporary and family ties are maintained -, based on their living conditions (economic and social aspects) and their ideological visions of the world on the reality in which they live. It was adopted a qualitative research approach, whose data collection was performed through semi-structured interviews with the research subjects. Theoretically, it appealed to the support of the perspective of the dialectical-critical method as a way of encompassing the totality of social life and the contradictions imposed to the daily life of the subjects. The dissertation analyzes poverty in the logic of capitalist accumulation and verifies how this reality is presented in the specificity of this very circumscribed segment of teenagers. With the advancement of the research, it was verified that the studied teenagers compound mostly the social segment of the working class, included in the Marxian concept of *lumpenproletariat* when, by virtue of small conditions of survival, they are uninvolved to a project of emancipation, because, through their living conditions, class consciousness may not take effect.

**Keywords:** Young. Poverty. Institutional shelter. Class Consciousness.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Instituições e número de crianças/adolescentes.....	14
Tabela 2 – Identificação inicial dos jovens entrevistados.....	68

## LISTA DE SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMESCAM	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NEJUP	Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Plano Nacional de Assistência Social
PT	Partido dos Trabalhadores
SEJUS	Secretaria de Estado da Justiça
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TLCE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A POBREZA NA LÓGICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>JUVENTUDES COMO REALIDADES DIFERENCIADAS NAS SOCIEDADES ATUAIS .....</b>	<b>34</b>
3.1	OS JOVENS POBRES NO BRASIL .....	40
<b>4</b>	<b>CONSCIÊNCIA DE CLASSE E VISÃO IDEOLÓGICA DE MUNDO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>JOVENS PAIS E MÃES: PERFIL E CONDIÇÕES DE VIDA.....</b>	<b>68</b>
5.1	JOVENS PAIS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE SEUS FILHOS: O QUE PENSAM.....	80
5.2	DA PRECARIIDADE A AUSÊNCIA: O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL SOB A ÓTICA DOS TÉCNICOS ENTREVISTADOS .....	88
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>98</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>109</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>110</b>
	<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....</b>	<b>111</b>
	<b>APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) .....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A temática da juventude começa a ganhar atenção no âmbito das políticas sociais, principalmente quando o jovem passa a entrar nas estatísticas de desemprego, comprometendo seu futuro e das demais gerações.

Análises realizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2007 constataram que quase metade dos desempregados eram jovens. Dez anos depois, em 2017, dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontaram que 30% dos jovens brasileiros estariam sem trabalho, sendo a maior taxa desde 1991.

Verificando como o mercado de trabalho se apresenta aos jovens pobres, percebe-se que estes representam uma massa da população à margem, com pouca chance de ser reincluída nos padrões atuais de desenvolvimento econômico. As experiências escolares dos jovens pobres mostram que a instituição escolar não atinge as expectativas e se coloca distante dos interesses e das necessidades deles.

Esses jovens expressam um contexto de uma nova desigualdade social, numa sociedade que apenas lhes abrem perspectivas frágeis e insuficientes de inclusão. Além disso, amplos contingentes juvenis de famílias pobres deixam a escola para se incorporarem precariamente e de forma prematura no mercado de trabalho informal ou experimentam desemprego e desocupação prolongada (DAYRELL, 2003).

Tem-se, hoje, muitas famílias jovens inseridas nesse contexto. Mães e pais jovens que enfrentam dificuldades e incertezas, principalmente quanto à situação social expressa em dados de desemprego, frágil escolaridade, saúde, cultura, lazer e violência juvenil. Jovens que, devido a diversas questões, delegam o cuidado de seus filhos à outra pessoa ou passam a contar com as políticas de assistência, dentre elas o acolhimento institucional para seus filhos.

Desse modo, este trabalho tem como objeto a análise da visão de jovens pobres sobre o processo de acolhimento institucional de seus filhos em instituições no município de Vila Velha-ES. Analisa-se suas visões sobre esta modalidade de atenção especializada no município de Vila Velha - onde o acolhimento é provisório e os vínculos familiares são mantidos -, a partir das suas condições de vida

(aspectos econômicos e sociais) e suas visões ideológicas de mundo sobre a realidade social em que vivem, apontando questões teóricas e dilemas profissionais. Considera-se, portanto, os aspectos que estão presentes na realidade social e econômica, que afetam suas condições de vida, contribuindo para o acolhimento institucional de seus filhos. A questão que norteou a pesquisa foi: quais as condições de vida de jovens pobres com filhos em acolhimento institucional no município de Vila Velha e quais suas visões ideológicas de mundo?

A aproximação com o tema juventude ocorreu na graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a partir do ingresso no Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo, o NEJUP, e, mais tarde, em uma especialização concretizada, com o estudo de uma política pública de juventude no município de Vitória, o que trouxe mais motivação para a continuidade do estudo.

Nesse sentido, a realização dessa pesquisa foi motivada por afeição pessoal e interesse acadêmico e profissional, visando construir uma compreensão sobre as situações concretas vividas por determinados segmentos de jovens, pais e mães de crianças em acolhimento institucional, buscando compreender como determinadas situações impostas cotidianamente na vida desses pais e mães jovens interferem em suas condições de vida, de reprodução social e na criação de seus filhos.

Excetuando-se os jovens em conflito com a lei, os quais nos últimos anos vêm sendo objeto de alguns estudos, os demais personagens presentes nas ações das Varas da Infância e Juventude passam quase que despercebidos pelos estudos e pesquisas acadêmicas.

Constataram-se algumas pesquisas relacionadas aos serviços de acolhimento institucional, outras relacionadas a crianças, adolescentes e jovens em acolhimento institucional, porém não foram identificadas pesquisas que versem sobre pais e mães jovens que possuam filhos em acolhimento institucional e, mais especificamente, sobre a visão desses a respeito da (contraditória) realidade vivida.

Mediante o exposto, para a realização deste estudo, estabeleceu-se como objetivo geral: estudar o perfil de jovens que possuem filhos em acolhimento institucional no município de Vila Velha, onde acolhimento é provisório e o vínculo com a família é mantido, considerando suas condições de vida (aspectos econômicos e sociais) e suas visões ideológicas de mundo sobre a realidade social em que vivem. E para

alcançar o objetivo geral, foram propostos alguns objetivos secundários: a) analisar as visões ideológicas de mundo destes jovens: opiniões e ideias sobre a realidade vivida; b) compreender a visão desses jovens (mãe, pai ou familiar responsável) sobre a situação dos filhos em acolhimento institucional; e c) conhecer, da perspectiva profissional, os motivos do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Vila Velha.

Para o estudo em questão, optou-se pela abordagem qualitativa por ser acreditado que tal procedimento seria o mais adequado para esta pesquisa. Como método, recorreu-se ao suporte da perspectiva teórico-metodológica do método dialético-crítico, como forma de abarcar a totalidade da vida social e as contradições impostas ao cotidiano da vida dos sujeitos e ser mais adequado para atender as expectativas do objetivo proposto.

A dissertação analisa a pobreza na lógica da acumulação capitalista e verifica como essa realidade se apresenta na especificidade deste segmento muito circunscrito de jovens. Iniciou-se esse caminho com a revisão de literatura que esteve presente em todos os momentos desse trabalho. Assim, a revisão de literatura foi realizada a partir de pesquisa em livros e revistas indexadas da área do Serviço Social, que tratam da temática da pesquisa, e em documentos legais, normas operacionais e orientações técnicas sobre o serviço de acolhimento institucional, além de artigos em revistas indexadas que versam sobre o tema.

O projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM) para análise, tendo sido aprovado em dezembro de 2016 sob parecer nº 1.880.160. A pesquisa também foi autorizada pela Juíza da Primeira Vara da Infância e Juventude, o que tornou mais fácil a entrada nas instituições e o acesso às informações dos sujeitos da pesquisa.

Além disso, a presente pesquisa levantou dados de realidade referentes à política de acolhimento institucional do município de Vila Velha, onde existem seis instituições de acolhimento a crianças e adolescentes, de ambos os sexos, da faixa etária de 0 a 18 anos, encaminhadas pela Vara da Infância e Juventude.

Na ocasião da pesquisa, a relação das instituições com a quantidade de crianças estava organizada conforme a tabela:

Tabela 1 – Instituições e número de crianças/adolescentes

<b>Instituição de Acolhimento</b>	<b>Número de crianças/adolescentes</b>
Casa Lar Feminina	15
Casa Lar Fraternidade e Oração	8
Casa Lar Sagrada Família (Epifania)	5
CAP infantil	25
CAP masculina	3
Casa Lar Walter Barcelos	11
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora em setembro de 2017.

Mediante uma difícil pesquisa e consulta a alguns dados disponíveis em cada instituição, foram identificados 13 jovens com filhos ou responsáveis acolhidos nas instituições, porém apenas seis jovens foram possíveis de serem localizados para contribuir com a pesquisa e uma avó que, somente através dela, possibilitou-nos chegar à jovem mãe. Os sujeitos da pesquisa foram, então, um pai, uma tia responsável pelas crianças e quatro mães. Os sete demais jovens pais ou mães não foram localizados, pois seis destes se encontravam em situação de rua, sendo a localização incerta, e a outra jovem mãe estava detida no sistema prisional e não nos foi permitido entrevistá-la, mesmo mediante requerimento protocolado na Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS).

Para apreender o perfil dos jovens que possuem filhos em acolhimento institucional, mediante suas condições de vida e partindo de suas visões ideológicas de mundo sobre a realidade social em que vivem, optou-se pela entrevista semiestruturada, gravada, como instrumento para coleta de dados, que foi realizada com os jovens (mãe, pai ou familiar responsável) que possuem filhos nas instituições de acolhimento em Vila Velha (conforme roteiro do Apêndice A).

Além das entrevistas com os jovens familiares das crianças em acolhimento institucional (pais/mães/tias/avós), foram feitas entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica das instituições que possuíam em seu quadro crianças ou adolescentes com pais ou mães jovens e que não estavam destituídos do poder familiar, com o intuito de conhecer o motivo do acolhimento de crianças e adolescentes e levantar dados de realidade referentes ao acolhimento institucional no município de Vila Velha. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com quatro assistentes sociais e uma psicóloga (conforme roteiro do Apêndice B).

A coleta de dados, por sua vez, em ambos os casos, foi realizada em local acessível aos sujeitos da pesquisa (casa do jovem, ambiente de trabalho ou na própria instituição), sendo as entrevistas gravadas.

Na pesquisa, considerou-se jovens (pais, mães ou responsáveis de crianças que estão em acolhimento institucional) aqueles que se encontram na faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos, como verificado no Estatuto da Juventude e demais documentos ou organizações nacionais e mundiais.

É importante ressaltar que o acesso à maioria deles foi, de certo modo, difícil. Segundo relato de assistentes sociais das instituições, alguns desses jovens nunca haviam sido encontrados no endereço indicados por eles. Foi um processo de procura, de idas e vindas. Um movimento de localizar um parente próximo para, a partir dele, conseguir ter acesso aos sujeitos de pesquisa, apesar de alguns familiares terem se recusado a nos dar informações, alegando se tratar de uma história triste e que não gostariam de relembrar.

Apesar de toda a realidade vivida, habitações precárias e dificuldades econômicas envoltas em histórias tristes de vida, os sujeitos entrevistados foram muito solícitos e abertos na contribuição com suas visões que compõem essa pesquisa. Porém, é importante frisar que a realidade encontrada se mostrou de forma mais precária do que se previa, não sendo possível aprofundar algumas questões, como as relativas às visões ideológicas de mundo sob a perspectiva abordada por Michael Löwy. Alguns aspectos que se pretendia conhecer ficaram comprometidos devido as dificuldades, principalmente de nível intelectual. Além disso, as visões ideológicas de mundo que foram possíveis identificar demonstravam ora conformismo, ora revolta, sem denotar expressão ideologizada ou politizada.

Os riscos mínimos que poderiam ocorrer foram atenuados com a garantia de princípios éticos do sigilo, da privacidade e do anonimato dos participantes mediante a observância das normas preconizadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Visando um melhor aproveitamento do instrumento de coleta de dados, gravou-se a entrevista em áudio e transcreveu-se na íntegra o conteúdo, que foi acessado apenas pela pesquisadora e pela orientadora. A transcrição foi realizada pela própria pesquisadora, imediatamente após a entrevista, para captar todas as emoções,

sentimentos e silêncios. O conteúdo ficará sob a guarda da pesquisadora até a defesa da dissertação, quando serão descartados de maneira adequada.

No momento da entrevista, a anuência do participante foi formalizada mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice D), sendo o último utilizado quando o jovem possuía idade inferior a 18 anos. O TLCE e o TALE estão em concordância com as diretrizes e normas dispostas na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução nº466/2012.

Após a coleta de dados e a transcrição das entrevistas, realizou-se um mapeamento para organizar todos os dados obtidos. Em sequência, fez-se a classificação dos dados coletados e a partir de várias leituras foram estabelecidas interrogações para identificar o que surgia de relevante para proceder a uma pré-análise dos dados. Dessa forma, buscou-se estabelecer uma primeira articulação entre os dados de realidade e o referencial teórico da pesquisa, para, então, procurar responder as questões da pesquisa com base em seus objetivos. Além disso, para promover a “relação entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática” (MINAYO, 2001, p.78), recorreu-se ao suporte da ótica teórico-metodológica da perspectiva dialético-crítica.

Assim, em síntese, para cumprir com os pressupostos, foi organizada uma matriz de análise considerando as categorias do método, os dados de realidade e as mediações teóricas que explicam a realidade de jovens pobres e as visões de mundo dos jovens.

Para a análise dos dados foi utilizado, então, o método de análise de conteúdo sob a perspectiva dialética. A proposta dialética, segundo Minayo (2001), destaca a importância de se levar em consideração a conjuntura socioeconômica e política da qual faz parte o grupo investigado. O pesquisador deve procurar fazer conexões entre os dados levantados e os referenciais teóricos da pesquisa, sabendo que os resultados são uma aproximação com a realidade social que não pode ser reduzida.

Na dialética, realiza-se um movimento indutivo e dedutivo, do todo para a parte e da parte para o todo. A compreensão dialética da totalidade perpassa compreender que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo e o todo se cria na interação das partes (KOSIK, 1976).

A perspectiva dialética consiste em ver a vida como movimento permanente, como processo e provisoriedade, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais, de modo a superar uma visão estagnada de estados na medida em que se reconhece o movimento, que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso. Sujeitos, realidades e fenômenos são constituídos por elementos temporais que precisam ser identificados, para que se possa explicar as suas transformações em diferentes estágios que manifestam qualidades distintas (PRATES, 2012).

A dialética, desse modo, cumpre o papel de método por onde deve percorrer o pensamento na busca do conhecimento e da apropriação da realidade. Porém, a realidade não está acessível imediatamente à consciência humana. No cotidiano, os jovens, neste caso, realizam suas atividades e estabelecem relações muitas vezes de forma instintiva e inconsciente. Dessa forma, o método dialético busca atingir esta essência através do desmembramento desta realidade imediata, considerando os fenômenos que a constituem e suas interconexões.

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar do conhecimento. No método dialético de Marx, o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los e revisá-los. Inicia-se com a representação plena, volatiliza-se em determinações abstratas e depois as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (NETTO, 2011).

Para Minayo (2001), a dialética se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito e as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. O processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. De modo geral, compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material.

Sendo assim, com o objetivo de trabalhar os aspectos destacados, apresenta-se a estrutura deste estudo em quatro capítulos. No capítulo intitulado “A pobreza na lógica da acumulação capitalista” se tem a discussão sobre a formação e a perpetuação da pobreza no sistema capitalista, buscando desmistificar a pobreza como algo natural ou senso comum incorporando em seu conceito, além de determinações socioeconômicas oriundas das relações de exploração na sociedade capitalista, heranças históricas e culturais da sociedade brasileira. Além disso, o

capítulo aborda a pobreza como categoria política que retrata a escassez de direitos e possibilidades de emancipação e resistência das classes subalternas.

No capítulo “Juventudes como realidades diferenciadas nas sociedades atuais” são trazidos alguns conceitos de juventude e como estão postos na contemporaneidade. Realizou-se também a discussão histórica dos jovens pobres e como se mostra a realidade desses jovens pobres no Brasil, dentre os quais se incluem os jovens sujeitos dessa pesquisa.

No capítulo intitulado “Consciência de classe e visão ideológica de mundo: uma construção social” foi realizada uma reflexão sobre ideologia, consciência de classe e como se dá essa construção sob a ótica de diferentes autores, articulando a possibilidade ou não da concretização da consciência de classe em função do segmento de classe ou de suas condições de sobrevivência, como no caso do *lumpemproletariado*, o que pode favorecer sua aliança com o conservadorismo.

Já no capítulo denominado “Jovens pais e mães: perfil e condições de vida” tem-se uma abordagem mais específica dos sujeitos da pesquisa, onde é estudado o perfil e as visões de mundo dos jovens pobres entrevistados mediante suas condições de vida, a situação do acolhimento institucional de seus filhos na ótica dos jovens e, por fim, como os técnicos que trabalham na abordagem do Serviço Social sociojurídico atuam e entendem a realidade do acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Ao final, apresentam-se as conclusões acerca do que emergiu durante o trabalho de pesquisa, com apontamento de algumas questões que podem ser exploradas em pesquisas e ações futuras.

## 2 A POBREZA NA LÓGICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O modelo econômico neoliberal agravou a condição da pobreza de grande parte da população brasileira, baseado, segundo Anderson (1995), na manutenção de um Estado com capacidade de enfraquecer o movimento sindical e controlar as finanças nacionais, mas com reduzido gasto em áreas sociais e pouco interventor na economia. O neoliberalismo estimula a riqueza, porém, agrava a desigualdade social.

Diferentemente do que acontecia em sociedades precedentes a sociedade capitalista, onde a pobreza se dava pela escassez, ou seja, pelo insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo, no modo de produção capitalista é o próprio desenvolvimento que gera a desigualdade e a pobreza. Não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância acumulada nas mãos de poucos que gera a desigualdade e a pobreza (NETTO, 2012).

Marx (1968), em sua teoria sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, examina a influência do aumento do capital sobre a vida dos trabalhadores. Inicialmente:

a reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação capitalista, capitalista de um lado e assalariado de outro; do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduz a mesma relação em escala ampliada; mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num polo, e mais assalariados, no outro. A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode livrar-se dele. Sua escravidão ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado (MARX, 1968, p. 714).

Marx (1968, p. 718) atenta para o fato de não se omitir o caráter específico da acumulação capitalista, que é “aumentar seu capital, produzir mercadorias que contém mais trabalho do que ele paga”. A lei absoluta desse modo de produção é produzir “mais valia”<sup>1</sup>. A força de trabalho, por sua vez, segundo Marx, é comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, as necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que,

---

<sup>1</sup> A mais valia se caracteriza, na teoria de Marx, como valor excedente produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista. Nas palavras de Marx (1968, p.211), o capitalista “além de um valor de uso quer produzir mercadoria, além de valor de uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais valia)”.

ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. Assim, então, na análise de Marx (1968, p. 722), “o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades do desenvolvimento do trabalhador”.

Assim, conforme mencionado, a lei absoluta do modo de produção capitalista é a produção de valor excedente (mais valia) e quanto mais o capitalista investe no “capital constante” (capital despendido para compra dos meios de produção) menor será o emprego do “capital variável” (capital despendido para compra da força de trabalho), pois com o incremento dos meios de produção, o capitalista necessitará de menor número de trabalhadores para que seja produzida a mesma ou maior quantidade de “mercadoria”, aumentando a apropriação de “valor”. Pode-se verificar, baseado em Marx (1968), que a acumulação capitalista produz uma população trabalhadora que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, ou seja, uma população excedente:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado (MARX, 1968, p.733).

Desse modo, ainda, segundo Marx (1968, p.739), “os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva”.

É ainda necessário destacar que a existência do exército industrial de reserva, além de possibilitar aos capitalistas pressionar para que tenha um rebaixamento dos salários, ele incrementa ainda mais a exploração daqueles trabalhadores empregados e pode disponibilizar ao capital uma reserva de força de trabalho que poderá ser por ele utilizada onde, quando e como desejar.

O conceito de “exército industrial de reserva”, discutido por Marx no capítulo XXIII do livro 1, volume 2, de “O Capital”, que trata da Lei Geral da Acumulação Capitalista, é fundamental para entender a divisão da classe trabalhadora e seus sobrantes. No que Marx (1968) chamou de lei da população:

Não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível, fornecida pelo incremento natural da população. Para funcionar a sua vontade, precisa ela de um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural (MARX, 1968, p.732).

A geração de uma população sobrando que assume uma função de alavanca do processo produtivo capitalista é melhor analisada quando Marx (1968) detalha esse desenvolvimento do modo capitalista de produção. O capitalista

compra mais forças de trabalho com o mesmo capital, ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão de obra amadurecida por mão de obra incipiente [...]. Com o progresso da acumulação, vemos que um capital variável maior põe em movimento maior quantidade de trabalho sem recrutar mais trabalhadores; um capital variável da mesma magnitude põe mais trabalho em ação, utilizando a mesma quantidade de força de trabalho, e, finalmente mobiliza maior quantidade de forças de trabalho inferiores expulsando as de nível superior [...]. O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 1968, p.738).

A “superpopulação relativa” é outro conceito empregado por Marx (1968, p.743) para se referir às capacidades de trabalho, à “população necessária” para produção do capital. Para Marx, todo trabalhador faz parte da “superpopulação relativa” durante o tempo em que está desempregado ou subempregado. Seria a parte da mão de obra não empregada que está a disposição do capital, submetendo-se, assim, a formas de trabalho precárias, caracterizando o movimento contraditório do capital, porque é somente através da exploração do trabalho que o capital se reproduz e a existência da “superpopulação relativa” é condição essencial para as demais etapas de reprodução do capital, pois condiciona uma disponibilidade de mão de obra pronta para ser explorada. A “superpopulação relativa” faz parte da condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza social concentrada nas mãos de poucos.

Partindo das análises de Marx, tem-se no Brasil, a partir de 1980, em decorrência de alguns fatores, dentre eles o modelo econômico adotado e o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, uma alta rotatividade do trabalhador entre situações de desemprego, ocupação e inatividade. Para expressar a parcela dos trabalhadores que possuíam trabalho informal, sem registro, parcial, temporário e

precarizado, tem-se utilizado o termo “ocupado” como alternativa para nomear aqueles trabalhadores que não se encaixam na situação de empregados e nem desempregados. Já para abranger os que não tem um trabalho e não exerciam uma procura ativa surgiu o conceito de “inativo”, onde se incluíam os deficientes físicos, aposentados e donas de casa. Nas situações de desemprego, tem-se ainda uma população em permanência prolongada na situação de desemprego, o chamado desemprego de longa duração (SOUZA, 2005, p.117).

Para Marx (1968, p.744), existiam alguns extratos principais que exemplificam a superpopulação relativa. A forma “flutuante” caracterizaria os trabalhadores industriais que são ora repelidos, ora atraídos do modo de produção capitalista, ou seja, aqueles trabalhadores que são demitidos em função de uma contração da atividade industrial e que serão reabsorvidos, em maior ou menor proporção, de acordo com as necessidades de nova expansão do capital. “A forma latente” seria a migração de trabalhadores do campo para a cidade em razão da agricultura sofrer a intervenção de técnicas industriais capitalistas mediante a introdução de máquinas e equipamentos que diminuem a demanda por força de trabalho, expulsando os trabalhadores rurais, formando um excedente de trabalhadores também na área rural. Outro extrato, a “estagnada”, seriam os trabalhadores irregulares, cuja ocupação não se insere nem na grande indústria nem na agricultura, sendo os chamados trabalhadores supérfluos, precários e temporários. A forma “estagnada”

proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora e justamente isso a torna base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência. Conhecemos já sua configuração principal sob o nome de trabalho a domicílio. São continuamente recrutados para suas fileiras os que se tornam supérfluos na grande indústria e na agricultura e notadamente nos ramos de atividade em decadência, nos quais o artesanato é destruído pela manufatura ou esta pela indústria mecânica. A superpopulação estagnada se amplia à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número de trabalhadores supérfluos. Ela se reproduz e se perpetua, e é o componente da classe trabalhadora que tem, no crescimento global dela, uma participação relativamente maior que a dos demais componentes (MARX, 1968, p.746).

Além desses três extratos, Marx (1968, p.747), chama a atenção para um quarto segmento: “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa que vegeta no inferno da indigência, do pauperismo, o *lumpemproletariado*, que, abstraindo os vagabundos, os criminosos e as prostitutas”, consiste em três categorias:

Primeiro os aptos para o trabalho. Basta olhar as estatísticas inglesas, referentes ao pauperismo para verificar que seu número aumenta em todas as crises e diminui quando os negócios se reanimam. Segundo, os órfãos e filhos de indigentes. Irão engrossar o exército industrial de reserva, e são recrutados rapidamente e em massa para o exercício ativo dos trabalhadores em tempos de grande prosperidade, como em 1860, por exemplo. Terceiro, os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. São notadamente os indivíduos que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho, os que ultrapassam a idade normal de um trabalhador, e as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas, etc., cujo número aumenta com as máquinas perigosas, as minas, as fábricas de produtos químicos, etc. (MARX, 1968, p.747).

Marx (1968), pensando o capitalismo do século XIX, observou que o aumento do “*lumpemproletariado*” estava na razão direta da expansão da acumulação da riqueza:

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício do seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 1968, p.747).

Paralelo ao pauperismo dos excluídos do mercado de trabalho, no século XIX, assistia-se a um processo de precarização das condições de vida da classe trabalhadora, pois o aumento da produtividade de trabalho produzia uma maior pressão em torno dos trabalhadores, precarizando suas condições de existência. Ou seja, à medida que o capital aumenta sua acumulação, as condições de vida do trabalhador pioram. A produção da riqueza é, portanto, produção de miséria. Miséria material do trabalhador e miséria humana (MARX, 1968). A pobreza, em Marx, é propriamente formada nessa relação, ou seja, pela lógica da acumulação da sociedade capitalista, pela produção do excedente e pela exploração do capital.

Para Marx (1968, p.746) o *lumpemproletariado*, que habita a esfera do pauperismo, constitui o “asilo para os inválidos do exército ativo de trabalho e o peso morto do exército industrial de reserva”, uma espécie de escória da sociedade.

Na concepção de Marx e Engels (1998, p.49):

o *lumpemproletariado*, essa putrefação passiva dos estratos mais baixos da velha sociedade, pode, aqui e ali, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; no entanto, suas condições de existência o predispõem bem mais a vender-se à reação para servir às suas manobras.

Assim, para que se possa atingir a consciência política como forma de buscar a revolução, os seres humanos precisam estar em condições de viver e para viver eles precisam, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e outras coisas que o *lumpemproletariado*, por exemplo, é desprovido. Desse modo, Marx descarta o *lumpemproletariado* para a tarefa da revolução, visto que são desprovidos de consciência política e de classe, sendo, portanto, suscetíveis de servir aos interesses da burguesia.

Trazendo o termo consagrado em Marx, o *lumpemproletariado*, para o século XXI, verifica-se que este se constitui, sobretudo, naquela camada social que perdeu a capacidade de vender sua força de trabalho e precisa recorrer à ajuda pública (ou a caridade). São os considerados inúteis, uma escória da sociedade capitalista. Entretanto, além desses sujeitos citados, essa pauperização atinge também os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, pois a relação salarial é estabelecida como aquela em que serve apenas para suprir as necessidades básicas do trabalho e de sua família. Assim, além do pauperismo dos que estão fora do mercado de trabalho, tem-se também a precarização das condições de vida da população ainda inserida no mercado de trabalho.

No Brasil, a industrialização, estruturalmente dependente, não incorporou a massa de desempregados ao processo de produção e a adoção das políticas neoliberais tem agravado a situação. Assim, então, cresce o número de “indigentes sociais” (SILVA, 2009, p.11).

Dessa forma, no final do século XX se intensifica a exploração do trabalho precário, instável e flexível em que a gestão da força de trabalho opera por meio da insegurança, do constante medo de perder o emprego e de passar a compor o grande exército de reserva sempre presente na periferia da acumulação capitalista. Além disso, verifica-se a terceirização e a precarização do trabalho “polivalente e multifuncional” transcender o âmbito original da fábrica e invadir outros espaços sociais: as escolas, as universidades e os hospitais públicos e privados. Assim, o trabalho precário e o pauperismo são inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista, fruto da expansão da riqueza mundial (SILVA, 2009).

Desse modo, o pauperismo se encontra no âmbito dos pressupostos antagônicos da sociedade capitalista. “A Lei Geral da Acumulação Capitalista expressa o grau de exploração do trabalho, tendo como consequência a pobreza que atinge a classe

trabalhadora, ao tempo que garante a expansão, acumulação e reprodução do capital” (PIMENTEL, 2012, p.45). As raízes da questão social<sup>2</sup> estão imbricadas à exploração do capital sobre o trabalho e da luta da classe operária contra essa exploração. Assim, o fenômeno do pauperismo da classe trabalhadora, como integrante do processo de acumulação capitalista, está relacionado a base material da produção capitalista, que produz uma superpopulação relativa ou um exército industrial de reserva, que será constituído por miséria e pobreza (PIMENTEL, 2012).

É importante frisar que a pobreza não corresponde a um problema de mercado, resultante do insuficiente desenvolvimento capitalista, mas se caracteriza como um produto do próprio desenvolvimento desse sistema. Riqueza e pobreza são expressões da mesma sociabilidade que reproduz a desigual produção e apropriação da riqueza (NETTO, 2007).

A partir dos elementos heurísticos que se encontram na obra de Marx, onde se pode observar a questão da segmentação da classe trabalhadora nos momentos de crise de acumulação, Netto (2007) aponta que a caracterização da pobreza não se limita a seus aspectos socioeconômicos, do mesmo modo que padrões de desigualdade e de pobreza não são apenas determinações econômicas. Há de se considerar também nessa análise as mediações mais complexas, como fatores de natureza político-cultural presentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas.

Baseando-se em Marx, Netto (2007, p.142) afirma que o “desenvolvimento capitalista é, necessária e irredutivelmente, produção reiterada da pobreza”. Não existe sociedade capitalista sem que o fenômeno social da pobreza esteja presente como integrante da riqueza socialmente produzida.

Assim, pode-se dizer que existe a produção reiterada do pobre, em suas diversas formas de expressão e distintos segmentos da classe trabalhadora, colocado à margem dos processos de produção da riqueza social. Yazbek (2016) aborda a pobreza como categoria histórica e socialmente construída, como fenômeno que não pode ser tomado como natural. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo deixam suas marcas sobre a população empobrecida, “o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os

---

<sup>2</sup> “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1999, p.27).

que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, a alimentação insuficiente, a fome”, entre outros sinais que expressam o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la, tornando-a natural, destituindo-a de todo o processo que a constitui, conforme verificado em Marx. Os pobres ainda estão imersos numa ordem social que os desqualificam, sofrem profundos estigmas e são frequentemente denominados com termos como “inadaptados, marginais e problematizados”. Assim, “os pobres representam a herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade brasileira” (YAZBEK, 2016, p.35).

A pobreza também analisada como herança histórica é verificada por Telles (1993) ao apontar que a pobreza, durante a história do Brasil, tem estado presente juntamente com os poucos recursos e investimentos para seu enfrentamento. Tem-se ainda o peso da tradição oligárquica e autoritária, na qual os direitos nunca foram reconhecidos como parâmetros no ordenamento econômico e político da sociedade.

Há então que se considerar que a pobreza e suas expressões não é algo alheio à sociedade. “Somos inelutavelmente parte da mesma trama. Vítimas e cúmplices da desigualdade social. Impossível a pretensão da extraterritorialidade” (SILVA, 2007, p.55).

Numa perspectiva marxista, a análise sobre a pobreza considera o trabalho em seu caráter abstrato, cuja relação estabelecida entre os indivíduos sociais se baseia na compra e na venda da força de trabalho e na apropriação privada nas mãos de uma minoria. O capital assume, em seu processo, uma lógica onde o valor de uso das coisas foi totalmente subordinado ao seu valor de troca. Em linhas gerais, o valor que o vendedor da força de trabalho recebe é cada vez menor se comparado ao total da riqueza produzida por ele e apropriada pelo capitalista (ANTUNES, 1999).

Dessa forma, a permanência da pobreza e das desigualdades não é apenas resultado da fragilidade dos meios técnicos para melhor instrumentalização das políticas sociais. O combate às desigualdades sociais não faz parte do conjunto prático-ideológico do neoliberalismo, além disso, no desenvolvimento capitalista é exigida grande produção de riqueza e produção contínua da pobreza.

Na perspectiva marxista entende-se como pobreza absoluta aquela relacionada ao exército industrial de reserva, quando as condições gerais de vida da classe

trabalhadora caem. Há queda dos salários, aumento do desemprego e intensificação do ritmo de trabalho.

Já a pobreza relativa é quando o valor recebido pelo trabalhador é cada vez menor que o comparado com o total da riqueza produzida por ele e apropriada pelo capitalista. Assim, o fato de produzir mais-valia, apropriada pelo capital, é que funda e reproduz, no capitalismo, a pauperização ou a pobreza relativa (SIQUEIRA, 2014).

Sob essa mesma ótica, Netto (2012) salienta que a pobreza relativa e a desigualdade são constitutivas da ordem do capital, entendendo como pobreza relativa aquela caracterizada pela diferença qualitativa daquilo que é produzido pelo trabalhador e dividido de forma desigual entre trabalhadores e capitalistas.

Quando se considera que a pobreza é a concretização do descarte da mão de obra barata que faz parte da expansão do capitalismo brasileiro que cria uma população sobrando, cria o necessitado, o desamparado, pode-se remeter às ideias de Marx a respeito do trabalho como essência humana.

Em Marx, a essência humana está relacionada à capacidade e disponibilidade histórica do homem se tornar social em suas relações concretas, mediado pelo domínio da natureza e pela organização do trabalho. Porém, no capitalismo, a essência humana se efetiva alienadamente. A divisão do trabalho parcializa, aniquila e fragmenta os homens (MARX, 2001).

Antunes (1999) caracteriza a classe trabalhadora como a “classe-que-vive-do-trabalho”. Em sua concepção,

a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Sendo o trabalho produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal. Portanto, o trabalho produtivo, onde se encontra o proletariado, no entendimento que fazemos de Marx, não se restringe ao trabalho manual direto (ainda que nele encontre seu núcleo central), incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas que não são diretamente manuais (ANTUNES, 1999, p.102).

A classe-que-vive-do-trabalho também compreende trabalhadores improdutivos, ou seja, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço. São os que,

segundo Marx, tem o trabalho consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca (ANTUNES, 1999).

Assim, seria uma noção ampliada de classe trabalhadora, considerando-se todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário: proletário industrial, assalariados do setor de serviços e o proletário rural que vende sua força de trabalho para o capital.

Alves (2013a, s./p.) constrói um conceito, o qual denomina de “precariado”, para se referir a camada social da classe dos trabalhadores assalariados, que seria o que ele define como proletariado precarizado.

Para Alves (2013a, s./p.), não se trata apenas de precarização salarial que atinge grande parte da população mediante o alto índice de desemprego, baixos salários, rotatividade do trabalho e contratos salariais precários, mas, sobretudo, trata-se de precarização existencial, “precarização do homem-que-trabalha”, que provém das “condições de existência alienada da vida urbana precária”, desde a mobilidade urbana precária, ao tempo livre manipulado pelo consumo, além da precariedade dos serviços públicos prestados no Brasil, pois “no seio do precariado reside a contradição radical da forma mercadoria entre valor de troca e valor de uso”.

Em síntese, o precariado está exposto a manipulação da ordem burguesa com maior intensidade. O que une o precariado é a sua imersão na falta de acesso a bens sociais e, assim, cada vez mais, jovens de alta escolarização passam a compor a superpopulação relativa a serviço da produção do capital. Além disso, o desemprego de longa duração amplia as condições de precariedade dos que vivem em condição de pobreza.

Entretanto, os sujeitos concretos que constituem a pobreza, aquela que o Serviço Social identifica como relativos aos processos de assistência social, vão ser encontrados nas reflexões de Yazbek (2016). Para a autora, um dos elementos definidores da pobreza é a exclusão do usufruto da riqueza socialmente produzida, porém, não é apenas uma categoria econômica ou carência de bens materiais. Ela também é uma categoria política que retrata a escassez de direitos. Segundo Yazbek (2016, p.80),

a noção de pobreza é ampla, ambígua e supõe gradações. Embora seja uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta, usualmente vem sendo medida através de indicadores de renda (múltiplos e

submúltiplos do salário mínimo) e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais e interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Os critérios, ainda não homogêneos e marcados por um viés economicista, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não tem acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles estão: os privados de meios de prover a sua própria subsistência e que não têm possibilidade de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores, assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão de obra, que possivelmente, não será absorvida.

Assim, de acordo com as ideias da referida autora, a pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e não se reduz as privações materiais. “Alcança o plano espiritual, moral e político de indivíduos submetidos aos problemas de sobrevivência” (YAZBEK, 2016, p.81). Dessa mesma forma, para Martins (1991, p.15), a pobreza é algo além de aspectos econômicos “é a carência de direitos, de possibilidades, de esperança”.

Apesar do grande progresso tecnológico dos últimos anos, ainda se convive com a fome no mundo. Trata-se de panorama bem contraditório quando, mesmo com um grande avanço tecnológico e diversas transformações, sobretudo no âmbito do trabalho, o Brasil ainda apresenta um dos mais baixos níveis salariais do mundo (YAZBEK, 2016).

Em dados reais, de toda a riqueza gerada no mundo, em 2017, 82% ficou concentrada nas mãos dos que estão na faixa de 1% mais rica, onde absolutamente nada ficou com os 50% mais pobres. No Brasil, 23% da população brasileira ganha um salário mínimo e precisaria trabalhar 19 anos seguidos para o dinheiro acumulado ser equivalente ao que uma pessoa que esteja entre o 1% mais rico da população ganha em um mês. Ainda em aspectos comparativos, cinco bilionários detêm patrimônio equivalente ao da metade mais pobre da população do país (OXFAM, 2017).

A pobreza brasileira é constituída, segundo Yazbek (2016), por dois viés: do ponto de vista da renda predominam os baixos rendimentos e a privação material daí advinda; do ponto de vista da exclusão e subalternidade, a pobreza define “um lugar no mundo” onde a ausência de poder, privação de bens materiais e o desconhecimento dessa condição andam junto com práticas de resistência e luta. A

exclusão de bens materiais e culturais fazem parte da reprodução do cotidiano de um grande contingente populacional na sociedade brasileira.

A subalternidade seria uma concepção ampla, onde estariam incluídos os trabalhadores cujo trabalho não é suficiente para garantir seu próprio sustento e de sua família, os desempregados e os sem meios de prover sua subsistência. Seria uma parcela da população imersa na esfera da necessidade transformando a vida cotidiana na luta pela sobrevivência (MARTINS, 1989).

Então, a subalternidade não é uma condição que se extinguirá com o desenvolvimento do capitalismo, como afirma Martins (1989). Vive-se uma fase do capitalismo em que a subalternidade alcança grupos cada vez maiores em “países pobres, regiões pobres de países ricos e regiões ricas de países pobres” (MARTINS, 1989, p.101).

Em razão do modelo econômico adotado, o neoliberalismo, grandes contingentes populacionais viram degradar suas condições de vida, dentre elas também segmentos que integram o mercado formal de trabalho, que passaram a recorrer as ações políticas, sobretudo as de assistência.

Segundo Yazbek (2016, p.35),

a assistência é, pois, como as demais políticas do campo social, expressão das relações sociais que reproduzem os interesses em confronto na sociedade. Reproduzem, portanto, a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório em que se acumulam riqueza e pobreza. E a acumulação da pobreza na sociedade brasileira põe em questão os limites das políticas voltadas ao seu enfrentamento e a necessidade de aproximação ao universo de exclusão e subalternidade dos que buscam as instituições sociais que atuam no âmbito assistencial. [...] Universo marcado pela pobreza, exclusão e subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pelo ressentimento, pela fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo.

Yazbek (2016, p.30) utiliza o termo subalterno para se referir aos que estão na posição de “dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política”. Segundo a autora, a categoria subalterno também tem sido utilizada para nomear as classes em que se inserem os usuários das políticas de assistência. São pessoas marcadas por um conjunto de carências, desqualificadas pelas condições em que vivem e trabalham, enfrentando cotidianamente o confisco de seus direitos, buscando nos serviços sociais públicos, dentre eles a assistência social, alternativas para sobreviver.

Pobreza e subalternidade são entendidas como resultado das relações de poder na sociedade. Possuem aspectos relacionados à própria formação social que, além de circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais, geram também expressões que são características das atividades mentais dos pobres. São ações e representações dos subalternos que correspondem a uma realidade caracterizada pelo lugar que ocupam nas relações sociais de classe (YAZBEK, 2016).

Partindo do entendimento de que o alvo dos serviços socioassistenciais são as classes subalternas é importante analisar a relação das políticas sociais e assistenciais e a realização de direitos elementares dos subalternos na perspectiva da ruptura ou da continuidade da condição de subalternidade (YAZBEK, 2016).

Referindo-se às representações e ao lugar das classes subalternas, Yazbek (2016) diz que

estudos das representações e do lugar social das classes subalternas e de suas relações com o assistencial supõe a opção por uma modalidade interpretativa dessas concepções e a escolha das fontes que possam iluminar a compreensão acerca da existência e sobrevivência destas classes. Supõe também que seja considerada a imensa fratura que separa nas classes subalternas os que participam de organizações políticas, comunitárias e sindicais dos que de nada participam (YAZBEK, 2016, p.85).

Essa subalternidade, segundo Yazbek (2016), faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos a exploração econômica. A subalternidade é a ausência de poder de mando, poder de decisão, uma vez que a classe, para Hobsbawn (1987), é a coexistência de um grupo no interior de uma estrutura social, cultural e institucional. O mundo do pobre é um mundo subalterno, um mundo incompleto, pois, segundo Martins (1991, p.15), sendo a pobreza uma categoria “multidimensional”, ela não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas também se constitui numa “carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades, de esperança”.

Simionatto (2009, p.2) observa que se utiliza a categoria subalterno, baseada no pensamento de Gramsci, quando se refere à ideia de submissão de uma pessoa a outra e tem sido utilizada contemporaneamente para descrever as “condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna”. Nesse sentido, a autora destaca que

a história episódica e fragmentada das classes subalternas, decorrentes de uma concepção de mundo permeada do senso comum e do folclore,

impede-as de chegar a elaborações críticas sobre as formas de cooptação e as situações de exploração a que são submetidas cotidianamente (SIMIONATTO, 2009, p.3).

A precarização do trabalho que ocorre no Brasil não é apenas “precarização salarial”, tendo em vista o alto índice de desemprego, os baixos salários, a rotatividade do trabalho, os contratos salariais precários e a frustração com as expectativas de carreira profissional, mas se trata também da “precarização existencial” que ocorre com a precariedade dos serviços públicos nas cidades brasileiras, tais como transporte público, saúde, educação etc. Há uma supervalorização dos aparatos privados e um sucateamento dos serviços públicos, uma lógica característica do ideário neoliberal (ALVES, 2013a).

O trabalhador precarizado representa, em si e para si, a carência de futuridade intrínseca à ordem do capital. Segundo Alves (2013a), o trabalhador precarizado

está exposto, em si e para si, com maior intensidade, à manipulação da ordem burguesa e por isso vive com maior intensidade a precarização do trabalho, tanto no sentido de precarização salarial, quanto no sentido de precarização existencial. [...] Nas condições do poder da ideologia e da constituição da multidão do trabalhador precarizado coloca-se hoje, mais do que nunca, a necessidade radical da luta ideológica que, num mundo social do trabalho precário, torna-se mais candente tendo em vista a exacerbação da manipulação como modo de afirmação do capital como sociometabolismo estranhado. Não se trata apenas de um problema social (vínculos laborais precários, baixos salários, falta de direitos laborais), mas sim, trata-se de um problema existencial que corrói a individualidade pessoal. A precariedade salarial e a precariedade existencial interditam a vida pessoal do sujeito de classe. É a alienação/estranhamento na sua dimensão radical (ALVES, 2013a, s./p.).

O grau de escolaridade se tornou mais uma peça na engrenagem do capital, que atinge todos os segmentos da população, desde segmentos da classe trabalhadora inserida no mercado de trabalho, operários qualificados, até os segmentos mais pobres e pauperizados. Cada vez mais, jovens de alta escolarização passam a compor a superpopulação relativa a serviço da produção do capital. Esse fator aumenta a concorrência no seio da classe trabalhadora, onde a maioria dos jovens titulados se insere em relações de trabalho precárias, não conseguindo o esperado sucesso profissional com um bom emprego capaz de lhes garantir carreira, consumo e família (ALVES, 2013a).

A superação da condição de subalternidade, em Gramsci (1978), passa pela construção de novos modos de pensar, numa visão de mundo que suplante o senso comum e que formaliza os juízos de valor tanto nas camadas de classes populares

como nas classes dominantes. Neste sentido, Simionatto (2009, p.3) observa que em Gramsci “o senso comum das classes dominantes atua como força ideológica desmobilizadora das iniciativas críticas das classes subalternas”. Essa superação tornaria as classes subalternas capazes de produzir uma contra hegemonia.

Em outras palavras, na concepção de Löwy (1988), uma sociedade livre só pode ser resultado de um ato de liberdade. Uma sociedade desalienada só é possível se for ela mesma um processo de desalienação. A única forma verdadeira de libertação é a autolibertação da classe operária. É na medida em que lutamos para transformar a realidade que a entendemos e é na medida em que melhor a entendemos que mais lutamos para transformá-la.

Num cotidiano marcado por sofrimentos objetivos e subjetivos, pela suspeição, pelo não acesso a direitos mínimos, pela dificuldade de manter sua subsistência, a dignidade dos subalternizados é colocada a prova todos os dias. A aparência, sempre valorizada nos dias atuais, chega ao ponto de se confundir com o valor verdadeiro dos homens, onde a dignidade é colocada em questão a todo o momento (YAZBEK, 2016).

Os desdobramentos da pobreza estão presentes todos os dias na sociedade brasileira. E, segundo Yazbek (2016, p. 79),

os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade a saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade. Sinais em que muitas vezes se ocultam a resistência e a capacidade dessa população de lutar cotidianamente para sobreviver. Sinais que muitas vezes expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza sem uma intervenção direta para minimizá-la ou erradicá-la.

Dessa forma, pobreza, exclusão e subalternidade são categorias que desvelam a dominação, a humilhação, a resistência e a subordinação. Esse processo resulta, por vezes, no movimento de alienação que coloca o pobre, o subalterno, em posição de subordinação à trama das relações constitutivas da ordem capitalista. A alienação reduz o indivíduo a um objeto que confere a outros as decisões sobre sua própria vida. Assim, a alienação penetra na sua consciência, desfigurando suas representações e suas visões de mundo.

### **3 JUVENTUDES COMO REALIDADES DIFERENCIADAS NAS SOCIEDADES ATUAIS**

A juventude na contemporaneidade é muito diferenciada e o debate sobre o tema é permeado por diversos conceitos e representações, o que torna necessário aprofundar a análise para melhor compreender os significados que lhe são atribuídos, as construções simbólicas desenvolvidas e as relações sociais estabelecidas.

O conceito de juventude tem sido analisado, historicamente, de forma homogeneizada, uniformizando diversos segmentos de juventude sem observar as diferenças de gênero, renda, entre outras coisas. Vista dessa forma, há uma padronização na compreensão deste segmento social a partir de sua expressão histórica como fenômeno geracional (HELMER; GENTILLI, 2016a).

Mediante os diversos conceitos que podem ser atribuídos ao termo juventude, torna-se necessário aprofundar a análise para melhor compreender os significados que lhes são atribuídos, as construções simbólicas e as relações sociais estabelecidas pelos jovens (HELMER; GENTILLI, 2016a). Segundo o último censo, trata-se de uma população de aproximadamente 50 milhões de pessoas, ou seja, 25% do total da população brasileira (IBGE, 2010).

Uma representação social dominante sobre juventude a compreende como uma etapa de transição entre a infância e a fase adulta, vivida inevitavelmente por todos os jovens. Assim compreendida, a juventude é encarada como uma fase de transição, uma inserção incompleta da vida social, uma fase cuja razão de ser se encontra na preparação para a fase seguinte, a vida adulta (ALMEIDA; SOUTO, 2000).

Sabe-se que existe uma noção mais usual que trata a juventude como um período de transição em que as mudanças biológicas dão origem às mudanças psicológicas e sociais, marcando o processo de saída da infância para o ingresso na vida adulta, delimitado por critérios etários. Contudo, tratar a juventude a partir da idade cronológica faz com que se perca, dentre outras coisas, sua importância na organização social.

Situando a juventude como construção histórica e cultural, Levi e Schmitt (1996) apontam a impossibilidade de conhecer a juventude apenas pelos critérios jurídicos e biológicos. Para eles, a juventude está envolvida por uma cadeia de símbolos e valores que vão torná-la visível sob determinados ângulos em cada época histórica. Além disso, as múltiplas formas de inserção dos jovens a partir de suas origens e posições de classe é que determinarão de que jovem se fala. A trajetória da ideia de juventude ao longo da história mostra que seu significado foi se modificando.

Eric Hobsbawn (1995), quando aborda as mudanças ocorridas no século XX, aponta três alterações que influenciaram a cultura da juventude neste século. A primeira é que a juventude passou a ser vista como um momento definitivo no curso da existência, por concentrar características como vitalidade e vontade de transformação social. A segunda é decorrente do fato da juventude ter uma maior capacidade de adaptação à velocidade das inovações tecnológicas e a terceira é a internacionalização da cultura jovem nas sociedades urbanas. Assim, a cultura jovem se globalizou e criou um universo de identidades nas quais os jovens podem se reconhecer onde quer que estejam.

O entendimento do conceito de juventude perpassa ir além de uma mera categoria etária. Pensada apenas em recorte etário, a juventude tem seu significado restrito. Seria simplificar uma realidade complexa, que envolve elementos relacionados ao simbólico, ao cultural e aos condicionantes sociais que estruturam as sociedades (CARRANO, 2011). Alguns autores abordam o conceito de juventude para além de caracterização etária, dentre eles, Bourdieu (1984), que atribui as classificações por idade uma imposição de limites, reduzindo as diferenças sociais, interesses e dificuldades diversificadas àqueles comuns à idade biológica.

Neste sentido, também Margulis e Urresti (1996) entendem que seja necessário superar conceitos que abarcam a juventude como mera categorização por idade com características uniformes. Ser jovem não depende apenas de faixa etária (característica biológica) ou do setor social a qual pertence. Trata-se de uma categoria socialmente constituída e que se refere também a dimensões simbólicas, materiais, políticas, entre outras.

Margulis e Urresti (1996) realizam uma abordagem que compreende a existência da juventude a partir dos conceitos “*moratória social*” e “*moratória vital*” para explicar características comuns a todos os jovens. Segundo os autores, a moratória social

seria um conceito relacionado à sensação de vigor e imortalidade, já a moratória vital seria um conceito que explicaria um prazo concedido aos jovens para que possam usufruir de uma menor exigência enquanto completam sua instrução e atingem sua maturidade social.

Dayrell (2003) chama a atenção para o sentido que o termo juventude carrega. Nos dias atuais, a noção de juventude se encontra carregada de uma condição de ocultamento do presente vivido, como uma condição transitória, diferentemente da visão utilizada para as gerações de 1960 e 1970, quando a ideia de juventude estava associada a um tempo de liberdade e de prazer, ou ainda, à noção de juventude vista como o momento de distanciamento da família para início de um novo ciclo familiar. O autor considera importante abordar o conceito por critérios menos rígidos, tomando-o como “parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social” (DAYRELL, 2003, p.42).

Para León (2005), seguindo o mesmo enfoque, seria impossível estabelecer um critério de idade universal, pois jovens de diferentes lugares não têm a mesma significação etária. Assim também, Abramovay e Esteves (2007) entendem que a ideia de juventude seja uma construção social, ou seja, a produção em uma determinada sociedade na qual se conjugam alguns fatores, tais como estereótipos, situações de classe, gênero e etnia, sendo mais coerente utilizar o termo “juventudes” (no plural), no sentido de se ter muitas possibilidades para essa categoria.

Entre os assistentes sociais, Cassab (2001) traz uma reflexão interessante sobre aspectos da juventude que nos ajudam a entender a complexidade que envolve este segmento social. A autora agrupa os estudos da juventude em três aspectos. No primeiro, estariam os estudos de orientação biológica que consideram a juventude como uma etapa subsequente à infância e anterior à maturidade. Assim, a autora chama a atenção para o fato de que é na juventude que se formam a consciência moral, a responsabilidade social e o senso de justiça e o conhecimento do mundo. O segundo grupo de estudo apontado pela autora compreende o aspecto cultural. Sendo a juventude um período necessário ao desenvolvimento da personalidade dos indivíduos e de sua sobrevivência nas sociedades complexas, estas impõem um tempo maior para a socialização dos indivíduos. Já o terceiro grupo é aquele de

corde histórico e cultural que considera a juventude como produção social, que varia ao longo do tempo e se diferencia de acordo com a origem de classe dos jovens (CASSAB, 2001).

Em suma, como Novaes (2007) defende, é crucial incorporar a ideia de que a condição juvenil é vivida de forma diversa, variando em função do gênero, etnia, níveis de renda familiar, região em que vive, orientação sexual, preferências, pertencimentos sociais e acesso diferenciado à educação, ao trabalho e ao lazer.

Avançando no debate, Groppo (2010) caracteriza a condição juvenil na sociedade como constituída por uma dialética fundada na contradição entre o movimento de integração/socialização e o movimento de autonomia/criatividade, próprio da condição juvenil em suas diferentes trajetórias históricas e sociais, o que dá origem a muitas possibilidades para problematizá-los.

Apesar destas categorias serem centrais para se entender as relações sociais e de trabalho no Brasil, observa-se que o foco conceitual permaneceu durante muito tempo no recorrente recorte etário. Neste recorte, tem-se alguns documentos de organizações nacionais e mundiais, como, por exemplo, da Organização das Nações Unidas (ONU), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do recente aprovado Estatuto da Juventude, sancionado pela Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, que compreendem a juventude a partir de indivíduos com idade entre 15 a 29 anos.

No âmbito das políticas públicas, verifica-se a tendência em dividir o período compreendido pela juventude em dois ciclos. No primeiro, encontra-se a faixa etária denominada adolescente, que compreende a faixa dos 12 aos 17 anos, conforme o Estatuto da Criança e do adolescente, e juventude para se referir à fase posterior, dos 18 aos 29 anos, de construção da trajetória de entrada na vida social. Já os documentos do Conselho Nacional de Juventude estabelecem a seguinte subdivisão etária: jovem-adolescente, entre 15 e 17 anos; jovem-jovem, entre 18 e 24 anos; e jovem-adulto, entre 25 e 29 anos (FREITAS, 2005).

Assim, em uma perspectiva mais crítica, sabe-se que a condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função do gênero, etnia, origem social, níveis de renda

familiar, entre outros aspectos. Existem diferenças econômicas, de acesso diferenciado à educação, ao trabalho e ao lazer. Além disso, os jovens também se diferenciam entre si, seguem suas orientações sexuais, assumem preferências, pertencimentos sociais e políticos, entre outros (NOVAES, 2007).

Pode-se pensar em juventudes como singularidades distintas, entretanto, é impossível deixar de entendê-la verificando suas diferenças em relação aos seus níveis de renda, bem como por sua inserção ou não no mundo do trabalho (ABRAMOVAY; ESTEVES, 2007).

No atual capitalismo mundializado, a precarização do trabalho se torna um traço estrutural importante, onde a mercadoria força de trabalho se encontra imersa numa precariedade salarial extrema, envolvendo inclusive a força de trabalho altamente qualificada e não mais somente aqueles segmentos mais pobres, os excluídos de sempre. Nesse sentido, para Alves (2011, p.236), “a precarização estrutural do trabalho [...] adquiriu o estatuto social de precarização existencial, além da precarização do homem que trabalha”.

Assim, a partir dos anos de 1970, com a crise econômica que deu origem à adoção das estratégias neoliberais no mundo, as mudanças nos marcos etários foram sendo modificados e sofreram novas determinações a partir das modificações nos processos históricos que estão na origem das transformações das sociedades do capital, gerando um impacto inicial entre os jovens, inicialmente nos países industrializados, atingindo posteriormente os demais países do planeta (ANDERSON, 1995).

Os processos de mundialização recentes do capital aprofundaram as muitas restrições que são colocadas aos jovens quanto à entrada no mercado de trabalho, além de agravarem os esgarçamentos das relações sociais mais significativas, como a família e as relações de cooperação social que atuam como base e proteção social contra as desigualdades e os mecanismos de exclusão social (GENTILLI, 2013).

Essas desigualdades sociais, segundo Zaluar (2004), têm estimulado a inclusão precoce no mundo do trabalho; a gravidez, a maternidade e a paternidade para os jovens das camadas mais pobres da população; e a perversa inclusão de enormes segmentos populacionais jovens no mercado consumidor capitalista possibilitado pelo tráfico de drogas.

Os jovens se encontram diante de muitos dilemas, constituindo-se, simultaneamente, como sujeitos individuais e coletivos. Ao mesmo tempo em que constroem uma identidade pessoal e social, encontram-se num momento de transição, sendo muitas as determinantes nesse processo. Constitui-se um momento decisivo em que o peso da herança social e cultural vai determinar seu futuro (HELMER; GENTILLI, 2016b).

É na formação e na relação de grupos de amigos que se busca a afirmação de uma identidade própria e o fortalecimento do desejo de rompimento com as normas e costumes da família de origem e a construção de novas bases para se conceber como um sujeito autônomo e independente. A forma como o jovem se vê como indivíduo e o modo que se relaciona com o grupo escolhido influenciam na construção de sua identidade. Então, implícito à noção de juventude em seus diversos segmentos, tem-se associadas ideias de rupturas, mudanças e modificações comportamentais no modo de pensar, de agir e de elaborar representações sobre si mesmo (RASSIAL, 1999 apud HELMER; GENTILLI, 2016b).

Essas relações entre os jovens, cotidianamente e no mundo real, conforme observa Cassab (2001), envolvem também um conjunto de valores, símbolos e práticas sociais que tornam visíveis determinados aspectos de cada época e, neste sentido, apontam para um conjunto de problemas de natureza social, histórica e cultural que determinaram a construção de uma orientação e de referência mútua, tornando-os diferentes das gerações anteriores.

Enfatizando que o termo juventude deve ser utilizado no plural para indicar a diversidade da vivência desta fase advinda do recorte sociocultural, Cassab (2001) preconiza que cada juventude pode reinterpretar o que é ser jovem em função de suas experiências individuais e de classe, havendo com isso várias formas de vivenciar a juventude.

Cassab (2001) caracteriza ainda que a juventude é, por um lado, um privilégio de certos segmentos em relação aos outros deles excluídos e, por outro lado, significa uma exclusão do mundo adulto e de seus poderes, já que se caracteriza como uma fase de subordinação, obediência e incapacidade.

Assim, além dos segmentos em processo de exclusão, há uma faixa de jovens pobres que fazem parte da maioria juvenil que podem estar ou não no horizonte das

ações públicas em função de um mundo peculiar de concebê-los como sujeito de direitos (SPOSITO; CARRANO, 2003).

### 3.1 OS JOVENS POBRES NO BRASIL

O Brasil possui uma formação social desigual, conseqüência de um longo período colonial baseado no sistema de escravidão e na monocultura. O processo de industrialização brasileiro foi tardio em relação aos países europeus, ocorrendo apenas a partir da década de 1950 (CASSAB, 2001).

Assim, houve uma atração exercida pelos polos industriais sobre a massa de mão de obra expulsa do campo e provocou, a partir da década de 1960, o surgimento de grandes polos urbanos, que não receberam a provisão de infraestrutura necessária, habitações e equipamentos urbanos que garantissem qualidade de vida à população que estava sendo atraída pelo processo de industrialização (CASSAB, 2001).

O poder público pouco se empenhou nesse sentido, devido à abundância de mão de obra ofertada, às debilidades organizativas do proletariado e aos vínculos entre governos e as elites dominantes interessadas em conter os salários e o custo da mão de obra, o que aumentou o contingente de populações pobres (CASSAB, 2001).

Os jovens pobres no Brasil do século XX não eram operários fabris e moradores das cidades como em países da Europa. Os jovens pobres no Brasil eram escravos ou jovens brancos livres, mas que trabalhavam em pequenos comércios e serviços artesanais, sem escolarização e sem importância em relação à vida social da época. Anos depois, no início da industrialização, aos jovens pobres citados se incluíram também os operários das fábricas. Esses jovens eram vigiados como potencialmente perigosos de serem contaminados pelo comunismo. Entre esses também estão os jovens negros pobres compondo o estereótipo do malandro, personagem do mundo urbano visto como uma ameaça à ordem da cidade (CASSAB, 2001).

A presença desses jovens pobres era incomodativa e assim, devido a esse fato, vão se cunhando algumas respostas do poder público. Com base no debate internacional do final do século XIX foram delineadas as primeiras iniciativas da justiça de “menores” no Brasil que, além de se dirigir aos jovens pobres, tinham

como alvo também a infância pobre que não era educada por uma família considerada habilitada a cuidar de seus filhos de acordo com os padrões de moralidade vigentes (RIZZINI, 1997, p.130).

A aliança feita entre justiça e assistência no século XX constituiu o chamado “sistema médico-jurídico-assistencial”, que tinha como objetivo “reformular moralmente” crianças e adolescentes, baseando-se na Doutrina da Situação Irregular. A Doutrina da Situação Irregular estava presente no Código de Mello Mattos sob o decreto nº 17943 de 1927, que foi posteriormente revogado pelo Código de Menores, sob a lei nº 6.697 de 1979. Esses códigos serviam como instrumentos de controle social da infância e juventude, até os 18 anos, quando eram sujeitas às omissões da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos (RIZZINI, 1997, p.140).

Essa justiça de menores no Brasil tinha por alvo a infância e a adolescência pobre. Assim, os filhos dos pobres, que precisavam de intervenção judiciária devido a sua condição social, passaram a ser identificados como “menores”, passíveis de receberem medidas de internação. Percebe-se que o termo “menor” foi sendo popularizado e incorporado na linguagem comum, para além do círculo jurídico, ou seja, o termo “menor” não era mais utilizado para menores de idade de qualquer classe social, mas para um determinado segmento: o do adolescente/jovem pobre. (RIZZINI, 1997, p.131).

O Juizado de Menores, o Código de Mello Mattos e o Código de Menores se inserem na lógica do modelo filantrópico, que visava o saneamento moral da sociedade incidindo sobre os pobres para enquadrar os indivíduos, desde a infância, à disciplina e ao trabalho.

Para os “menores” moralmente abandonados (não viciosos ou pervertidos), eram indicadas as escolas de prevenção ou preservação. Para os “menores” delinquentes, prescrevia-se a “Escola de Reforma”, que tinha por finalidade, segundo eles, melhorar o caráter dos “menores” viciosos ou pervertidos, delinquentes ou não, pela via da educação e do trabalho (RIZZINI, 1997, p.137).

Privilegiaram-se as formas de contenção extrema do segmento pobre da população infanto-juvenil, em detrimento de uma educação de qualidade e ao acesso de todos. Isso parece indicar que o espaço aberto à organização e atuação da Justiça e

Assistência no país contribuía para o desenvolvimento de uma política que primava pela exclusão social. Não interessava à elite que a população atingisse consciência de seus direitos, pois dificultaria o exercício violento e arbitrário de controle sobre a maioria (RIZZINI, 1997).

É importante ressaltar que o significado do termo delinqüente no Brasil esteve e ainda está associado, majoritariamente, aos pobres, ao contrário do que ocorre em outros países, como nos Estados Unidos, onde a pobreza não é requisito para se denominar a delinquência. No Brasil, não há o reconhecimento da delinquência juvenil da chamada classe média, no máximo, no caso da mídia, pequenas notas em jornais são verificadas quando tal fato ocorre.

Dessa forma, a história dos jovens pobres no século XX no Brasil se confunde com as iniciativas que o Estado implementou na tentativa de controlá-los, carregando a marca da institucionalização, sobretudo pelo caráter doutrinário conservador (HELMER; GENTILLI, 2017).

Na década de 1980, com o processo de redemocratização, após o período da ditadura militar, que perdurou de 1964 a 1985, surgem diversos debates em torno do modo como o Estado e a sociedade tratavam as crianças e os adolescentes. Em 1988 é promulgada a Constituição Federal que, dentre outras coisas, estabeleceu uma nova doutrina, focada no reconhecimento da cidadania e dos direitos, trazendo uma mudança na percepção e no tratamento a crianças e adolescentes.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 226 e 227, estabelece que a família é a base da sociedade e que, portanto, compete a ela, juntamente com o Estado e com a sociedade em geral, assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art.227).

Diante dos fracassos da “Doutrina da Situação Irregular”, das críticas feitas pela sociedade civil ao longo dos processos de lutas democráticas e mobilização por direitos e diante da Constituição Federal de 1988, com discussões e ações em torno do estabelecimento de direitos das crianças e dos adolescentes, desencadeou-se a

discussão e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>3</sup>, promulgado pela lei nº 8069/90, que trata a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, o que antes não existia.

Anteriormente, se as políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes se pautavam na Doutrina da Situação Irregular, com o ECA passou a ser desenvolvida a Doutrina da Proteção Integral, com uma nova perspectiva político-jurídica, considerando a população de até os 18 anos como passível de terem seus direitos garantidos e protegidos por lei. Além disso, legalmente, o termo “menor”, carregado de estereótipos e preconceitos, passa a ser extinto, existindo em seu lugar categorias como criança, adolescente e jovem (RIZZINI, 1997, p. 147).

Com a superação de termos repletos de preconceitos e estereótipos, mesmo que em muitos casos a mudança apenas aconteça nos parâmetros legais, o jovem visto como sujeito social produz e se reproduz na própria realidade, estabelece relações com a natureza e com sua situação de classe. É nessa relação que se constrói a subjetividade do sujeito, o que auxilia na compreensão dos processos de construção e significação dos projetos de vida.

Para Cassab (2001, p.32),

A subjetividade, portanto, está referida a um campo cultural e simbólico, aos outros sujeitos, aos conflitos sociais e às ações coletivas que os sujeitos empreendem frente a esses conflitos. Assim, a subjetividade é sempre plural, é individual e coletiva e, finalmente, é construída em uma relação com a objetividade. Isso não quer dizer que ela seja reflexo, em uma causalidade unívoca, mas, que nela existe a multiplicidade presente na cultura e também na dinâmica da própria subjetividade com as peculiaridades das vivências das histórias que cada sujeito carrega consigo. Os desejos dos sujeitos constroem-se dentro e fora deles e, nessas instâncias, interagem.

Assim, a subjetividade é uma forma de conhecimento do mundo que se constrói na relação entre sujeitos e realidade e na relação com outros sujeitos. Assim como a juventude, ela é socialmente construída.

A juventude adquiriu socialmente um prolongamento, mediante as demandas colocadas no mundo do trabalho que implicam em, cada vez mais, exigir maior e melhor qualificação do papel profissional por meio da escolarização e especialização.

---

<sup>3</sup> Nesta dissertação, optou-se por utilizar a sigla ECA para se referir ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por esta ser mais usualmente utilizada no âmbito da Assistência Social. No âmbito do sistema de justiça é utilizada a sigla ECRAD.

Para Cassab (2001), ao jovem de família de renda mais alta se permite um prolongamento dos estudos, uma permanência na escola para uma espécie de preparação antes da entrada no mercado de trabalho e, aos jovens pobres, exige-se a entrada precoce no mundo do trabalho. Assim, sem a possibilidade de preparação e escolarização necessária para desempenho profissional especializado, esse jovem pobre vê a conquista do emprego como algo difícil de ser concretizado, além de estar exposto a exploração de seu trabalho e a baixos salários.

Foi a partir de 1990 que a relação jovem e trabalho ganhou maior visibilidade, devido ao aumento populacional de jovens no contexto das transformações no mundo do trabalho, que ocorreu a partir das décadas de 1960 e 1970. Essas transformações no mundo do trabalho vieram acompanhadas de um aumento do desemprego de jovens. Com o excesso de mão de obra disponível, os jovens passam a assumir funções inferiores, com salários mais baixos e jornadas de trabalho mais intensas, demonstrando que a precarização do trabalho está presente no universo dos jovens (ANTUNES, 1997).

Além da precarização das relações no mercado de trabalho em decorrência das atuais formas de produção e reprodução da vida material, incidem sobre os diferentes segmentos de juventude, conforme aponta Antunes (1997), aspectos decisivos ligados às condições de vida, além das questões de gênero, de idade e outras expressões relacionadas às diversas formas de violência social.

Inegavelmente, há diferenças quando se observa o modo de vida e inserção no trabalho referente ao jovem pertencente à família pobre e ao jovem pertencente à família com melhores condições sociais e econômicas. Jovens pobres estão, quase em sua maioria, condenados ao trabalho e geralmente abandonam os estudos, apresentam baixa escolaridade e, conseqüentemente, ocupam vagas com menor remuneração e posições subordinadas.

Já os jovens das faixas de renda mais elevadas, por sua vez, geralmente podem adquirir alta escolaridade, adiar sua entrada no mercado de trabalho e conseguem, em sua maioria, disputar as melhores vagas, adquirindo maior remuneração. Trata-se, então, de uma dinâmica social em que se vê uma reprodução das desigualdades de classe que determina os modos de inserção dos jovens no mercado de trabalho (MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011).

Para Alves (2013a), existe um contingente social muito grande da juventude trabalhadora no Brasil que se encontra incluída precariamente nas relações de trabalho. Entre estes, encontra-se o que o autor denomina de “precariado”, conforme já citado no capítulo anterior. Para o autor, este seria constituído por um conjunto de categorias sociais imersas na condição de proletariedade, ou seja, jovens trabalhadores do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil.

É uma categoria que compreende jovens empregados ou operários altamente escolarizados, principalmente no setor de serviços e comércio, precarizados nas suas condições de vida e trabalho, frustrados em suas expectativas profissionais. Ou, ainda, jovens-adultos recém graduados, desempregados ou inseridos em relações de emprego precário, ou mesmo estudantes de nível superior (que estudam e trabalham em condição de precariedade salarial) (ALVES, 2013a).

Inclui também um contingente de jovens proletários desempregados de baixa escolaridade, ensino fundamental ou médio e ainda jovens de baixa ou média escolaridade, com emprego formal, mas de alta rotatividade no mercado de trabalho, além dos jovens proletários que nem trabalham e nem estudam (ALVES, 2013a).

De uma forma analítica, Alves (2007) realiza um contraponto histórico para entender o universo da precarização das relações de trabalho a que são submetidos os trabalhadores, onde não apenas a força de trabalho é sugada, mas também a subjetividade do trabalhador.

O autor salienta que se no modelo de organização fordista do trabalho havia uma integração mecânica do corpo produtivo, ou seja, produção em massa, em série e de forma especializada, no toyotismo, modelo de organização atual do trabalho, além da flexibilização da produção, tem-se a integração orgânica do coletivo de trabalho. O toyotismo procura capturar mente e corpo do trabalhador, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias. Envolve operários e trabalhadores com os novos ideais de produtividade e desempenho, além de constituir novos coletivos de trabalho vivo.

Desse modo, no toyotismo, a estrutura de poder capitalista molda a consciência do trabalhador, introduzindo desejos e verdades que são estranhas a sua realidade,

ocorrendo o que se denomina como “captura”<sup>4</sup> da subjetividade do trabalhador. O processo de precarização do trabalho que ocorre no sistema capitalista global nos últimos 30 anos atinge a objetividade e a subjetividade de classe. É no interior da subjetividade humana que se deflagram as grandes lutas pela hegemonia social. Assim, o eixo central da reestruturação produtiva no toyotismo é a “captura” da subjetividade do trabalhador indispensável para o funcionamento dos dispositivos organizacionais, tais como o Círculo de Controle da Qualidade (CCQ) e o *Just-in-time* (ALVES, 2007).

Esse fenômeno de “captura” da subjetividade do trabalhador é um obstáculo à efetivação dos direitos sociais, no sentido de que, além de retirar do trabalhador suas bases ideológicas de luta e identificação, esse fenômeno também possibilita a flexibilização dos direitos trabalhistas. Além disso, deteriorou a identificação do trabalhador como classe social, o que culminou na crise do sindicalismo moderno. Seria a existência de um sindicalismo cada vez mais fechado em si mesmo e incapaz de articular movimentos sociais mais amplos, tornando o sindicato incapaz de resistir as ofensivas da chamada acumulação flexível (ALVES, 2007).

Assim, através do medo do desemprego, o trabalhador assalariado, onde se inclui o trabalhador jovem, consente maior nível de exploração de sua força de trabalho, renunciando a direitos sociais e trabalhistas. Se para esses jovens a escola como via de inclusão não tem se mostrado uma alternativa, resta-lhes apenas a via do trabalho, porém, esta acaba se tornando uma possibilidade remota. Os processos globais de reordenamento do mercado, como salientado anteriormente, atingem os sujeitos não só em suas condições de sobrevivência, mas também na construção de suas identidades (CASSAB, 2001).

Em níveis populacionais, o último Censo do IBGE realizado em 2010 demonstrou que os jovens representam um quarto da população brasileira. Isso significa que 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivem, atualmente, no Brasil. Além disso, a pesquisa mostra que somente 53,5% dos jovens da faixa etária de 15 a 29 anos

---

<sup>4</sup> Segundo Alves (2007), a expressão “captura” é usada entre aspas para salientar o caráter problemático da captura, um processo social que não se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. O processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo contraditório, constituído por um jogo de simulações, articulando mecanismos de coerção e de consentimento, que perpassa o local de trabalho e as instâncias da reprodução social.

trabalham, 36% estudam e 22,8% trabalham e estudam simultaneamente (IBGE, 2010).

Em níveis de ocupação, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, por sua vez, divulgada no segundo trimestre de 2016, demonstrou que 24,1% dos profissionais entre 18 e 24 anos estavam desocupados no primeiro trimestre de 2016. Essa taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos de idade continuou a apresentar patamar superior ao estimado para a média total, oscilando entre 17,3% na região Sul e 28,4% na região Nordeste (IBGE, 2016).

Dados que demonstram a questão do desemprego ou da desocupação indicam a dimensão da desigualdade social que incidem sobre diversas parcelas da população, comprometendo o presente e condenando o futuro de diversos segmentos sociais das classes trabalhadoras, incluindo, sobretudo, as camadas mais jovens (GENTILLI et al., 2011).

Diferentes faixas de jovens na sociedade brasileira já convivem com os problemas decorrentes da instabilidade econômica e da crise atual, além de outras dificuldades derivadas de fatores, como crescimento significativo da população juvenil brasileira, difícil acesso à educação, saúde e cultura. Porém, quando se fala de jovens pobres existem outros aspectos associados, como, por exemplo: a exposição ao tráfico de drogas, que os assedia para o uso, abuso e/ou tráfico; a gravidez cada vez mais cedo e indesejada; e a morte precoce nos conflitos violentos que eclodem, associados às disputas do tráfico e aos confrontos destes com policiais.

Dayrell e Gomes (2002) já haviam afirmado que observar o jovem apenas sob a ótica do problema faz com que as ações sejam focadas na busca pela superação deste problema e apenas em setores juvenis considerados em situação de risco, o que inibe o investimento em ações que focalizem a juventude em suas possibilidades e na perspectiva dos direitos. Já Oliveira e Romagnoli (2012) retratam que situações de exclusão e violência, por exemplo, podem afetar a concepção de vida desses jovens e contribuir para o envolvimento em situações de risco, como tráfico de drogas, exploração da mão de obra, entre outros.

Assim, o empobrecimento social gerado pelo modelo econômico capitalista concentrador de rendas e ampliado pela falta de políticas públicas e por suas mazelas sociais agrava as desigualdades sociais, aumenta a situação de pobreza de

algumas famílias, além de contribuir para que comportamentos adversos se instalem também nas relações familiares.

As dificuldades de expressar afetos e construir projetos intrafamiliares contribuem para que, normalmente, garotos e garotas se relacionem e gerem filhos. No caso das garotas, muitas vezes ainda cabe a ela a responsabilidade dos cuidados com a prevenção da concepção, da gestação, do nascimento e da criação de uma criança que apareceu sem ser desejada e/ou planejada. O projeto de vida da adolescente/jovem, mesmo que pouco estruturado, é interrompido. Muitas vezes, com a gravidez, a interrupção dos estudos se torna algo inevitável, dificultando ainda mais seu ingresso no mercado de trabalho, comprometendo seu futuro e o da criança.

Essa construção sócio-histórica da juventude demarca que ela vai se tornando uma etapa socialmente diversa e os processos de exclusão/inclusão presentes nas sociedades modernas pluralizam e modificam as formas de vivenciar este período da vida marcado por desafios. A falta de políticas públicas leva os jovens pobres para a exclusão, iniciando um ciclo vicioso: quanto mais excluídos forem os jovens, menos as políticas de inclusão social os atingem (HELMER; GENTILLI, 2016a).

No campo da política social voltada para o atendimento de crianças e adolescentes, verifica-se uma clara continuidade histórica de ações voltadas para os segmentos mais pobres da população. Se antes do ECA, como já demonstrado nesse capítulo, isso representava uma preocupação em controlá-los e disciplinar os pobres para adaptá-los a ordem capitalista vigente, hoje se tem também a própria ideologia neoliberal intervindo nas ações no campo social, priorizando ações focalizadas e seletivas.

Se de um lado há o ECA, colocando a criança e o adolescente como sujeito de direitos, dando-lhes prioridade absoluta, estabelecendo o sistema de garantias, um sistema articulado de ações, de outro lado existem propostas neoliberais de focalização voltadas apenas para o atendimento daqueles que vivem em extrema pobreza (MELIM, 2012).

No que se refere às medidas neoliberais e seus reflexos, temos o aumento do desemprego e a produção de insegurança articulado a este crescimento do desemprego, e estas trazem também a exclusão, a pobreza, a miséria e a violência.

Dentro desse panorama, os jovens pobres, quando escapam do extermínio, convivem com os efeitos mais perversos da exclusão, pois dificilmente chegam ao mercado de trabalho formal. Sua atuação em redes ilegais, como o circuito do narcotráfico, do crime organizado, dentre outros, vem sendo vista, por alguns, como única forma de sobrevivência e se prolifera, cada vez mais, como práticas de trabalho à medida que aumenta a apartação social (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005).

Por outro lado, muitos jovens através de diferentes ações conseguem, em alguns casos, fugir ao destino traçado pela lógica do capital e experienciam outras formas de organização. Essa juventude pobre e marginalizada cria e inventa outros mecanismos de sobrevivência e de luta, resistindo às exclusões e destruições que vivenciam em seu cotidiano (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005).

Mesmo convivendo com inúmeras formas de violência, os jovens não são apenas sujeitos vulnerabilizados que podem ser cooptados pelo tráfico de drogas como se fosse a única alternativa possível de trabalho e de vida. Os jovens, como um segmento social que é bem diversificado, são dotados de expectativas e, muitas vezes, buscam realizar seus desejos mesmo vivenciando um contexto violento e desigual. São jovens que constroem estratégias para resistirem à violência e que, muitas vezes, essa exposição pode influenciar em suas escolhas e suas oportunidades.

As experiências neoliberais, em curso desde os anos 1990, vem afetando grande parte da população, sobretudo adolescentes e jovens, em decorrência da fragilidade das políticas públicas destinadas à reprodução das condições de vida e de trabalho dos segmentos mais jovens da classe trabalhadora. Mesmo com todo esforço realizado nos últimos anos no Brasil para se minimizar os efeitos das desigualdades econômicas e sociais, as camadas mais pobres da população enfrentam muitas dificuldades para conseguir prover as necessidades materiais e subjetivas de seus membros (GENTILLI et al., 2011).

Alves (2013b) observa que nos 13 anos de governos de Lula e Dilma foram adotados programas de governo visando o crescimento da economia. Houve, dentre outras coisas, redução do desemprego, criação de políticas de transferência de renda e aumento do gasto público. Apesar dos baixos valores como receita para cada família beneficiada, os programas de transferência de renda auxiliaram na

sobrevivência dos indivíduos mais pobres, assim como conseguiu movimentar setores econômicos que produziam para essa camada social, gerando impactos importantes neste setor da economia, sobretudo nas localidades mais pobres do país.

Nos governos Lula e Dilma se verifica uma evolução em alguns indicadores sociais, onde é possível incluir a redução da desigualdade social, a recuperação do valor do salário mínimo, a redução do nível de desemprego e a queda da informalidade do mercado de trabalho. Porém, salienta-se que ao optar por essas políticas, os últimos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) evitaram confrontar os interesses do grande capital e evitaram também acirrar a histórica e difícil luta entre capital e trabalho no país (ALVES, 2013b). Com o impeachment de Dilma Rouseff, em 2016, essa possibilidade ficou ainda mais distante de ser concretizada.

No universo da educação, a maioria dos jovens pobres que chega à universidade se encontra em cursos considerados de menor valor social, além de, em maior parte, aliam os estudos concomitantemente a bolsas, subempregos, contratos temporários etc. Muitas vezes o trabalho é a única forma de manter esses jovens estudando. Em muitos lugares, o passe livre e o restaurante popular/universitário se tornaram imprescindíveis para garantir a permanência desses jovens na universidade (RIBEIRO, 2011).

Os jovens de renda mais baixa ingressam mais cedo no mercado de trabalho, muitas vezes sem concluir a escolaridade básica. Razões diversificadas explicam essa tendência. A primeira delas seria o fato de que por pertencerem a famílias de renda mais baixa, a entrada no mercado de trabalho se torna essencial para a contribuição no sustento material da família. Uma outra razão envolve a questão de que o sistema de ensino se mostra incapaz de atrair o interesse do aluno, fazendo-o desistir de concluir uma determinada escolaridade para entrar no mercado de trabalho, muitas vezes precarizado (CORROCHANO, 2011). O universo da escola seria apenas uma etapa formal, muitas vezes não apresentando interesse ao jovem aluno.

Na atual lógica capitalista, os sujeitos, muitas vezes, são reconhecidos pela sua capacidade de possuir objetos e estabelecer relações, muitas vezes, superficiais com os demais. Além das famílias mais pobres incentivarem os jovens no ingresso das atividades produtivas cada vez mais cedo, em virtude dos motivos acima

elencados, o próprio jovem também deseja ter seus próprios rendimentos para satisfazer seu consumo. Vive-se na contemporaneidade no campo das produções subjetivas, experiências marcadas pelo cultivo do individualismo, pelo princípio do mercado, sempre individualista e concorrencial, pela lógica do consumo e pelo declínio de valores coletivos. Conforme assinala Cassab (2001, p.174):

A cultura de consumo, regida pelas injunções do mercado, leva ao paroxismo o apagamento das fronteiras entre os sujeitos e objetos, animando o inanimado e desmanchando ainda a oposição entre as pessoas e as coisas, quase como se as próprias coisas – mercadorias – acreditassem em lugar dos sujeitos. É a submissão do sujeito às formas das mercadorias em sua produção e circulação que o capitalismo em suas faces contemporâneas vai realizar de maneira mais acabada, através da pregnância do princípio de mercado e da competição sobre todos os outros.

Assim, os sujeitos no decorrer de sua história vão se identificando com aspectos socialmente valorizados, buscando se aproximar de certos modelos que lhes são desejáveis e esse processo de identificação está em permanente mudança. Compreende-se que as desigualdades sociais brasileiras constituem fenômeno social complexo e histórico que precisa ser analisado sob a perspectiva de que os sujeitos não são meros personagens ou consequência da realidade social desigual em que vivem, mas que são sujeitos ativos, que constituem essa realidade e são constituídos por ela (CASSAB, 2001).

A juventude expressa e se torna uma expressão desta complexidade de situações cujas repercussões se fazem presentes de diferentes formas na vida de cada jovem, por atributos históricos e socialmente construídos e por todo o contexto envolvido em sua teia de significações e relações sociais. Assim, cada jovem seguirá seu percurso conforme os determinantes sociais e culturais em que está inserido.

No caso dos sujeitos desta pesquisa, que são os jovens pobres com filhos em acolhimento institucional, observou-se que dentre os entrevistados que constituíram a amostra, como será visto adiante, tem-se uma maioria de jovens que estão desempregados, sendo que a maioria também não estuda, confirmando o que os autores que pesquisam a temática, dentre eles Cassab (2001) e Alves (2013a), identificaram ao abordar a questão da educação e do trabalho para jovens pobres. Observa-se que quando a educação como via de inclusão não lhes atingem, a via do trabalho também acaba se tornando uma alternativa remota.

Sem um incentivo e um apoio da família para a permanência na escola, como acontece com jovens de família de renda mais alta, os jovens pobres veem dificultada sua entrada no mercado de trabalho e quando conseguem estão expostos à exploração de sua força de trabalho com baixos salários.

São jovens que vem sofrendo todos os impactos das medidas neoliberais e das transformações no mundo do trabalho, desde a infância, mesmo que indiretamente. Os sujeitos dessa pesquisa estão entre aqueles que foram atingidos pela precarização dessas relações em todas as dimensões do seu viver, nas quais se incluem as relações com a cidade, com o trabalho, com a educação e com a família.

Hoje, dentre outras coisas, esses jovens, no âmbito do trabalho, vivenciam desemprego, condições precárias de trabalho, trabalhos temporários (os chamados “bicos”) etc. São jovens que convivem com violência social, privações de toda natureza, uso de drogas e não acesso às políticas sociais. Há ainda aqueles jovens que vivem em situação de rua, integram o sistema prisional, vivem em alienação mental, foram abandonadas pela família, vem sofrendo as consequências do desemprego e se tornam invisíveis perante Estado e a sociedade, podendo se caracterizar no que Marx denominou como sendo vistos como a escória da sociedade.

Ainda que o acolhimento institucional, preconizado na Política Nacional da Assistência Social, seja idealizado para todos, nele estão, em sua maioria, os que habitam a ótica da extrema pobreza e no caso do presente estudo são jovens pobres que mediante toda a precariedade da vida não conseguiram assegurar proteção social a eles mesmos, tampouco a seus filhos, que precisam ser protegidos pelo Sistema de Garantias de Direitos.

#### **4 CONSCIÊNCIA DE CLASSE E VISÃO IDEOLÓGICA DE MUNDO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL**

Conforme já discutido anteriormente, o capitalismo é um sistema permeado por profundas contradições: quanto maior a riqueza dos capitalistas, maior a pobreza do proletariado. Essa é a lei geral da acumulação capitalista (MARX, 1968) e, nesse sentido, esse modo de produção se assenta na exploração da força de trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. É nesse contexto que se dá a acumulação capitalista e a alienação dos seres humanos. A máquina do capital tenta desefetivar o proletariado e cria um processo de alienação na vida cotidiana, conforme apontado por Marx (2001, p.112):

O trabalhador torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz, mais a sua produção aumenta em poder e âmbito. O trabalhador torna-se uma comodidade mais barata do que as comodidades que ele cria.

A alienação do trabalhador em relação aos produtos por ele criado é consequência da sua alienação em relação a sua atividade produtiva. Assim, o trabalho, em vez de realizar o homem, torna-se uma atividade de sacrifício. Deixa de ser um meio de realização do ser social para ser um mero meio de manutenção de sua existência física.

Este é o principal sentido da alienação, o sentido em que o trabalhador se torna escravo do seu objeto. A economia política ignora a relação direta entre o trabalhador e o processo produtivo. O sujeito não está somente alienado ao objeto que produz, como também à atividade e ao processo de produção. O trabalho se torna obrigatório, como meio de satisfazer as necessidades externas ao próprio processo de trabalho, perdendo o seu caráter de expressão da autonomia criativa e criadora (COSTA, 2015).

Além disso, o capital financeiro assume o controle do processo de acumulação intervindo na economia, na sociedade, na política e na cultura, “vivendo profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais” (IAMAMOTO, 2011, p.107).

Iasi (1999), ao analisar o processo de alienação, indica que este se apresenta em três aspectos. Segundo ele, primeiramente,

ao viver o trabalho alienado, o ser humano aliena-se da sua própria relação com a natureza, pois é através do trabalho que o ser humano se relaciona com a natureza, a humaniza e assim pode compreendê-la. Vivendo relações onde ele próprio coisifica-se, onde o produto de seu trabalho lhe é algo estranho e que não lhe pertence, a natureza se distancia e se fetichiza. Num segundo aspecto, o ser humano aliena-se de sua própria atividade. O trabalho transforma-se, deixa de ser a ação própria da vida para converter-se num "meio de vida". Ele trabalha para o outro, contrafeito, o trabalho não gera prazer, é a atividade imposta que gera sofrimento e aflição. Alienando-se da atividade que o humaniza, o ser humano se aliena de si próprio (auto-alienação). Isto nos leva ao terceiro aspecto. Alienando-se de si próprio como ser humano, se tornando coisa (o trabalho não me torna um ser humano, mas é algo que eu vendo para viver), o indivíduo afasta-se do vínculo que o une à espécie. Ao invés do trabalho tornar-se o elo do indivíduo com a humanidade, a produção social da vida, metamorfoseia-se num meio individual de garantir a própria sobrevivência particular (IASI, 1999, p.25).

Assim, o trabalho torna a dimensão criadora, livre e consciente do homem num mero meio para a existência e sobrevivência física. Desse modo, além da alienação do homem com o objeto que produz, tem-se também a alienação desse homem com os outros homens.

Dessa forma, é apenas a partir do momento em que o trabalhador se apercebe do caráter das relações sociais em que está inserido, que se coloca a necessidade de buscar uma transformação. Mas apenas saber que é necessário mudar a sociedade, destruir o capitalismo não basta nesse processo de tomada de consciência e sim como fazer e o que colocar no lugar do capitalismo, por exemplo.

A consciência em si, quando não tende a entender a totalidade, acaba por se distanciar de sua meta revolucionária:

É na própria constatação de que a sociedade precisa ser transformada que supera-se a consciência da reivindicação pela da transformação. O indivíduo transcende o grupo imediato e o vínculo precário com a realidade dada, busca compreender relações que se distanciam no tempo e no espaço, toma como sua a história da classe e do mundo. Passa a conceber um sujeito coletivo e histórico como agente da transformação necessária (IASI, 1999, p.41).

Assim, segundo Iasi (1999), a consciência de classe é num primeiro momento uma negação do capitalismo por parte do proletariado, assumindo sua posição de classe, para depois negar a si enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra a ordem capitalista.

Partindo dessa ideia, Iasi (1999) analisa o sentido que a ideologia tem no interior das classes dominantes e sua disseminação aos dominados. Segundo ele,

a ideologia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de ideias, que pelos mais diferentes meios (meios de comunicação de massas, escola, igrejas, etc.) são enfiadas na cabeça dos indivíduos. Isto levaria ao equívoco de conceber uma ação anti-ideológica como a simples troca de velhas por "novas" ideias. Quando, numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção tende a deter também os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantem sua dominação econômica. Esta universalização da visão de mundo da classe dominante se explica não apenas pela posse dos meios ideológicos e de difusão, mas também e fundamentalmente, pela correspondência que encontra nas relações concretas assumidas pelos indivíduos e classes. Não são simples ideias, como afirma Marx (IASI, 1999, p.24).

A ordem do capital é injusta, desigual, fundada na exploração, na desumanização, e destrói qualquer capacidade “da vida se expressar como vida” (IASI, 2013, p.70), sendo fácil entender porque as pessoas se antagonizam contra a exploração. Assim, o proletariado não vive em outras relações, ele vive nas relações do modo de produção capitalista. Portanto, a primeira expressão de uma consciência social que os trabalhadores tomam como sua é a consciência burguesa. Eles pensam o mundo e a si mesmos a partir dos elementos que constituem a consciência da burguesia. É nesse sentido que reside o problema, segundo Iasi (2013), pois torna-se impossível compreender o ser da classe e sua consciência. Segundo o autor, este é um ser em movimento que só pode ser compreendido no interior da totalidade de suas relações e não isoladamente. Dizemos que a primeira expressão da consciência é a do “amoldamento”, é a consciência da ordem da qual os trabalhadores fazem parte.

A classe trabalhadora é ao mesmo tempo uma classe da ordem do capital e por isso expressa na sua consciência os elementos do “amoldamento” e, exatamente por ser uma classe da ordem do capital, “pode entrar em choque com esta ordem almejando ir além dela e, quando o faz, expressa uma consciência que pode chegar a uma consciência de classe” (IASI, 2013, p.74).

Assim, segundo o referido autor, a consciência de classe está no movimento que a leva da alienação inicial à rebeldia, a constituição das lutas imediatas, da possibilidade de constituição de um sujeito histórico:

O proletariado percebe sua força, de ser elemento chave para o processo de produção, percebe seu poder de barganha e o usa contra o capital, adquire consciência de sua força, de sua união enquanto classe. Mas, digamos que esta luta atinja seus objetivos, que a greve seja vitoriosa. Os trabalhadores retornam ao trabalho com suas reivindicações atendidas. Estão novamente aptos a revalidar as relações de exploração, o trabalho alienado, ou seja, o próprio capitalismo. Isto porque ao assumir-se enquanto

classe, o proletariado nega o capitalismo, afirmando-o. Organiza-se como qualquer vendedor que quer alcançar um preço maior por sua mercadoria. Portanto, em sua luta revolucionária, não basta o proletariado assumir-se enquanto classe (consciência em si), mas para além de si mesmo (consciência para si). Conceber-se não apenas como um grupo particular com interesses próprios dentro da ordem capitalista, mas colocar-se diante da tarefa histórica da superação desta ordem (IASI, 1999, p.38).

Não se pode dizer que um operário tem consciência de classe apenas por saber que é explorado. É o ser do proletariado enquanto classe que define o curso histórico que ele deve seguir e não o que ele pensa sobre si próprio. No pensamento marxiano, a consciência de classe está vinculada à atividade material e coletiva dos homens: “os homens são produtores de suas representações, de suas ideias, mas os homens reais e ativos, tais como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas” (MARX; ENGELS, 1991, p.36).

Marx e Engels (1991), em “A ideologia alemã”, postularam que é natural que os membros da classe dominante possam deter os meios de produção e disseminar conhecimento, fazendo com que suas ideias sejam apresentadas como corretas e universais. Isso explica o poder de uma classe em apresentar suas ideias como sendo universais e reproduzir isso no conjunto da sociedade, mas, todavia, não explica porque os trabalhadores explorados nessa ordem aceitam como suas as ideias de seus adversários.

Nessa perspectiva, segundo Marx (1974, p.129), “o modo de produção da vida material condiciona o processo social, político e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Assim, quando o homem toma consciência da necessidade de se relacionar com os demais indivíduos, pode-se afirmar que esse fator demarca a tomada de consciência de que vive efetivamente em sociedade.

Entretanto, conforme aponta Marx (2010), como o pauperismo não chega a se constituir num segmento da classe trabalhadora, essa camada da sociedade não chega a participar de um projeto coletivo de emancipação. Sobre emancipação, o autor aponta que

a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para

si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” (forças próprias) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010, p.54).

Ainda por essa via, Mészáros (2006), por sua vez, estabelece que o ser de classe é antes de tudo um ser social, mas para se constituir dessa forma precisa tomar consciência de si mesmo, de sua base orgânica e biológica, das suas potencialidades. Precisa se apropriar de suas habilidades, entender o mundo a sua volta e em que contexto está situado. Esse movimento, segundo o autor, representa a passagem da tomada de consciência de si, ou seja, uma consciência ainda imersa ao contexto em que surge, limitada a responder aos estímulos do meio, para uma consciência que se apropria do contexto e a partir de suas particularidades ela se constitui. Seria quando o sujeito entende a sua realidade, torna-se capaz de elaborar uma consciência de si próprio, construindo, assim, um sentido para sua existência.

Löwy (1988) introduz um novo debate ao discorrer sobre a tomada de consciência de classe. Ele utiliza o termo “ponto de vista” para explicar que sujeitos de outra classe podem se situar do ponto de vista do proletariado ao tomar consciência de seus processos históricos, porém o seu processo de posicionamento não se faz em termos de uma tomada de consciência de classe (porque a classe dele não é o proletariado) e sim de sua situação no ponto de vista dessa classe, no ponto de vista que corresponde à consciência de classe do proletariado. Assim, ele completa:

É por isso que eu falo de ponto de vista, mas considero que o proletariado chega a esse ponto de vista através da tomada de consciência de seus interesses históricos. Deste modo, existem caminhos diferentes para se chegar ao ponto de vista de uma classe. Isso pode se dar por diferentes razões, sejam econômicas, políticas, morais, ideológicas, éticas, culturais. O processo que leva o proletariado a esse ponto de vista é o processo de tomada de consciência de classe (LÖWY, 1988, p.111).

Para o pensamento marxista, segundo Cardoso (2017), cada homem transforma a si mesmo e se modifica na medida em que modifica todo o conjunto de relações sociais. Em Gramsci (1978), a concepção de mundo está ligada às relações sociais nas quais o homem está envolvido e que podem ser vivenciadas com maior ou menor grau de participação e consciência crítica. Essa tomada de consciência é o início do processo de mudança e transformação, onde se parte do senso comum chegando à consciência crítica.

Nesse sentido, o senso comum é uma visão de mundo difundida nas classes subalternas de forma desordenada e assistemática. Assim, há uma concepção de mundo que se expressa através do fato intelectual e outra que se manifesta na ação efetiva e, para Gramsci (1978), a elevação do senso comum ao plano crítico se faz através da luta concreta e através do projeto educativo capaz de tirar as massas da passividade e de construir sua hegemonia e uma nova ordem social (CARDOSO, 2017).

Apenas com a consciência de classe é que se dá o autoconhecimento do proletariado, revelando toda a estrutura da sociedade capitalista e sua própria missão histórica enquanto classe (LUKÁCS, 2003). Não se trata do que o proletariado pode pensar sobre si, mas do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com seu próprio ser.

Lukács (2003), em sua reflexão sobre consciência de classe, enfatiza que ela não é algo específico a uma determinada classe, mas que “somente a consciência do proletariado pode mostrar a saída para a crise do capitalismo” (LUKÁCS, 2003, p.183). O proletariado teria de se tornar classe não somente em relação ao capital, mas para si mesmo: “é impossível para o proletariado libertar-se como classe sem suprimir a sociedade de classes em geral” (LUKÁCS, 2003, p. 174).

Dessa forma, Lukács reforça o pensamento de Marx sobre a concepção de que o proletariado somente romperá com a ideologia burguesa quando ele tomar consciência de sua condição de classe dominada e explorada, conforme se pode ver em Marx e Engels (1991).

Lukács (2003), no prefácio de 1967, reformula seu pensamento e destaca que anteriormente tinha uma visão messiânica de consciência de classe. Essa relação entre dominação e liberdade, que anteriormente era destacada pelo autor, não encontrará ressonância em seus postulados de aproximadamente quatro décadas depois de sua formulação inicial em História e Consciência de Classe, de 1922. Aquilo que havia sido dado por definitivo, assume uma conotação diferente.

Segundo Lukács (2003, p.15),

procura-se, é verdade, tornar compreensíveis todos os fenômenos ideológicos a partir de sua base econômica, mas a economia torna-se estreita quando se elimina dela a categoria marxista fundamental: o trabalho como mediador do metabolismo da sociedade com a natureza. [...] Mas com isso desaparece também, ao mesmo tempo, aquela ação recíproca

existente entre o trabalho considerado de maneira autenticamente materialista e o desenvolvimento dos homens que trabalham. [...] A exploração capitalista perde esse lado objetivamente revolucionário, e não se compreende o fato de que, embora esse desenvolvimento das capacidades do gênero homem se efetue de início, à custa da maioria dos indivíduos e de certas classes, ele acaba por romper esse antagonismo e coincidir com o desenvolvimento de cada indivíduo.

A concepção da práxis revolucionária, por sua vez, tinha um caráter excessivo, o que correspondia à utopia messiânica, analisada por Lukács (2003) como peculiar ao comunismo de esquerda da época e não à autêntica doutrina de Marx. No contexto político da década de 1920, Lukács (2003) atacava as concepções burguesas e oportunistas do movimento operário que exaltavam um conhecimento isolado da “práxis”, porém, sem perceber que sem uma base na “práxis” efetiva, no trabalho “como sua protoforma”, o caráter exagerado do conceito de “práxis” acabaria se convertendo num conceito de “contemplação idealista”. Nessa posição, ele pretendia “separar a verdadeira e autêntica consciência de classe de toda pesquisa de opinião empírica, conferir-lhe uma objetividade prática incontestável”, porém, apenas conseguiu chegar “à formulação de uma consciência de classe atribuída” (LUKÁCS, 2003, p.17).

Assim, Lukács (2003) aponta que:

em oposição à consciência trade-unionista que surge espontaneamente, a consciência de classe socialista é trazida de fora ao operário, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. Portanto, aquilo que para mim correspondia a uma intenção subjetiva e que para Lênin era o resultado da autêntica análise marxista de um movimento prático dentro da totalidade da sociedade tornou-se em minha exposição um resultado puramente teórico e, portanto, algo essencialmente contemplativo (LUKÁCS, 2003, p.18).

Pensada dessa forma, seria como um “milagre” a conversão da consciência de classe atribuída em práxis revolucionária (LUKÁCS, 2003, p.18). Assim, a consciência de classe não pode ser um mantra pregado de fora. Movimentar a consciência é movimentar a materialidade que gera a própria consciência.

A discussão em torno da ideologia, por sua vez, é envolvida por uma grande complexidade. Diversas concepções teóricas e visões de mundo são abordadas por diferentes autores e pensadores. Em Marx, não existe, propriamente dita, uma teoria da ideologia, mas sim elementos para uma teorização que está presente, difusamente por toda sua obra.

Assim, conforme Bottomore (2012), Marx conceituou a ideologia como um

instrumento de dominação que aliena a consciência dos trabalhadores da sua condição de explorado, sendo um meio usado pela classe dominante para exercer sua dominação. Para Marx, o conceito de ideologia estaria ligado às classes dominantes, tendo em sua concepção um conceito crítico-negativo, que indica uma falsa representação, um conhecimento invertido da realidade, uma falsa consciência que acaba por justificar as relações de dominação e poder, o que se torna inapropriado falar de uma ideologia proletária.

Em outras palavras, a visão da ideologia como falsa consciência remete ao processo no qual o indivíduo desenvolve uma consciência que não corresponde com a sua própria existência de classe, ou seja, que representa os interesses de outra classe. Esta noção de falsa consciência significa uma compreensão a partir dos interesses hegemônicos da burguesia que esconde a essência, vendo apenas a aparência das coisas.

Marx nunca se referiu a uma ideologia do proletariado. Para ele, a ideologia aparece vinculada às classes dominantes que visam manter ou fortalecer uma ordem estabelecida e os problemas com que os homens se deparavam não poderiam ser resolvidos apenas pelas ideias, pois estas são consequências de contradições reais da sociedade capitalista (LÖWY, 1988).

De tal forma, a ideologia seria a representação da realidade que a classe política e economicamente dominante procuraria impor às demais classes com o objetivo de garantir sua permanência na posição de classe dominante. Embora a ideologia também adquira essa forma específica, é importante assinalar também que, com o passar dos anos, a ideologia começou a apresentar outras formas.

O significado de ideologia, compreendido como falsa consciência presente em “A ideologia alemã” de Marx e Engels (1991), precisa, para Gramsci (1978), ser situado no tempo histórico da expansão da sociedade burguesa capitalista. Para este autor, portanto, a ideologia é algo que deve ser analisado historicamente.

Gramsci (1978, p.16) considera a ideologia como uma “concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida, individuais e coletivas”. Para o autor, todos os homens são “filósofos”, na medida em que, mesmo sem terem consciência, na mais simples

manifestação de atividade intelectual está contida uma concepção de mundo, uma ideologia.

Essa filosofia, segundo ele, se manifesta

na própria linguagem que é um conjunto de noções e conceitos determinados e não simplesmente de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo, no senso comum e no bom senso; na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, medos de ver e agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por folclore (GRAMSCI, 1978, p.11).

Para o referido autor, é necessário transformar o “senso comum” reproduzido historicamente em novas formas de interpretar o mundo, coerentes e condizentes com a realidade sócio-histórica. Para tanto, se faz necessário substituir os chamados sentidos comuns anti-históricos por uma visão crítica do real, na relação dialética com a história dos homens, com um determinado ‘fim a ser seguido’ e não a partir de uma visão positivista ou naturalizadora das relações sociais (GRAMSCI, 1978). Sobre esse aspecto, para Simionatto (1999, p.79),

é no terreno do senso comum que as classes subalternas incorporam as ideologias dominantes, cuja pretensa verdade se impõe às classes subalternas como única, como superstição. É, portanto, no terreno ideológico que se produzem e se mantêm, em função da divisão da sociedade em classes antagônicas, as resistências aos impulsos de unificação da consciência humana.

A classe dominante consegue impor a sua ideologia porque, além de deter a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos (organização escolar, religiosa, imprensa etc.), possui o poder econômico que representa uma grande força na sociedade civil, pois além de controlar a produção e distribuição dos bens econômicos, também organiza e distribui opiniões e ideias.

Assim, muitas vezes a ideologia é compreendida no sentido de falsa consciência, porém, é importante salientar que a ideologia precisa ser compreendida, sobretudo, “em sua perspectiva ontológica, isso porque não é seu critério de verdade que define seu papel na práxis humana, mas sua função norteadora dos conflitos e embates em andamento” (SOUZA, 2017, p.42).

Mészáros (2014, p.64) chama atenção para o fato do “poder da ideologia não pode[r] ser subestimado”, sendo “uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”. Assim, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa, tão pouco pode ser superada nas sociedades de classe.

Para o autor, a ideologia atinge a todos: tanto os que a negam, quanto aos que reconhecem suas influências e interesses inerentes às várias ideologias. A persistência da ideologia reside no fato de que ela é construída objetivamente como

consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2014, p.65)

Assim, as diferentes formas ideológicas de consciência social têm implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades (arte, filosofia etc.), independente da vinculação sociopolítica das posições progressistas ou conservadoras, por exemplo. As ideologias atuam no sentido de atribuir respostas aos indivíduos, delineando o campo do reconhecimento ou negação do sistema (MÉSZÁROS, 2014).

Conforme abordado, em nenhuma sociedade existe o consenso geral, não existe somente uma ideologia dominante, mas sim enfrentamentos ideológicos contraditórios entre visões ideológicas de mundo. Nas diversas expressões da desigualdade explícita na atual sociedade capitalista, podem-se observar as distintas formas de consciência que as pessoas têm dessa desigualdade e, ao mesmo tempo, de seus direitos nessa sociedade desigual.

Mediante uma complexidade conceitual envolvida em torno da ideologia, Mannheim (apud LÖWY, 1988) distingue conceitos de ideologia e utopia, onde ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações e teorias que se orientam para a estabilização ou legitimação da ordem estabelecida e utopia são aquelas ideias, representações e teorias que aspiram outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Löwy (1988, p.13), a partir desse conjunto de reflexões conceituais, utiliza o termo “visão social de mundo”, que perpassa os dois conceitos – ideologia e utopia – para se referir a diferentes expressões sociais sobre o mundo, sendo todo o conjunto estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas.

Na sociedade capitalista se tem uma naturalização da ideologia dominante, onde a desigualdade social entre ricos e pobres se torna algo natural. Na dialética, diferentemente do positivismo, não existe nada eterno, nada fixo. Tudo que existe na

vida humana está em constante transformação. Todos os fenômenos econômicos ou sociais são produtos da ação humana e não de leis naturais, podendo ser, portanto, transformados por essa ação.

Assim, diferentemente da compreensão de que a ideologia seria uma inversão, abstração ou falsa consciência, acredita-se que a noção atribuída por Löwy seja mais oportuna para o presente estudo.

Segundo Löwy (1988, p.15), as ideologias, as utopias e as “visões ideológicas de mundo” são produtos sociais que devem ser analisados em sua historicidade. Só podem ser analisados dentro da totalidade, da percepção da realidade social como um todo estruturado, sem perder sua relação com o conjunto da vida social. Além de estarem imersas na totalidade, as visões ideológicas de mundo são contraditórias (LÖWY, 1988, p.15):

Essas ideologias ou utopias, ou visões de mundo têm de ser desmistificadas na sua pretensão a uma validade absoluta. Uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações da realidade, têm de ser vistas na sua limitação histórica.

A realidade, segundo Löwy (1988), deve ser percebida como um todo orgânico, sem perder sua relação com o conjunto. Assim, quanto a totalidade,

não se pode entender uma ideologia, uma utopia, uma visão social de mundo, uma doutrina social, uma concepção da prática e da teoria social, sem ver como ela se relaciona com o conjunto da vida social, com o conjunto histórico do momento [...] não existe uma história pura da ideologia, da filosofia, da religião ou da ciência social. Essas histórias têm que ser vistas como elementos de uma totalidade e é só em sua relação com a totalidade social, com o conjunto da vida econômica, social e política que se pode entender o significado das informações e das mudanças que vão se dando, por exemplo, no terreno das ideologias (LÖWY, 1988, p.16).

Ainda partindo da análise dialética em Marx, Löwy (1988) destaca que existe um constante enfrentamento entre as ideologias, as utopias e as visões de mundo na sociedade. Para ele,

em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe simplesmente uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo conflituais, contraditórias. Conflitos profundos, radicais, que são geralmente irreconciliáveis, que não se resolvem em um terreno comum, em um mínimo múltiplo comum (LÖWY, 1988, p. 17).

É nesse campo que se localiza a teoria marxista no que refere ao objetivo de não apenas explicar a realidade, mas sim “compreender a realidade para transformá-la

revolucionariamente” a partir do “ponto de vista das classes dominadas” (LÖWY, 1988, p.18).

A partir de algumas contribuições de Singer (2012), verifica-se uma aproximação da camada social, denominada pauperismo, ao conservadorismo. Dotados de uma parca formação intelectual que não os permite apreender as diferenças entre o direito posto e a luta pelo reconhecimento do direito, estes também não conseguem diferenciar os elementos presentes entre o direito que separa os proprietários e os não proprietários dos meios de produção e o que se quer construir com base na justiça social. O autor, afirmando esse processo, descreve que:

As classes podem transformar-se em classes para si, isto é, conscientes de seus interesses e dispostas a lutar por eles no plano da política. No caso de classes em si que não logram se unificar e conscientizar-se para a ação coletiva, tendem a aparecer na luta política como massa, estruturada de fora para dentro. As classes fundamentais, por serem portadoras de um projeto histórico, como é o caso da burguesia e do proletariado no capitalismo, tenderiam a se organizar enquanto classes; as demais, a surgir na política como massa. O funcionamento da consciência, nas frações de classe que aparecem como massa, assemelha-se ao da pequena burguesia, isto é, seriam incapazes de perceber o contexto real em que estão situadas, pois este lhes é adverso (SINGER, 2012, p.14).

Assim, pode-se recorrer a Marx quando este se referia ao *Lumpemproletariado* como segmento alheio à luta revolucionária, pois sua precariedade existencial os impedia de serem sujeitos de uma ação. Singer (2012, p.21) também parte das análises de Marx, dizendo que as “frações de classe que demonstram dificuldades essenciais para se organizar e tomar consciência de si [...] apresentam-se na política enquanto massa”. Essa massa, por sua vez, destituída da possibilidade de agir por meios próprios, se identifica com aquele que, desde o alto, aciona as alavancas do Estado para beneficiá-la.

As visões ideológicas de mundo, por sua vez, estão imersas na vida cotidiana. Esta última, conforme Heller (2008) já havia apontado,

é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividades. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Mas a significação da vida cotidiana tal como seu conteúdo não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Hierarquia que por sua vez não é imutável (HELLER, 2008, p.32).

Para a autora, cotidiano é a “vida de todos os dias” e mesmo “as maneiras de

pensar, as práticas morais, os ideais éticos, as formas de consciência religiosa, a arte e a ciência”, que formam o âmbito não cotidiano, são fundamentais para a constituição da “vida do homem inteiro” (HELLER, 2008, p.31). Todo homem nasce no cotidiano, mas ao produzir reflexões teóricas, filosóficas, artísticas e políticas estaria na dimensão não cotidiana, que tem origem no próprio cotidiano. Qualquer um, não importa o estágio da consciência histórica em que seja lançado ao mundo, nasce no cotidiano e aí se desenvolve. Nesse sentido,

a vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos, por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade (HELLER, 2008, p.31).

Heller (2008) reitera também que todo indivíduo desenvolve no decorrer da sua história a consciência de si mesmo e a satisfação de suas necessidades individuais para sua sobrevivência. Mas o ser humano é um ser social e a interação com os demais tende a desenvolver a consciência enquanto membro que pertence à humanidade.

Sob essa ótica, Martins (1998, p.2) considera que para muitas pessoas a vida cotidiana se tornou uma fuga, um refúgio da incerteza do futuro, “de uma história bloqueada pelo capital e pelo poder”, mas também há aqueles que entendem que é no mundo de todos os dias “que está o tempo e o lugar da concretização das vontades individuais”.

O Neoliberalismo, enquanto política econômica, espalhou um novo modo de vida que teve um profundo impacto cultural na subjetividade das pessoas. As classes dominantes desejam que os indivíduos sejam consumidores, escravizados por necessidades imediatas e muitas vezes supérfluas. Munidas de uma ideologia que dissemina possíveis necessidades produzidas pelo mercado, difundidas pela mídia e absorvidas pela massa, ditam uma forma de viver, de pensar, de vestir, de se comportar, garantindo o sustento da divisão social do trabalho, cujo objetivo são os lucros que beneficiam apenas as classes dominantes detentoras dos meios de produção.

O visível aprofundamento das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego apenas comprovam que a proposta neoliberal foi vitoriosa, pois estas são as suas metas, quando se colocou o mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, “cabendo aos indivíduos a responsabilidade de se virarem no mercado”. Além disso, no neoliberalismo, o gasto social é tido como uma das principais causas da crise fiscal do Estado, que de acordo com sua lógica deve ser reduzido, assim como deve haver restrição de meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos (IAMAMOTO, 2011, p.141).

Assim, imersa nessa realidade diversa e contraditória estão as classes subalternas, apresentando diversas demandas, já destacadas anteriormente, dentre elas, os serviços básicos a sobrevivência de qualquer pessoa: acesso à educação, saúde, segurança, transporte, trabalho. São indivíduos que muitas vezes estão alheios à abrangência das políticas sociais e dos direitos sociais historicamente conquistados. A luta pela sobrevivência percorre o dia a dia das famílias pobres, não apenas a sobrevivência material, mas a sobrevivência afetiva também, de pertencimento a uma comunidade (FÁVERO, 2007).

A realidade e cada um dos elementos que compõem qualquer formação socioeconômica são historicamente determinados. As precárias condições de sobrevivência influenciam diretamente nas visões de mundo desse sujeito. O próprio indivíduo tende a se culpabilizar pelas carências e mazelas sofridas. Aceita essa realidade como algo natural e imutável, tornando-se completamente alienado, o que impossibilita qualquer forma de emancipação e de transformação da própria realidade, uma vez que o entendimento da realidade é premissa da luta para transformação.

Mesmo que a consciência de classe só possa ser concebida se o sujeito for capaz de se apropriar, com seus desejos e intencionalidades, da realidade que o permeia, ela não é um atributo do indivíduo isolado, mas do sujeito histórico, do ser social. O ser social é antes de qualquer coisa um ser natural, isto é, um ser que precisa se alimentar, se proteger do calor e do frio para sobreviver, por exemplo, mas é também um sujeito potencialmente capaz de pensar e refletir sobre sua realidade. Nesse sentido, é correto afirmar que condições de vida degradantes podem contribuir para um rebaixamento da consciência política ou de classe de um segmento da população que vive na luta pela sobrevivência.

O que para Marx e Engels (1991) difere o ser social do ser natural é a capacidade humana de se apropriar conscientemente de uma realidade, criando-a por seu próprio modo, caracterizando a passagem de uma consciência de si da realidade para uma consciência para si da realidade.

A transformação de uma realidade pressupõe um sujeito consciente de si mesmo, consciente de seu poder gerador capaz de criar uma realidade possível de ser planejada e modificada. Não seria apenas uma consciência pura, absoluta (consciência em si), mas uma consciência capaz de se apropriar minimamente das propriedades objetivas de determinado objeto para que assim possa agir sobre esse mesmo objeto para fortalecê-lo ou modificá-lo (consciência para si) (EUSÉBIO FILHO, 2010).

O que ocorre no caso das classes subalternas e também dos jovens pobres pesquisados é que essa passagem da consciência em si para a consciência para si é dificultada e, muitas vezes, é impossibilitada pelas condições precárias em que vivem. São jovens que compartilham o sofrimento da exclusão, do não acesso a diversas políticas públicas e da falta de condições para a sobrevivência. Jovens que, dentre outras coisas, habitam na incerteza do futuro devido as expectativas mínimas de emprego e deficiente educação pública. Os serviços públicos, como de saúde, educação e de acesso a benefícios, oferecem um fomento no cotidiano, mas são disponibilizados de forma restrita e com acesso abarrotado de limitações.

## 5 JOVENS PAIS E MÃES: PERFIL E CONDIÇÕES DE VIDA

Os sujeitos da pesquisa possuem perfis diferentes entre si, mas que no geral demonstram, dentre diversos aspectos, condições de vida precárias. Foram seis jovens entrevistados, dentre os quais são apresentados a seguir uma breve e sumária identificação, conforme a tabela:

Tabela 2 – Identificação inicial dos jovens entrevistados

Nome	Idade / Escolaridade	Parentesco / nº de crianças em instituição	Ocupação	Inserção em Programa Social	Informação adicional
<b>Jovem 1</b>	16 anos / 4ª série	Mãe / 1	Não estuda e nem trabalha	Não	A jovem está em acolhimento junto com o filho
<b>Jovem 2</b>	25 anos / Ensino Médio Completo	Mãe / 1	Não estuda e nem trabalha	Não	O pai da criança está no sistema prisional. A jovem mora com a mãe
<b>Jovem 3</b>	20 anos / Cursando a 6ª série	Tia / 3	Apenas estuda	Programa Bolsa Família (R\$ 124,00)	Tem duas filhas além dos três sobrinhos que ficavam sob seus cuidados.
<b>Jovem 4</b>	29 anos / 5ª série	Mãe / 2	Não estuda e nem trabalha	Não	Possui 5 filhos
<b>Jovem 5</b>	24 anos / 7ª série	Pai / 1	Apenas trabalha (Comércio)	Não	Possuía cadastro no Bolsa família antes da criança ir para o Acolhimento
<b>Jovem 6</b>	16 anos / 7ª série	Mãe / 1	Não estuda e nem trabalha	Não	O pai biológico não "assumiu" a criança. A jovem mora sozinha.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora através de entrevistas em outubro de 2017.

Dos seis jovens entrevistados, apenas um está trabalhando. As transformações no mundo do trabalho, forjadas pela revolução tecnológica globalizada, além da ênfase à financeirização do mercado, coloca a população sem ou com pouca escolarização alheia a qualquer atividade produtiva e aos valores e acessos dela decorrentes, tais como acesso a habitação salubre, a uma educação de qualidade, entre outras coisas.

De acordo com Sposati (1996), uma população pobre e desempregada se refugia em favelas e cortiços, quando não permanece abandonada nas ruas, sendo vítima cotidiana da violência e sem acesso aos direitos e à justiça. Essa é a realidade de alguns jovens pais e mães de crianças acolhidas e que não foram localizados devido

a situação de rua.

Pode-se inferir que a população em situação de rua se constitui em sujeitos invisíveis, quando se leva em consideração que as políticas públicas possuem limites de abrangência e cobertura de natureza seletiva que acabam não alcançando essa população. O preconceito e o estigma social que atingem a população em situação de rua constituem outro ângulo de explicação para a completa vulnerabilidade e falta de proteção social (SILVA, 2009).

Os ajustes neoliberais acentuaram os níveis de pobreza já existentes no Brasil e atingiram também as políticas sociais em que se pode destacar o corte nos gastos públicos e as conseqüências na redução dos benefícios sociais, ampliando a situação de pobreza de uma grande parcela da população.

Entende-se nesse estudo, conforme abordado no capítulo 2, que pobreza “não é apenas uma condição de carência possível de ser medida por indicadores sociais, de renda e outros. É, antes de qualquer coisa, uma condição de privação de direitos” (TELLES, 1992, p.13). Desse modo, pode-se analisar as condições de pobreza como um conjunto de ausências, relacionado a renda, educação, trabalho, moradia, rede familiar e social de apoio.

A ausência de condições mínimas de vida das famílias é visível e, por vezes, é traduzida, já na esfera do acolhimento institucional, no abandono dos filhos. Porém, dentro dessa situação existem elementos, muitas vezes invisíveis, que envolvem representações e significados que são construídos cultural e socialmente pelo lugar de classe ocupado pelo indivíduo na estrutura das relações sociais.

Na análise de Marx, no século XIX, “classe” se referia aos amplos conjuntos de sujeitos históricos que se constituíam segundo as relações que estabeleciam com os meios de produção: proprietários dos meios de produção e proletariado, constituindo os trabalhadores assalariados (CARDOSO, 2017).

Baseado nas transformações no mundo do trabalho, Antunes (1999) introduz uma noção ampliada da classe trabalhadora, conforme discutido no capítulo 2. Segundo o autor, a chamada “classe-que-vive-do-trabalho” inclui então:

todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o

subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado dos *Mc Donalds*, os trabalhadores hifenizados, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas, os trabalhadores assalariados da chamada economia informal, que muitas vezes são subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural (ANTUNES, 1999, p.103).

O autor exclui dessa noção de classe trabalhadora “os gestores do capital e seus altos funcionários”, além dos “pequenos empresários, da pequena burguesia urbana e rural proprietária” (ANTUNES, 1999, p.104).

Nesse sentido, Mézáros (2014, p.528) já salientava que “o que decide a posição de classe das pessoas em nossas sociedades não é a cor de seus colarinhos, mas sua localização na estrutura de comando do capital”. Desse modo, convém entender como se situam as classes na lógica da ordem capitalista.

Assim, a “situação de classe” se caracteriza como uma condição determinada pela posição da pessoa na economia. De acordo com Pessanha (1997, p.29), “não se pode confundir situação de classe, posição em relação à produção, com condições de vida e de consumo”. Utilizando como exemplo os operários do ABC Paulista<sup>5</sup>, o autor demonstra que embora estes operários tenham um padrão de consumo que os aproxima das “classes médias”, suas relações com a produção se situam na classe operária.

Estanque (2000), apenas de modo complementar ao entendimento do conceito de situação de classe, diz que o posicionamento perante o mercado de trabalho é um fato que leva a considerar todas as implicações referentes ao status e ao simbólico que se inscrevem em situações de mercado de trabalho e processos de mobilidade social.

Analisando os sujeitos da pesquisa de acordo com sua situação de classe, percebe-se que dos seis jovens apenas o jovem 5 possuía emprego, atuando como comerciário e tinha também outras experiências de trabalho anteriores como ajudante de pedreiro e auxiliar de serviços gerais. Os demais jovens estavam desempregados e desses apenas a jovem 2 estava procurando emprego e contava com experiências trabalhistas como comerciária anteriormente, em redes de *fast food*. A jovem 4 relata experiência em trabalho informal como vendedora de churros.

---

<sup>5</sup> O ABC Paulista é uma área da Região Metropolitana de São Paulo e a sigla compõe as iniciais de suas cidades que são: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Assim, são jovens situados no que Marx denominou como *Lumpemproletariado*. São jovens que dependem de ajuda, sobretudo econômica, para sobreviverem. São sujeitos invisíveis às políticas sociais e são colocados a margem do processo de reprodução social e do modo de produção, onde muitas vezes não são também “enxergados” na sociedade, habitando na esfera do pauperismo.

O trabalho informal, por sua vez, é discutido por Antunes (1997, p.102) quando ele trata do termo “classe-que-vive-do-trabalho”, que incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, os trabalhadores assalariados da “economia informal”, que podem ser incluídos basicamente os trabalhadores assalariados sem carteira assinada, entre outros.

De acordo com as entrevistas, nem todos se incluem no que o autor denomina como “classe-que-vive-do-trabalho”. Dos jovens entrevistados, quatro não estudam e nem trabalham, um apenas trabalha e o outro apenas estuda.

A jovem que apenas estuda inclui o desejo de concluir os estudos (Ensino Médio) como um sonho a alcançar:

*É o sonho de terminar meus estudos e ter um serviço digno. Eu queria terminar meus estudos e fazer direito. (Jovem 3, Feminino, 20 anos).*

É interessante ressaltar que, dentre os seis jovens, três relataram que um dos sonhos é a vontade de fazer o curso de direito, ser advogado. Este fato pode estar associado ao fato de que é uma profissão que pode definir o rumo de alguma coisa ou de alguém, que possui influência na vida das pessoas.

A educação perpassa o desejo dos entrevistados. Cinco jovens entrevistados incluíam de alguma forma a educação em seus sonhos. A educação se torna, na visão de mundo deles, uma ponte onde seria possível reverter a realidade em que vivem. A educação se materializa na fala deles como um sonho ainda não alcançado devido a imensa desigualdade no país e a não universalização do acesso aos direitos sociais.

Além da educação, o desejo material de possuir uma casa também foi possível detectar nos relatos:

*Ah o sonho é ter uma casa, morar numa casa. Uma casa grande. (Jovem 5, masculino, 24 anos).*

A luta pela casa própria é vista como uma forma de estabilidade para os

trabalhadores pobres e suas famílias, muitas vezes sujeita à instabilidade ocupacional e salário insuficiente.

Apenas uma jovem descreveu não ter um sonho:

*Não, não, pior que eu não tenho um sonho. Graças a Deus estou viva. Está melhor do que estava [...] já sofri tanto que só por eu estar viva, para mim está ótimo. Tanta coisa já passei, aí nem acreditava. Cheguei para minha irmã e falei que eu achava que nem ia chegar aos 18, cheguei até agora, então... (Jovem 4, feminino, 29 anos).*

Esse modo de pensar, segundo Heller (2008), representa uma característica fetichizada da espontaneidade, o homem que aceita tudo, sem preocupações do modo como lhe aparece na vida, o homem que atua segundo o princípio do “seja o que Deus quiser”, sem alguma perspectiva que transcende o dia-a-dia.

A Jovem 6 foi a única que incluiu em seu sonho o desejo de ter seu filho de volta em casa:

*Eu tenho um sonho e um desejo de ‘relevantar’, que é meu plano. Eu estou ‘se ajoelhando’ a Deus, orando todo dia: Deus me dá força! Eu vou voltar para escola ano que vem, tentar fazer o ‘menor’ aprendiz, ser alguém na vida e querer o meu filho. (Jovem 6, feminino, 16 anos).*

A jovem 6, através de seu relato, demonstra desejo e vontade de buscar o que ela entende que seja importante em sua vida. Enquanto demonstra seus objetivos, em sua fala, ganha destaque o lugar que ocupa a religião no contexto em que vive, que seria uma espécie de apoio para prosseguir e tentar alcançar os objetivos que propõe.

Heller (2008) demonstra que o homem só se torna indivíduo quando produz uma síntese em seu Eu, onde transforma conscientemente seus objetivos, aspirações sociais em objetivos e aspirações particulares de si mesmo e em que desse modo socializa sua particularidade.

Quanto as condições de vida, uma jovem relata que:

*Eu sobrevivo quando minha irmã vem e me dá dinheiro para comer, quando aparece alguém para me ajudar, porque eu tenho nada na minha dispensa [...] as vezes vou ‘na’ casa de alguém, ajudo, eu limpo a casa e eles me dão comida, assim. (Jovem 6, feminino, 16 anos).*

O apoio que a jovem 6 tem provém da rede familiar, no caso da irmã apenas. A rede de ajuda entre gerações, ainda que restritas, são preponderantemente femininas.

Esse tipo de solidariedade que advém das redes sociais primárias nos segmentos sociais mais pauperizados estaria associado diretamente à subsistência.

Ainda sobre suas condições de vida, a jovem faz algumas críticas a vida que leva e coloca o filho na posição de um bem e uma companhia.

*A minha vida está horrível. Sem meu filho? Minha vida está horrível. O único bem que eu teria. Olha aí, o meu pai me abandonou, senão eu teria o meu filho aqui e estaria lutando. Sem meu filho eu não estou tendo força nem para... vamos supor que quero marcar uma consulta, eu não consigo, estou ficando depressiva. (Jovem 6, feminino, 16 anos).*

Segundo Fávero (2007), o amor materno não é natural e sim social ou culturalmente construído. Esse amor não é inato, depende de condições sociais, econômicas, históricas ou ocasiões propícias ao apego. Nesse caso, pode-se inferir que as condições ao apego perpassam a ótica de que o filho seria a única companhia possível, pois mediante seu relato, ela está morando sozinha já que todos que moravam com ela a abandonaram.

A relação com as drogas é algo que perpassa a vida de três jovens entrevistados. Um deles diz que:

*Antes de eu ter meu filho, nunca usei um tipo de droga. Aí depois que tiraram meu filho de mim comecei a me afundar na maconha. Porque de noite eu não dormia, eu só chorava, chorava. Comecei a usar maconha porque ela dá sono. (Jovem 6, feminino, 16 anos)*

A drogadição pode se caracterizar como uma possível fuga da condição de sofrimento e privação ao qual é submetido.

A Jovem 4 assume também o uso de substâncias psicoativas, porém não consegue se inserir no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) por questões econômicas de acesso, pois, segundo a jovem, “eles não dão dinheiro da passagem” e como não possui renda não consegue acesso. Dessa forma, torna-se vítima cotidiana da violência e não acesso aos direitos e justiça. São jovens que se tornaram invisíveis à abrangência das políticas públicas.

O Jovem 5 relata que um dos motivos do filho estar em acolhimento seria o uso de álcool e maconha que ele fazia antes e após a criança nascer.

As relações da situação de classe com a gravidez da criança são diversificadas. A Jovem 4, entre algumas risadas, diz que sempre quis ter “um monte de filhos”. Essa informação pode ser traduzida tanto como um conformismo com sua condição de

vida atual ou como parte mesmo de um projeto de vida. Heller (2008) diz que mesmo o homem mais profundamente desesperado sorri constantemente por necessidade, apresentando-se otimista, mesmo que a realidade seja caótica, pois na concepção desse homem o ambiente a sua volta espera isso dele.

A Jovem 3 demonstra através de sua visão e de sua fala que ter filhos era seu projeto de vida:

*É na verdade eu sempre... eu olhava muito meus sobrinhos. Essa opção assim de ter filho, eu sempre falei com minha mãe que eu queria ter uma criança. Mas sempre fui de... quando eu tivesse uma menina eu sempre estudei, nunca quis parar de estudar. Isso não. Eu sempre gostei muito de criança. (Jovem 3, feminino, 20 anos)*

O Jovem 5 não imaginava que teria filhos, segundo ele “foi de uma hora para outra que aconteceu”, deixando transparecer que não fazia parte do seu projeto de vida.

Para a Jovem 6, a gravidez ocorreu antes que imaginava:

*Eu não imaginava que eu ia ter filho cedo. Mas no caso eu me envolvi com uma pessoa, aí depois vi que ele era gerente, ‘gerente de boca’ ‘num tem’? Aí eu contei para minha mãe, aí logo em seguida eu engravidei. Ele não quis assumir, aí meu pai me deu mais força [...] O pai do neném não quis assumir. Aí quem assumiu foi o meu pai. Nessa parte o meu pai me apoiou. Ficou no hospital comigo durante um mês e 15 dias lá, pelejando. Assumiu o neto dele como filho, registrou no cartório e tudo tá, meu pai. (Jovem 6, feminino, 16 anos).*

O relato pode se caracterizar tanto como se a gravidez fosse uma consequência não esperada, mas também pode significar que na concepção da jovem o “status” de “gerente de boca”<sup>6</sup> pode caracterizar alguma expectativa de poder ou de prestígio.

A não responsabilização paterna, que aconteceu e foi relatado pela jovem 6 ocorre, muitas vezes, desde o momento da gravidez da mulher, quando o pai da criança rompe o vínculo. A maternidade para jovens pobres, em alguns casos, aparece como a única perspectiva de vida, onde o papel mais importante por elas desempenhado é o de ser mãe. A baixa expectativa de vida, a violência, a baixa escolaridade, a falta de recurso material, financeiro e emocional fazem com que alguns jovens vejam na gravidez a sua única expectativa de futuro (DADOORIAN, 2003).

Mesmo diante de todas as privações que passa, incluindo a retirada da criança de

---

<sup>6</sup> Gerente de boca é uma gíria utilizada para denominar o responsável pela chegada da droga e pela contratação do pessoal. É o gerente de boca quem comanda toda a operação dentro da favela e, por isso, é sempre alguém de muita confiança do dono da boca, o que lhe confere status social local.

seu convívio, para a jovem a seguir entrevistada não significa que já tenha havido uma ruptura afetiva: a jovem demonstra, pelo o que se entende com seu discurso, que ainda tem esperança de reavê-lo.

*Ah, eu amo meu filho. Eu posso ser a doidona e tudo, mas eu amo meu filho. Mesmo que a mãe não vale (...) nenhuma, mas é um filho. (Jovem 6, feminino, 16 anos).*

Nesse relato se tem caracterizada a forma como a jovem faz uma análise de sua própria imagem, atribuindo uma imagem negativa. Nesse caso, conforme Heller (2008), crer em preconceitos é cômodo também porque protege de possíveis conflitos que podem surgir, além de dar um sentido quando não se consegue atingir um objetivo. Assim, o preconceito, às vezes, encontra espaço para sua manifestação como verdade absoluta.

Outra jovem relatou que logo após o acolhimento institucional de seu filho buscou o direito de visitá-lo na instituição:

*Vim aqui durante uma semana, uns cinco dias. Fiquei ali, chamando, chamando, pedindo, pedindo, e eles não deixaram. Na outra semana que eles foram e ficaram com dó de mim e deixaram. (Jovem 2, feminino, 25 anos).*

A Jovem 2 demonstra que ainda procura um elo com a criança e que o sentimento de família ainda está presente. Quando perguntada se deseja o retorno do filho para casa diz:

*Sim, quero. Ele vai completar a minha vida. (Jovem 2, feminino, 25 anos).*

A vida se mostra, nesse caso, com uma lacuna a ser preenchida e que mesmo com diversas dificuldades que possam surgir, principalmente econômicas, o laço maternal ainda se mostra presente.

Sobre as condições econômicas, inúmeras dificuldades podem surgir mediante a realidade contraditória em que vivem, porém, quando indagados sobre as possíveis dificuldades que encontrariam na criação de seus filhos, alguns relatos sugerem que as pessoas entrevistadas acreditam que teriam condições de criar seus filhos, mesmo em face de tamanha precariedade.

*Em questão de faltar as coisas, não falta não. (Jovem 3, feminino, 20 anos).*

*Dificuldade para criar não. Não ia ter. Recebe ajuda né, as pessoas ajudam, eu tenho muitos amigos. (Jovem 5, masculino, 24 anos).*

*Nenhuma dificuldade.* (Jovem 1, feminino, 16 anos).

Mesmo sendo notável a precariedade das condições sociais e as dificuldades financeiras, na concepção desses jovens, há a crença de que possuem condições de cuidar de seus filhos (ou sobrinhos), dentro de suas possibilidades. Marx e Engels (1991) já destacavam que o homem não consegue sair de suas condições materiais de vida, por isso não tem consciência real de suas necessidades.

Porém, sair do nível da cotidianidade para atingir o nível da consciência não é uma tarefa simples, pois até dentro de um mesmo segmento social, segundo Löwy (1988), existem divergências e pontos de vista diferentes, mesmo que compartilhem de uma mesma visão social de mundo. Essa lógica se torna mais complexa quando esse segmento social vive em condições miseráveis de sobrevivência ao nível da animalidade, onde há incertezas até nas atividades cotidianas da vida, tais como se alimentar, vestir-se ou dormir.

Para Heller (2008, p.33), é adulto quem “é capaz de viver por si mesmo sua cotidianidade”. E assim, “o adulto deve dominar, antes de qualquer coisa, a manipulação das coisas”, desde as coisas mais triviais, como utilizar garfo e faca. Porém, para esse segmento, onde lhes falta tudo, inclusive comida, essa assimilação da manipulação das coisas fica distante de se concretizar, dificultando, em consequência disso, a assimilação das relações sociais:

embora a manipulação das coisas seja idêntica a assimilação das relações sociais, continua também contendo inevitavelmente, de modo “imaneente”, o domínio espontâneo das leis da natureza. A forma concreta de submissão ao poder (da natureza) é sempre mediatizada pelas relações sociais, mas o fato em si da submissão à natureza persiste sempre enquanto tal (HELLER, 2008, p.33).

O homem precisa dominar as relações sociais e estabelecer uma relação com a natureza. Essa premissa não está ao alcance desses jovens, pois estes estão a mercê da submissão à natureza.

A Jovem 2 entende sua difícil condição social e econômica, além disso verbaliza, através de seu discurso, que sua situação de classe pode trazer algumas dificuldades na criação de seu filho se este retornar para casa, mas também procura contar com a rede social e familiar de apoio, ou seja, para melhores condições econômicas ela aguarda receber ajuda. Quando perguntada sobre as dificuldades que poderiam surgir na criação e educação dos filhos, ela diz:

*Ah, dificuldade financeira né. Porque eu não 'to' trabalhando, mas minha mãe com certeza vai arcar com as despesas. Mas ele vai ganhar o leite mesmo. Ele vai morar lá em casa comigo, com minha mãe, meu padrasto e minha irmã. (Jovem 2, feminino, 25 anos).*

A jovem 6, mesmo que de forma idealista ou mágica, demonstra através de seu discurso que almeja uma melhor condição de vida. Assim ela diz:

*Porque eu vou correr, vou batalhar. Meu filho vai ser minha força, eu sou mãe, não vou deixar meu filho com fome. Eu vou batalhar. O que eu passei aqui em casa eu não quero que meu filho passe. Eu quero ser uma mãe diferente. (Jovem 6, feminino, 16 anos).*

Esse relato permanece ao nível do discurso, pois objetivamente suas condições não favorecem essa busca. O filho passa a ocupar um lugar de posse na vida desses jovens, o que foi percebido através de seus relatos.

Na maioria dos relatos dos jovens se percebe uma naturalização das precárias condições em que vivem. Verifica-se, ainda, que esses jovens não possuem consciência de suas reais necessidades e, segundo já destacado anteriormente, apenas com o conhecimento da realidade é que se luta para transformá-la. Segundo Löwy (1988), não se trata de acreditar, ingenuamente, que um indivíduo, supostamente situado fora da sociedade, transforme as circunstâncias.

Assim como Marx postulava e como já destacado no capítulo anterior, as ideologias são formas de representação de valores que visam manter ou fortalecer uma ordem estabelecida e estaria ligada às classes dominantes para impor às demais o seu domínio. Além disso, os jovens, sujeitos dessa pesquisa, em sua maioria não chegam a se constituir como um segmento da classe trabalhadora, o que segundo os princípios de Marx impossibilitaria a participação em um projeto coletivo de emancipação.

São jovens que vivem o imediato, até porque as suas realidades não lhes oferecem alternativas. Estão imersos na cotidianidade, na espontaneidade e no imediatismo (HELLER, 2008). É um cotidiano marcado por sofrimento, tristeza, alegria, destruição e construção que somente o ser humano é capaz de viver.

Heller (2008, p.35), quando aborda a questão da vida cotidiana, afirma que o indivíduo é sempre “ser particular e ser genérico”, no sentido naturalista ele não se distingue de nenhum outro ser vivo. Segundo a autora:

As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do 'Eu'. O 'Eu' tem fome, sente dores (físicas e psíquicas); no 'Eu' nascem os afetos e as paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do 'Eu' (HELLER, 2008, p.35).

Assim, entende-se que um indivíduo com a consciência apenas do seu "Eu" só pode se aproximar da vivência ao nível da animalidade. Considerando que o desenvolvimento do indivíduo é, antes de mais nada, "função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade" (HELLER, 2008, p.37), percebe-se que os jovens, sujeitos dessa pesquisa, não chegam ao nível do desenvolvimento humano capaz de formar sua "consciência de nós" e nem conseguem perceber a própria "consciência do Eu" plenamente, pois a liberdade está distante de ser alcançada. É livre o sujeito capaz de fazer escolhas, porém, no caso dos entrevistados, o poder de escolha não lhes foi dado. São lançados na cotidianidade e nela permanecem (HELLER, 2008).

Uma das características da vida cotidiana é a espontaneidade, que caracteriza tanto "motivações particulares" quanto "humano-genéricas" (HELLER, 2008, p. 37). De forma espontânea, sem uma maior análise desse discurso, os jovens mães/pais demonstram vontade de terem seus filhos novamente em casa. Apenas um jovem diz não poder ter seu filho em casa, caso a Vara da Infância e Juventude assim deferisse, pois segundo ele "*falta muita coisa ainda*".

Além deste, uma jovem que possui 2 filhos em acolhimento institucional diz que:

*Eu cuidava, sempre cuidei. Isso eu tenho provas, sempre cuidei. 'Mas pisada de galinha também não mata pinto' né, você sabe. A gente faz isso para corrigir, porque se a gente não corrigir os outros 'vai' corrigir, então a gente que é mãe que tem que corrigir. Eu só quero me recuperar direitinho, colocar as coisas tudo certo no lugar que eu vou pegar eles de volta. Porque eu sou a mãe deles. Por mais que eu seja doida e tudo, mas eu sou a mãe, nunca maltratei, nunca bati. Só eu tomar um pouco de juízo, melhorar um pouco, isso eu já estou tomando um jeito, já estou consertando tudo que eu tinha feito de errado. (Jovem 4, feminino, 29 anos).*

De acordo com Heller (2008, p.125), o dever, nesse caso, o dever de ser mãe, converte-se numa exigência puramente externa e a atitude será uma simples adaptação: "sou mãe, portanto, faço aquilo que uma mãe deve fazer".

A jovem 6 durante a entrevista contou histórias de violência e abandono sofrido por ela dentro da família. E quanto ao motivo para seu filho estar acolhido, a Jovem 6 diz que:

*Na mente deles eu era 'de menor', como eu já tinha passagem lá, porque tipo assim, eu fugia de casa. Porque do jeito que eu era tratada aqui dentro, na minha casa, a forma que eu era tratada aqui, eu não aceitava. Para eles: 'ah, porque eu era safada, vagabunda, queria ir para rock'. Não era isso. Aí foi que na mente deles, 'ah ela não vai ter capacidade de cuidar do filho'. Até então, o meu próprio pai, ligava para eles, denunciava. O meu próprio pai. Aí foi mais que ajudaram eles a pegar, aí pegou. (Jovem 6, feminino, 16 anos).*

A violência doméstica integra o cotidiano de muitas mulheres e acentua as separações nos elos parentais. Além da violência doméstica, tem-se a violência social expressa pela pobreza e ausência de direitos de cidadania que perpassa a vida deles. Essa falta de apoio e afeto familiar pode induzir a buscar na maternidade um meio para conseguir afeto, uma família própria (DADOORIAN, 2003).

A complexa realidade das famílias pobres, como é o caso dos sujeitos dessa pesquisa, é atravessada, dentre outras coisas, por precárias habitações, geralmente em espaços reduzidos, sem privacidade ou até mesmo, em outros casos, o espaço da rua é o local de moradia. O desemprego ou o trabalho informal percorre cotidianamente essa realidade. A rede de apoio pública é precária e a rede familiar de apoio muitas vezes esgota essas possibilidades de ajuda. Além disso, o dia a dia dos sujeitos dessa pesquisa tem sido dificultado por diversos entraves: a maioria não tem proteção nem segurança econômica e afetiva, não conseguindo, então, oferecer essa segurança e proteção aos seus filhos.

Esse panorama é presente na vida da maioria dos usuários da política de assistência social e também dos jovens pais e mães pobres com filhos em acolhimento institucional, que transitam pela órbita do pauperismo, do “*lumpemproletariado*”, conforme Marx delimitava. Estão apartados da riqueza socialmente produzida e dependem exclusivamente de “ajuda” para sobreviver. Assim, em um universo em que não possuem o mínimo de condições para sobrevivência, vivenciam processos de alienação de sua condição de existência. Convivem com a humilhação de serem considerados inúteis para a produção capitalista, no sentido de gerar riqueza, restando-lhes a subordinação as demais pessoas, precisando recorrer às políticas de assistência social ou até mesmo ajuda da rede de apoio.

São marcados também pela ausência de uma busca pela emancipação, pois são despossuídos de condições mínimas de sobrevivência, onde tudo falta. Assim, sem uma mínima condição de moradia, alimentação, saúde, educação, nível intelectual,

entre outras coisas, a consciência de classe não se efetiva. Devido a essas condições, vigora o individualismo, vivenciam o imediato, o presente sem a preocupação com o futuro, que muitas vezes é incerto.

Esses sujeitos, pauperizados, estão segregados da luta pela emancipação, pois, baseando-se em Marx, o *lumpemproletariado* vive de migalhas da sociedade, uma escória social, produto de toda a desigualdade existente no modo de produção capitalista, sendo assim descartada para fins da luta revolucionária.

Desse modo, os sujeitos dessa pesquisa vivem em condições exíguas de sobrevivência. São jovens imersos em dificuldades econômicas devido a baixa escolaridade, falta de emprego e com pouco acesso as políticas sociais. Jovens que nesse momento de suas vidas congregam com a pobreza, com o não usufruto da riqueza socialmente produzida e que isso acaba por interferir nas suas expectativas e nos seus projetos de vida, estando alheios a qualquer iniciativa de mudança, pois suas condições de existência miseráveis não lhes fornecem possibilidades.

#### 5.1 JOVENS PAIS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE SEUS FILHOS: O QUE PENSAM

A Constituição Federal de 1988 instituiu a Assistência Social como uma política social não-contributiva. De acordo com a referida Constituição, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social. A Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social (BRASIL, 1988).

O sistema neoliberal prega o discurso que se concretiza por meio de práticas que buscam demonstrar que o Estado é uma instituição ineficaz para o desenvolvimento econômico, sendo assim, deve se restringir à manutenção da ordem, da liberdade e da propriedade privada, bem como assegurar condições para o livre mercado. Algumas práticas neoliberais se fizeram presentes, no Brasil, ainda na década de 1980 e assim, a partir dos anos 1990, há uma continuidade de forma acentuada aos ideais neoliberais nas políticas brasileiras: planos econômicos visando à estabilidade, mas em benefício do pagamento de dívida externa, do processo de privatização de empresas estatais, da redução nos gastos com a área social e do

direcionamento das políticas sociais para a focalização, seletividade e descentralização que é o trinômio do ideário neoliberal para com as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

A Assistência Social não saiu ileso desse processo. Muitos foram os rebatimentos do Neoliberalismo, a começar pela demora na sua regulamentação como direito. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que foi criada em 1993, somente foi efetivada em 1995 e mesmo assim ficou tensionada pela contra-reforma neoliberal (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Após mais de uma década de criação da LOAS é que se vê um novo processo, com a criação da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) em 2004 e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em 2005.

O reconhecimento legal da Assistência Social como direito, antes inexistente, não provoca automaticamente uma inversão de práticas, fortemente enraizadas na política brasileira, cunhadas pelo assistencialismo, primeiro-damismo e clientelismo, que marcaram a origem da Assistência Social no Brasil, que possuía suas raízes na caridade, na filantropia e na solidariedade religiosa. Todavia, os preceitos legais estabelecidos na Constituição Federal e na LOAS preconizam direitos e deveres que constituem os pilares sob os quais está fundada a possibilidade de reversão da lógica do favor para a lógica do direito.

Assim, antes da Constituição Federal de 1988, os benefícios sociais de saúde e previdência, em sua maioria, giravam em torno do trabalho (emprego). A Assistência Social era permeada de práticas clientelistas e primeiro-damismo, a exemplo da Legião Brasileira da Assistência (LBA), que foi criada em 1942, coordenado pela primeira-dama Darcy Vargas, que se tornou a primeira grande instituição nacional de Assistência Social. A LBA representou, segundo Sposati (2007, p.46), “a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil, conformando a relação entre Estado e classes subalternas”.

O que se pode verificar é que o SUAS foi operacionalizado em um diferente contexto histórico daquele que existia quando a Constituição de 1988 e a LOAS foram criadas. A LOAS começou a ser implementada numa fase em que se esgotavam as conquistas democráticas no período da redemocratização (BEHRING, 2011).

Com o SUAS é possível ver a expansão dos objetivos de que trata a PNAS, sendo um dos eixos estruturantes a matricialidade sociofamiliar. Apresenta-se como um

modelo de gestão descentralizado com uma lógica de organização das ações socioassistenciais com base no território e foco prioritário na atenção as famílias (MOTA, 2008).

Assim, a Política Nacional da Assistência Social, elaborada em 2004, está vinculada às diretrizes fundamentais de descentralização político-administrativa, participação popular, primazia da responsabilidade do Estado na condução da política e na centralidade da família. Dentro da PNAS, os Serviços Socioassistenciais estão organizados por níveis de complexidade: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Especial de Alta Complexidade. O Serviço de Acolhimento Institucional está inserido na Proteção Social Especial de Alta Complexidade (BRASIL, 2004).

O ECA traz no Título II normativas específicas sobre as medidas de proteção enquanto parte do sistema que assegura proteção integral às crianças e adolescentes. Estas medidas são aplicáveis em todas as situações em que houver a ameaça ou a violação dos seus direitos, quer seja por omissão do Estado ou da sociedade, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, ou ainda, em razão de sua conduta (BRASIL, 1990).

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes é provisório e se aplica para ambos os sexos, para crianças e adolescentes com ou sem deficiência, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem se distanciar excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos (BRASIL, 2009a).

Assim, de acordo com os parâmetros legais, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes se insere no Serviço de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social e seus princípios devem ser pautados no Estatuto da Criança e do Adolescente, nas alterações do Estatuto realizadas pela Lei nº 12.010/2009, no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária, na Política Nacional de Assistência Social, nas Orientações Técnicas dos Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária aponta, entre seus objetivos, para a necessidade de ampliar, articular e integrar as diversas políticas, programas, projetos, serviços e ações de apoio sociofamiliar, bem como difundir uma cultura de promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária, com ênfase no fortalecimento ou resgate de vínculos com suas famílias de origem (BRASIL, 2006).

Assim, por um lado existe o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária e, por outro, programas sociais que em seu desenho e concepção ignoram o fato de que milhares de crianças e adolescentes vivem a privação da convivência familiar. O que se percebe é que a proteção social básica não consegue cumprir com suas atribuições de prevenção e de impedir que alguns casos cheguem à proteção social especial, tornando o acolhimento institucional uma alternativa frequente.

De acordo com Fávero, Vitale e Baptista (2008), os maiores índices de motivos de acolhimento institucional de crianças e adolescentes estão relacionados às impossibilidades materiais da família para mantê-los em sua companhia, geralmente pela ausência de trabalho, renda, condições de acesso à educação, à saúde, à habitação, à assistência social, bem como pela responsabilidade e responsabilização da mulher pelos cuidados e supostos descuidos com os filhos.

Assim, esses motivos para o acolhimento institucional decorrem, em sua maioria, da falta de acesso das famílias aos direitos sociais, o que expõe, além da perversa apartação social presente na realidade brasileira, o flagrante descumprimento de disposições previstas no ECA, no sentido de que a falta de condições materiais da família não deve ser motivo para que crianças e adolescentes sejam privados da convivência familiar. O mais perverso dessa constatação é que tal realidade não muda, ela acompanha a história social de famílias brasileiras pobres há mais de um século (FÁVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008).

As expressões da questão social, como desemprego, ausência ou condições precárias de moradia, ausência de equipamentos sociais públicos para acolher a criança ou o adolescente em horário de trabalho da família (quando geralmente as crianças ou os adolescentes ficam sozinhos em casa), revelam que a acentuada e histórica desigualdade social presente na realidade brasileira se coloca no centro da

institucionalização de crianças e adolescentes. Esses fatores reafirmam a necessidade de desenvolvimento de políticas e projetos sociais para que tais situações não sejam banalizadas, naturalizadas ou ignoradas (FÁVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008). O acolhimento institucional, então,

apesar de ser uma das últimas medidas de proteção elencadas no artigo 101 do ECA, continua sendo largamente aplicado às crianças em situação de abandono ou com dificuldades de convivência na própria família. Neste sentido, pode-se afirmar que ainda é recorrente a busca de solução pela via da “segregação” institucional, deixando-se de investir em alternativas que sejam mais abrangentes, universalistas e inclusivas (OLIVEIRA, 2004, p. 19).

Fávero, Vitale e Baptista (2008), analisando as famílias das crianças sob a medida de proteção dizem que:

são aquelas que na divisão social do trabalho situam-se na condição mais precária, ou seja, aquelas que, premidas pela desigualdade social, têm uma trajetória de trabalho infantil, pouco acesso à escolarização formal, desemprego ou trabalho precário e/ou com baixa remuneração. A inserção em programas sociais, em especial os de assistência social, é reduzida e, quando existente, não é acompanhada de trabalho social. Enfim, a universalização de direitos, prevista constitucionalmente, não se realiza para esses sujeitos, praticamente em nenhuma de suas esferas, tampouco políticas focais lhes são asseguradas (FÁVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008, p.76).

Assim, de modo geral, o maior desafio da política de assistência social é assegurar que seu projeto político-institucional viabilize condições necessárias para superação de seu caráter de política para amenização ou erradicação da pobreza, para se afirmar como política de cidadania, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades sociais (CFESS, 2014).

O modelo de proteção social brasileiro, da forma como foi concebido na Constituição Federal de 1988, está ainda no vir a ser. Um avanço para cumprir conforme preconiza os parâmetros legais somente se fará mediante a ação dos cidadãos, dos sujeitos vivos em movimento, mediante a apreensão e reconhecimento das políticas sociais pelas instituições democráticas como direito universal (CFESS, 2014).

Trazendo para a realidade atual, percebe-se um retrocesso quanto ao reconhecimento da Assistência Social como direito. No governo instalado a partir de 2016, após uma crise política no Brasil, vê-se uma massiva descaracterização da política de assistência social com a retomada do primeiro-damismo e do trabalho voluntário na esfera federal, além da elaboração da PEC 241, transformada em

Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016), com seus inúmeros efeitos deletérios ao financiamento das políticas sociais, por meio de um teto dos gastos públicos, indicando um arrocho nos investimentos de saúde, educação, assistência social, direitos humanos, entre outros direitos sociais.

Outro aspecto relacionado à retração do Estado perante as políticas públicas se verifica na ampliação do terceiro setor como responsável por investimentos na área social. O terceiro setor, segundo Raichelis (1998, p.76), “abarca um conjunto heterogêneo de entidades sociais, organizações empresariais, Organizações Não Governamentais (ONGs) dos mais variados tipos” e sua existência se relaciona a transferência de responsabilidade do Estado para as comunidades organizadas. Segundo Fávero (2007), mesmo que essas ações das organizações do terceiro setor se proponham a suprir a ausência de políticas de responsabilidade do Estado, elas são pontuais e não correspondem à totalidade das demandas colocadas. Ademais, conforme analisa a autora, é de responsabilidade do poder público a redistribuição de renda “via trabalho, salários, terra, educação, saúde e habitação” (FÁVERO, 2007, p.115). Essas organizações não podem ser substitutas do poder do Estado, pois “a natureza, a responsabilidade e o poder de suas ações se dão em esferas diferentes” (FÁVERO, 2007, p.115). Elas podem, em sua função máxima, serem parceiras em programas sociais.

Destarte, para que possa haver o cumprimento de normativas e de políticas protetivas, tal como preconiza os parâmetros legais, outras políticas sociais podem e devem fazer parte da intersectorialidade com a Assistência Social. Portanto, fazer “Justiça” não se reduz a requisições para a Assistência Social. Da mesma maneira, as seguranças sociais concebidas no SUAS (acolhida, convivência/vivência familiar, autonomia e renda) não se realizam na órbita exclusiva da Assistência Social, necessitando do funcionamento da intersectorialidade (CFESS, 2014).

Os jovens pesquisados, imersos nesse panorama, possuem diferentes visões mediante a situação dos filhos em acolhimento institucional. Dos seis jovens pesquisados, apenas três mantêm o convívio com seus filhos ou sobrinhos.

A jovem 1 está em acolhimento institucional junto com o filho, pois a idade é inferior a 18 anos e foi a única opção que lhe apresentaram, segundo a jovem, pois não possuía nenhum parente responsável por ela no hospital assim que foi internada

para o parto. A avó materna se absteve da responsabilidade de criá-la assim que ficou grávida. A mãe da jovem é moradora em situação de rua.

A Jovem 2 dá declarações de conformidade quanto a situação do acolhimento institucional:

*Eu achei uma injustiça de eles pegarem meu filho de mim. Mas já que pegaram 'né', mas como eles estão tratando bem, eu gostei porque eles estão tratando meu filho bem aqui. Eles estão tratando bem, então para mim está bom. (Jovem 2, feminino, 25 anos).*

A Jovem 3 possui sobrinhos em acolhimento e atribui conotação ora negativa, ora positiva para essa situação:

*Eu acho melhor com a mãe, ou com os parentes, porque a gente sente saudades deles aqui ainda, era muito apegado. A minha sobrinha que ficou lá uns dias falou que nunca mais quer voltar. É um lugar que cuida bem das crianças, mas acho melhor com a família. (Jovem 3, feminino, 20 anos).*

A jovem diz que foi orientada pela Vara da Infância e Juventude a não visitar as crianças para que não haja apego, segundo ela. O Art. 92 do ECA (BRASIL, 1990) preconiza sobre a preservação dos laços familiares e a promoção da reintegração familiar:

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:  
I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar  
II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa [...].

Um outro fator que deve ser analisado é o tempo de permanência em acolhimento nas instituições, onde muitas vezes se verifica um descumprimento no que se refere ao Art. 101, inciso 1º, do ECA (BRASIL, 1990), que trata do acolhimento institucional como medida excepcional e provisória:

§ 1º. O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

No processo da entrevista, uma jovem que possui 2 filhos em acolhimento institucional tem uma filha adolescente que não está em acolhimento. Esse fato chama a atenção, pois foge ao entendimento de quais critérios o Estado utiliza, por meio do poder Judiciário ou de outra instância do Sistema de Garantias de Direitos, para definir como uma mesma família tem condições de cuidar de algum de seus filhos e de outros não.

A jovem 4 não teve informação para onde os filhos foram levados desde o momento em que foram acolhidos. Quando perguntada sobre o acolhimento institucional, diz:

*Não sei porque eu não fui lá ver, onde que está. Então eu não posso falar uma coisa que eu não sei. (Jovem 4, feminino, 29 anos).*

A jovem 4 traz à reflexão um problema que pode acontecer na órbita do acolhimento institucional, onde a família, em alguns casos, fica sem acesso a informação em relação ao motivo e para onde os filhos foram levados, podendo haver um descumprimento do preconizado no art. 92 do ECA e no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, no que se refere a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2006), onde é assegurada a preservação dos vínculos familiares (salvo em casos especiais determinados pela autoridade judiciária, tais como violência física ou sexual).

Do ponto de vista legal e técnico, deveria ser procedimento de rotina a família ser informada, na mesma ocasião em que houve o acolhimento institucional, para onde e para qual instituição a criança ou o adolescente foi levado. Com o relato da jovem 4 acima se verifica que podem ter sido realizados poucos contatos pela Vara da Infância e da Juventude com a rede familiar, o que ocorre em decorrência da dificuldade de localização desses jovens.

Com relação à sua visão sobre o acolhimento institucional, o jovem 5, pai de uma criança acolhida, diz que:

*Eu acho que ele está muito bem. Eles estão cuidando muito bem dele lá. (Jovem 5, masculino, 24 anos).*

No relato, ele atribui conotações positivas ao acolhimento e durante a entrevista demonstrou ter noção de que ainda não possui condições objetivas de criar o filho:

*Bom, por enquanto eu não posso ainda, porque falta muita coisa ainda para eu poder pegar ele de volta. (Jovem 5, masculino, 24 anos).*

Quanto às visitas, o jovem pai relatou que visitava o filho na instituição, entretanto, pelos dados de realidade coletados, tais como o dia de visita na instituição ocorrer aos sábados, a considerável distância geográfica da instituição com o local de trabalho ou de sua residência, além do difícil acesso à instituição, segundo ele, é agravado pelo fato de que o único horário do transporte coletivo da tarde que leva a instituição é anterior ao seu horário de saída do trabalho. Essa sequência de fatores

indica que na realidade ele tem tido dificuldades de realizar a visita e não que não deseja visitar seu filho.

A situação caracteriza um descumprimento do que preconiza a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, onde estabelece que as instituições de acolhimento não devem se distanciar geograficamente da comunidade de origem das crianças e adolescentes (BRASIL, 2009a).

Sobre a visão em relação ao modo como seu filho está sendo tratado na instituição de acolhimento, a Jovem 6 diz:

*Eu não sei como ele está. Esse que é meu sofrimento. Eu tinha vontade assim, na minha mente, 'tá' eu vou mudar de vida. Depois que eles fizeram isso comigo, acabou com minha vida todinha. Só foi de mal a pior. Até meu psicológico mexeu. Acharam que tirar meu filho vai adiantar alguma coisa? Não vai, mexeu mais comigo ainda. Eu e meu pai. Eu culpo meu pai pelo resto da vida. Por causa deles, meu pai não 'se bate bem' comigo. Toda vez que eu vejo meu pai, meu pai me humilha com palavras e eu machuco meu pai, faço meu pai até passar mal, por causa deles. (Jovem 6, feminino, 16 anos).*

Essa situação provoca um determinado descontrole emocional, sendo verificado por alguns termos utilizados pela jovem no trecho acima. As suas ideias refletem uma revolta envolvida apenas de sofrimento causados por tal situação, não demonstrando um discurso que possa levar a uma iniciativa de mudança, de emancipação.

Desse modo, é interessante destacar a importância de uma maior articulação da intervenção realizada pela Vara da Infância e Juventude com as instituições de acolhimento e com as organizações de serviços sociais, o que muitas vezes é dificultada pelas precárias condições dos recursos humanos e materiais, em termos quantitativos, o que favorecem para que, muitas vezes, não se concretize uma ação mais eficaz na direção do apoio emocional e socioeconômico do qual essas famílias, esses pais e mães jovens necessitam.

## 5.2 DA PRECARIÉDADE A AUSÊNCIA: O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL SOB A ÓTICA DOS TÉCNICOS ENTREVISTADOS

O campo sociojurídico, segundo Fávero (2013, p.509), é aquele que reúne o “conjunto de áreas em que a ação do Serviço Social articula-se a ações de natureza

jurídica, como o sistema judiciário, o sistema penitenciário, o sistema de segurança, os sistemas de proteção e acolhimento”.

Segundo Borgianni (2013, p.423), o espaço sociojurídico é um “lócus” onde os “conflitos se revolvem pela impositividade do Estado”, onde o assistente social tem o desafio de contribuir com o desvelamento do real através de uma rica aproximação “à totalidade dos fatos que formam a tessitura contraditória das relações sociais nessa sociedade”. Assim,

a partir das expressões cotidianas mais singulares e aparentemente desprovidas de mediações sociais concretas é que os assistentes sociais que atuam nessa área têm de operar e trabalhar para reverter a tendência reprodutora da dominação, da culpabilização dos indivíduos e da vigilância de seus comportamentos (BORGIANNI, 2013, p.423).

A esfera sociojurídica se apresenta de forma diferente ao se comparar com o espaço de execução das políticas sociais. Na área sociojurídica não se trabalha contando com a mediação dos benefícios socioassistenciais. A mediação, no caso da área sociojurídica, passa pelas interpretações que os profissionais fazem da realidade social, dos problemas, situações ou conflitos que estão aguardando uma decisão judicial e não uma decisão política, como no caso, por exemplo, da execução das políticas sociais. Ou seja, quem atua na área sociojurídica está em permanente confronto com “as contradições que surgem ou se renovam reiteradamente a partir das relações tensas entre as determinações próprias da sociedade que é regida pelo capital e o buscar da ‘justiça’” (BORGIANNI, 2013, p.435).

Ao Judiciário, no que se refere ao sistema de proteção a crianças e adolescentes, segundo Fávero (2007), cabe a aplicação da lei, que na situação em estudo é o ECA. Não é de sua natureza ou competência a execução de políticas direcionadas para o enfrentamento da questão social, embora suas práticas estejam voltadas para o controle e regulação de consequências dessa questão que se particulariza na vida das pessoas.

Desse modo, a Justiça da Infância e Juventude, que inicialmente deve intervir na esfera da aplicação da lei para a solução de problemas, conflitos, medidas de proteção e defesa de direitos, passa também a atuar em uma questão que é de ordem social e não apenas relativo a leis, ou seja, a origem de determinadas situações que envolvem a esfera do acolhimento institucional, relacionam-se com as expressões da questão social e a solução não deve passar meramente pela ação

jurídica. São inúmeras situações que tendem a se ampliar diante do aumento do desemprego, da precarização das condições e relações de trabalho, retração de políticas sociais e da progressiva retirada do Estado em sua implementação (FÁVERO, 2007).

A equipe técnica, que geralmente é composta de assistentes sociais e psicólogos, ao atuar junto às Varas da Infância e Juventude se depara com fatos concretos, muitas vezes representando expressões particulares da questão social. No caso do assistente social, segundo Fávero (2007, p.51),

exercendo uma prática – ou um poder- complementar no interior das Varas da Infância e Juventude, [tem] uma intervenção que oscila entre o controle e a resistência, entre a recuperação e o investimento nas práticas que possibilitam dar voz aos sujeitos “objetos de julgamento” (práticas de resistência) e a justificativa para o ato quase sempre controlador e disciplinador da sentença, a qual é prerrogativa intransferível do juiz, o qual, por sua vez (não se pode esquecer), também exerce um poder “natural/ hierárquico” sobre o assistente social e os demais profissionais que atuam nessa instituição.

No que se refere ao atendimento inicial na instituição de acolhimento, assim que a criança ou adolescente chega, a equipe técnica elabora um Plano de Atendimento Individual e Familiar, o PIA, no qual constam objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidos tendo em vista a superação dos motivos que levaram ao afastamento do convívio e o atendimento das necessidades específicas de cada situação. A elaboração deste Plano de Atendimento deve ser realizada em parceria com o Conselho Tutelar e sempre que possível com a equipe interdisciplinar da Justiça da Infância e da Juventude (BRASIL, 2009b).

As ações que as Varas da Infância e Juventude executam estão apoiadas por instrumentos e técnicas de intervenção dos quais o serviço social se utiliza: entrevista, visita domiciliar e observação. Esses instrumentos têm por objetivo recolher dados que serão sistematizados em um relatório para subsidiar a decisão judicial (FÁVERO, 2007).

Assim, são através de entrevistas ou pesquisas, demandadas pelo poder judicial, que o assistente social constrói um saber sobre essas famílias. A falta de uma visão crítica e de totalidade da realidade social que cerca as pessoas, as famílias e as crianças e adolescentes pode fazer com que o profissional possa depositar nestes, visões culpabilizadoras ou criminalizantes, arrancando-os do contexto social, podendo reiterar práticas violadoras de direitos. Por outro lado, o profissional pode

contribuir para levar percepções aos processos judiciais que desvelam as expressões da questão social, entendendo os sujeitos envolvidos como portadores de direitos (CFESS, 2014).

Fávero (2013), detalhando as principais atribuições do judiciário no que tange ao trabalho dos assistentes sociais, diz que a eles competem:

conhecer os sujeitos que procuram ou são encaminhados a essa instituição, em especial nas áreas da infância, juventude e família – sujeitos que, via de regra, vivem situações de violação de direitos e de conflitos os mais diversos; sistematizar esse conhecimento em informes, relatórios ou laudos, e encaminhar ao magistrado, de maneira a contribuir para que ele forme um “juízo” sobre a atuação e defina a sentença, que poderá vir a ser definitiva na vida de indivíduos e famílias. Sentenças que, desde aquela época e até os dias de hoje, determinam o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, as colocam em outras famílias, garantindo, em tese, sua proteção, aplicam medidas socioeducativas – da advertência à internação-, destituem o poder familiar, definem ou redefinem a guarda dos filhos, dão base em alguns casos, ainda que indiretamente, á responsabilização penal de supostos violadores de direitos de crianças, mulheres, idosos etc. (FÁVERO, 2013, p.512).

Mediante entrevistas com os assistentes sociais nas instituições pesquisadas, constatou-se, conforme suas falas, as seguintes atividades que atuam em consonância com algumas competências elencadas acima:

*O assistente social faz muita busca (ativa) [...] a questão da busca pela família e para trazer a família para mais perto da criança, se tem condições de reintegrar. (TÉCNICO 2).*

*Preenchimento de relatórios, visitas domiciliares, atendimento à família, atendimentos nas visitas monitoradas, tudo que envolve mesmo essa questão de envolvimento da família e o desenvolvimento das crianças. (TÉCNICO 3).*

*Nós fazemos os atendimentos aos familiares, na medida do possível que não são todos que estão autorizados a entrar no espaço, então se a vara autoriza a visita, a gente atende aqui dentro ou realiza as visitas domiciliares. Que aí a gente vai ao ambiente onde a pessoa está e pode ser a residência dele, o local de trabalho, ou em situação de rua que a gente faz uma busca ativa e faz o atendimento na rua [...]. Quando a gente vê uma possibilidade de reintegração, a gente envia relatório para a vara da infância solicitando que haja a visita domiciliar deles à instituição. Quando a gente não vê essa possibilidade, não tem como solicitar porque a gente vai criar ou fortalecer um vínculo da criança com a família sendo que a gente não vê possibilidade de inserção. É causar mais sofrimento a essas crianças. (TÉCNICO 4).*

Assim, as atividades descritas pelos técnicos visam reunir elementos que possam contribuir para o conhecimento da realidade dessas famílias e embasar uma possível decisão do judiciário acerca da situação da proteção social de crianças e adolescentes. Numa perspectiva crítica, o estudo que o assistente social realiza não

pode ignorar que a desigualdade e a exploração social que permeiam a realidade social dessas famílias são constitutivas do padrão capitalista que rege a economia e a política do Brasil.

Nesse sentido, Fávero (2007) alerta a importância de o profissional estar atento as mudanças na conjuntura mais ampla e nos rebatimentos dessas transformações na vida das pessoas, evitando julgamentos movidos pelo senso comum, a partir de padrões de família predeterminados, considerados como ideais. Padrões “ditados pelo modelo burguês e introjetados na forma de pensar do profissional” (FÁVERO, 2007, p.49), fazendo-o acreditar que o que considera correto deva ser estendido aos demais. Assim, ainda segundo a autora:

a acentuada demanda existente nas Varas da Infância e Juventude, a premência em proteger uma criança em situação de risco, o pouco investimento em recursos físicos, materiais e humanos por parte da instituição, para viabilizar melhores condições de trabalho nessa área, contribuem para que, muitas vezes, o estudo social seja realizado a partir das primeiras impressões, no imediato, no observável aos olhos dos profissionais, e não com base em uma análise mais rigorosa que, procurando os nexos atrás dos fatos, possibilite trazer à tona aspectos da dimensão histórico social da situação apresentada (FÁVERO, 2007, p.49).

No exercício de sua atividade no judiciário, o profissional encontra situações de violação de direitos expressas por pessoas que vivem em condição de apartação social, como é o caso dos jovens entrevistados, que sofrem violência social e que estão, por vezes, em situações-limite de degradação humana, vivenciando o sofrimento social da ausência de acesso a direitos. Para isso, segundo Fávero (2013), é fundamental imprimir ao trabalho cotidiano a dimensão investigativa crítica, de modo a explicar a realidade social e contribuir com a efetivação de direitos e não a construção de meras provas que sirvam de base para ações de responsabilização na área criminal.

O relatório social, por vezes, concretiza-se num saber que pode contribuir para a definição do futuro de determinadas crianças, adolescentes e também famílias, como pode ser observado no relato de um técnico entrevistado:

*Existe uma jovem que está impedida de fazer visita, porque já foram feitas todas as tentativas de perspectiva de mudança, de inserir no serviço da rede e não aderiu. Continua na permanência do uso de substâncias, então foi feito um impedimento pela Vara de visita. Na verdade, eu enviei um relatório sinalizando essas possibilidades e acataram. Viram que realmente tinha essa possibilidade de impedimento. (TÉCNICO 3).*

É importante lembrar que, segundo Fávero (2013, p.523), esse “poder-saber”, que pode constituir o relatório social, necessita ser “viabilizado na direção da garantia de direitos [...] e não como indicador de ações disciplinares, coercitivas e punitivas”.

Muitas dificuldades foram elencadas pelos profissionais que atuam nas instituições de acolhimento pesquisadas. Alguns técnicos relataram dificuldades objetivas de acesso às famílias das crianças e adolescentes, mesmo daqueles que se encontram em acolhimento provisório:

*Nós temos um caso de uma genitora que tem duas crianças aqui e mora lá em (...) e aí a gente vai, ela não tem telefone, e a gente vai visitar e a casa está fechada ou não atende, enfim, a gente não sabe bem o que se sucede na relação. E Vila Velha tem uma dificuldade grande porque a região, penso eu, talvez a região mais pobre, que é a região V lá de Terra Vermelha, Cidade de Deus, e o CRAS, que é o básico aí da Assistência, está aqui no centro de Vila Velha, funciona ali junto com a secretaria. E aí essas famílias têm muita dificuldade de serem, de fato, assistidas. (TÉCNICO 4).*

*Mãe jovem aqui tem uma só, que nunca ligou, nunca conseguimos localizar. Conseguimos os avós, mas essa menina, acho que tem 16 anos hoje, a gente nunca teve contato com ela. Nunca conseguimos localizar. Não mora com pai, não mora com a mãe, ninguém sabe onde está, às vezes está morando com a irmã, com a amiga...(TÉCNICO 3).*

Essas dificuldades de acesso às famílias, muitas vezes decorre da falta de recursos técnicos, como os mais essenciais para o trabalho de campo, como é o caso de transporte para chegar a essas famílias. A deficiência de recursos técnicos também é constatada em outros relatos, que acabam por desprender forças em outras atividades (mais administrativas) que não são funções específicas deles:

*A gente não consegue elaborar alguns projetos que a gente gostaria, de fato, de colocar em ação. Porque as vezes chega a criança aqui que não tem nome, não chega com documento, então a gente tem que fazer toda essa busca ativa. (TÉCNICO 5).*

*Então, a gente como equipe, muitas vezes vai como cuidadora. Segunda-feira eu levei criança para a unidade de saúde duas vezes. Já levei para dentista, como o cuidador poderia estar fazendo, mas não, eu estou me desdobrando nas tarefas. (TÉCNICO 4).*

Além disso, outras dificuldades elencadas também colocam alguns entraves, dentre eles, a falta da realização de um trabalho interdisciplinar em algumas instituições que, de acordo com Fávero (2013), torna-se fundamental ao trabalho no campo sociojurídico. Essa dificuldade é abordada no relato de um técnico:

*O problema é a equipe técnica né. Muitos serviços nós buscamos no externo. Hoje nosso problema aqui é o atendimento psicológico, e a gente está buscando na rede, então você vê, na rede você tem que levar a história*

*de vida de cada criança, sendo que esse psicólogo não teria esse convívio, que é importantíssimo, observação, até diagnóstico, ajudaria bastante. Então a dificuldade maior é a equipe multidisciplinar. Não basta ter só o olhar social. (TÉCNICO 1).*

Alguns técnicos entrevistados relatam também a deficiência e a não funcionalidade da rede de proteção especial, conforme relatos abaixo:

*Então, às vezes meu questionamento é será que esse indivíduo não quer ou será que essa rede tem falhado em algum momento. Porque quando você busca informação pela rede, a rede desconhece. Você encaminha, você sinaliza, você informa, mas a rede não faz busca ativa. Nem culpa o profissional, às vezes é o sistema de trabalho, as vezes é a falta de subsídio do profissional, a gente está indo atrás, fazendo busca ativa dessas demandas. Aí fica naquela incógnita, o que acontece, o que aconteceu com essa família que você encaminhou tantas e inúmeras vezes. (TÉCNICO 3).*

*Porque a gente está na alta, a gente é alta complexidade. A gente precisa do apoio de toda rede, da média e da básica. Porque só a gente não tem perna. (TÉCNICO 5).*

*É uma família de extrema vulnerabilidade que quer reaver os cuidados, mas que sozinha não vai. Não tem pernas para ir. Precisa desse apoio, precisa de toda rede engajar e ir junto. (TÉCNICO 4).*

Em relação a não funcionalidade da rede é preciso considerar que, de fato, a rede tem suas limitações, a abrangência da rede precisa ser ampliada e o funcionamento dela precisa ser melhorado. Essas famílias, muitas vezes, são aquelas que vivem na precariedade da sobrevivência, são aquelas invisíveis perante as políticas sociais, que habitam a esfera do pauperismo e sozinhas não conseguem sequer buscar acesso a rede de proteção social.

Essa situação das políticas sociais, sobretudo as políticas de assistência, está se agravando no país após a instauração do atual governo. No Governo Temer se vê uma crescente tendência da focalização e desfinanciamento das políticas de seguridade social, que se evidenciaram com maior intensidade na política de assistência social enquanto objeto de ações e programas de combate à pobreza, à moda dos organismos financeiros internacionais (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017).

O governo instaurado após o impeachment de Dilma mostra, através das atitudes adotadas, que a função primordial é promover inúmeras medidas neoliberais radicais de natureza conservadora e reacionária, que inclui um pacote que compromete sobremaneira o sistema protetivo, garantido na Constituição Federal de 1988, entre eles a limitação dos gastos públicos em 20 anos, aprovada na Emenda

Constitucional nº 95/2016, como já discutido anteriormente. Além disso, o governo Temer realiza o desmonte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua transferência para as ações filantrópicas e clientelistas.

Assim, observa-se a resultante desse processo que é a transformação das pessoas em “cidadãos consumidores”, aqueles que serão forçados a “comprar” no mercado os serviços mercantilizados, e em “cidadãos pobres”, aqueles que pela sua condição não têm como pagar os serviços, logo, são “merecedores” da política de assistência social que, por sua lógica focalizada, não atinge a totalidade desses “merecedores”.

Assim, em grande medida, as demandas postas ao Sistema de Justiça precedem de situações sociais que requerem forte empreendimento na proteção social básica, nas condições de saúde, educação, habitação, trabalho e renda. Superar situações de abandono, de violação de direitos, de infração ou de transgressão da lei requer ações articuladas e planejadas entre as duas instâncias de poder (executivo e judiciário) (CFESS, 2014).

Essas situações estão presentes na realidade de muitos jovens e famílias com crianças em acolhimento institucional. Sobre os motivos em que crianças e adolescentes são acolhidos, os técnicos destacam diversos elementos:

*Os motivos são diversificados, mas no geral, em sua maioria, são maus-tratos, violência física, psicológica, negligência. (TÉCNICO 1).*

*Do que a gente acompanha, os maiores motivos é o uso de drogas. Então das crianças que estão lá, a maioria são filhos de usuários de drogas. (TÉCNICO 2).*

*A maioria é dependente químico, então as crianças ficam em risco social. (TÉCNICO 3).*

*Abandono, violência física, negligência, substâncias psicoativas. (TÉCNICO 4).*

Em torno do trabalho profissional realizado na esfera do acolhimento institucional, é fundamental que a pobreza, por exemplo, não seja vista como natural ou que seja moralizada, como se as desigualdades sociais ou as sequelas da questão social que levam pais e, sobretudo, mães a se “desfazerem” de seus filhos fossem de âmbito individual ou privado, sem relação com as esferas política e econômica.

*Recentemente, do final do ano passado para início desse ano de algumas reintegrações que foram feitas e que já visitaram, viram um caso em que a mãe permanece em uso, e a criança toda maltratada. Fizemos visitas logo após as reintegrações, que nós saímos de lá chocadas, falando ‘ai meu*

*Deus porque foram reintegradas'? É triste a gente ter que assumir, mas as vezes estava melhor no abrigo, infelizmente estava, tinha sua alimentação, tinha acesso a educação, tinha acesso a saúde, e todos esses direitos dentro da família estavam sendo violados, continuavam sendo violados, antes e depois. (TÉCNICO 3).*

Muitas vezes o sujeito é penalizado pelas condições de pobreza vivida, retirando-o do contexto sociopolítico que constrói essas contradições. A necessária proteção à criança não pode ocultar o abandono social e emocional a que essas famílias e no caso da presente pesquisa, esses jovens, são submetidos.

O preconceito de alguns profissionais também pode limitar a visão de outras possibilidades para a mãe ou pai, afirmando o que Heller (2008, p.84) destaca quando diz que “o preconceito abstratamente considerado é sempre moralmente negativo, porque todo preconceito impede a autonomia do homem”. Além do preconceito, ideias generalizadas podem interferir nesse processo da busca de autonomia do sujeito:

*Pois é, quando é usuária de droga não tem muita, não tem muita afetividade, a gente não percebe isso. Porque a relação deles de maior apego é a droga, não é o filho. Eles não têm muita afetividade, não demonstram interesse, entendeu? E geralmente quando é muito jovem, é usuário. Quando tem filho muito jovem e está institucionalizado a mãe é usuária, é o que a gente percebe lá na instituição. (TÉCNICO 2).*

Dessa forma, Heller (2008) traz que para se libertar dos preconceitos a primeira condição é reconhecer o que são preconceitos, prenoções, pois este não é formulado explicitamente, é caracterizado pelo não reconhecimento enquanto tal.

O que se percebe, no geral, é que há o entendimento da importância do trabalho com as famílias para superação dos motivos que levaram ao acolhimento, que na concepção dos técnicos são os mais diversificados, tais como: abandono, violência sexual, violência física, negligência, substâncias psicoativas. Porém, apesar disso, ainda há um distanciamento entre a teoria e a prática.

Dentro desse campo de violência social, preconceitos, privações e contradições, quais são as alternativas que cabem a esses jovens, a esses sujeitos? Se o conhecimento das alternativas que lhe cabem e o acesso a direitos são limitados pelas precárias condições socioeconômicas vividas, eles podem ser ainda mais limitados se alguns profissionais ou instituições não estiverem comprometidos na busca pelo acesso à garantia de direitos e atuando com posturas baseadas em convicções cristalizadas.

Assim, o profissional que atua no âmbito do acolhimento institucional, inserido nessa nova ideologia do mercado e ainda por trabalhar no sentido de promover proteção à criança e ao adolescente, precisa atuar sempre em consonância com a garantia dos direitos a essa população que, por vezes, é deixada de lado. É preciso ter em foco que a realidade contraditória vivida é consequência do sistema desigual inerente a sociedade capitalista em que inúmeras pessoas são apartadas das condições mínimas de sobrevivência.

## 6 CONCLUSÕES

No decorrer desta dissertação, pode-se estudar e analisar os diversos aspectos presentes na vida dos jovens pobres que possuem filhos em acolhimento institucional em Vila Velha, sendo estes os sujeitos dessa pesquisa. Esses aspectos, cotidianamente, dificultam a reprodução social individual desses jovens e, assim, de seus filhos também.

Com o desenvolvimento da pesquisa, deparou-se com uma realidade que não havia sido prevista, a priori. Os sujeitos de pesquisa são jovens em vulnerabilidade social e alguns também em vulnerabilidade psicológica. São jovens que não tem endereço fixo, moram sozinhos, foram abandonados pelas famílias, estão cada dia em um lugar diferente, dependendo dos amigos ou vizinhos até para se alimentar.

São jovens que vivenciam a pobreza em todas as esferas de sua vivência. Essa pobreza, como se viu, se configura como “a exclusão do usufruto da riqueza socialmente produzida” (YAZBEK, 2016, p.36), ou seja, uma impossibilidade de ter capacidades básicas para o alcance de determinadas condições mínimas de sobrevivência, o que inclui desde as necessidades mais básicas até as mais complexas, como a participação política, por exemplo.

Na perspectiva marxista, a pobreza é resultado “necessário” do modo de produção capitalista, fundado num sistema social de produção de valores onde o resultado é a acumulação de capital de um lado e a pauperização de outro (MARX, 1968).

É importante salientar que a pauperização não é apenas condição dos desempregados. No atual contexto do estado neoliberal, com a precarização das relações de trabalho e o ataque, no sentido da extinção de alguns direitos trabalhistas, o trabalhador assalariado sofre os efeitos da pauperização, onde atualmente se verificou uma massa de trabalhadores assalariados que vivem em condições de carências de algumas necessidades fundamentais, abaixo do nível mínimo de subsistência.

Esse panorama atinge muitos jovens, conforme apontou Cassab (2001), onde junto àqueles que precisam do apoio da rede de proteção social para sobreviverem, tais como os jovens que vivem em pobreza extrema, estão também os jovens que, apesar de não possuírem essas características, estão fora da escola e do universo

do trabalho, ainda que aptos para eles.

Os sujeitos de pesquisa, os jovens pobres com filhos em acolhimento institucional, vivem em situação de extrema pobreza e seus relatos revelam que essas condições os acompanham desde sua família de origem. Essa pobreza extrema desencadeia outras diversas situações encontradas no universo desses jovens.

São jovens que transitam no universo do pauperismo ou no *lumpemproletariado*, de acordo com o conceito já destacado de Marx. São jovens que para produção e reprodução social, ou seja, para sobreviverem necessitam de ajuda da rede de proteção social e até mesmo da rede de ajuda social, que pode ser composta por vizinhos, amigos ou outros integrantes da rede familiar. Jovens que em virtude de suas condições paupérrimas, sem endereço ou habitação fixa e difícil condição econômica de locomoção, sofrem com o fato de que as políticas de proteção social não os alcançam, passando a se tornar invisíveis perante as políticas sociais.

Essa invisibilidade é notada também quando, através de relatos dos técnicos entrevistados, conforme destacados anteriormente, detectou-se que duas jovens que participaram da pesquisa nunca foram encontradas pelos técnicos das instituições. Isso decorre, muitas vezes, por todas essas dificuldades elencadas, aliadas ao fato de que tanto o assistente social quanto o psicólogo da instituição possuem outras inúmeras atribuições que os absorvem.

Existem também alguns impedimentos de natureza burocrática ou de quantidade insuficiente de recursos técnicos para realizar todas as atividades que seriam desejáveis.

Os sujeitos foram encontrados para esta pesquisa mediante um processo de investigação, de esforço para se conseguir contato com um parente próximo, para a partir deste se chegar ao jovem. Esse processo foi o que permitiu descobrir o paradeiro dos jovens que ainda não haviam sido encontrados pelos técnicos das instituições.

Assim, alguns dados de realidade só foram possíveis de serem detectados após as entrevistas. Como a realidade encontrada se mostrava mais precária que se previa, não foi possível detectar nesses sujeitos, por exemplo, aspectos relacionados às visões de mundo com conotação política mais clara. O instrumento de coleta de dados utilizado, ou seja, a entrevista semiestruturada, tornou-se propícia para

estabelecer um clima de confiança e interação que possibilitasse conversar sobre percepções ideológicas. Por mais que se tenha tentado abordar alguns aspectos relacionados à política, não se obteve resultados, pois os sujeitos de pesquisa não demonstravam dominar conteúdo político na expressão de ideias, a não ser de conformismo ou de revolta, não caracterizando uma expressão politizada ou ideologizada, permanecendo apenas no nível do sentimento e do sofrimento.

Em relação às drogas, conforme destacado pelos técnicos, de forma geral, ela está presente na vida dos jovens pesquisados, porém, percebeu-se que esse uso de drogas se caracteriza como uma consequência de suas condições de vida. Este uso traz também outros prejuízos às suas vidas, diminuindo ainda mais as possibilidades do retorno de seus filhos ao convívio familiar. As condições de vida dos jovens entrevistados são agravadas pelo fato de que esses jovens estão alheios à existência de políticas sociais relacionadas ao uso de drogas.

Foi possível observar ainda que, além de toda a situação econômica e social vivida, dois desses jovens entrevistados tinham também suas condições de saúde mental comprometidas, fato destacado por um desses jovens através de seu relato.

Sem uma devida aproximação à realidade, uma análise crítica fica comprometida, podendo haver, inclusive, uma generalização discriminizadora da pobreza, além da culpabilização individual do pobre pela sua condição de vida. Sem o conhecimento da realidade dos sujeitos, podem ocorrer julgamentos movidos pelo senso comum. E sem uma análise ampla que considere o seu contexto social, pode-se reiterar práticas violadoras de direitos.

Segundo Fávero (2013), é importante imprimir ao trabalho profissional a dimensão investigativa crítica, efetivando o processo de conhecimento da demanda a partir da qual a intervenção é desencadeada. Ao comportar essa dimensão investigativa, tem-se uma produção do conhecimento acerca dos sujeitos, o que favorece o entendimento da realidade, contribuindo para a efetivação dos direitos. Sem essa dimensão, o trabalho fica restrito a uma mera construção de provas para uma possível responsabilização criminal ou criminalização da pobreza.

Além disso, também se verificou que com exíguas condições econômicas para sobreviver e parco desenvolvimento intelectual, que é dificultado pela precariedade de acesso e permanência no sistema educacional proposto pelo próprio estado

neoliberal, agravado pelas poucas condições de reverter a situação precária em que vivem, alguns jovens entrevistados acabam por naturalizar sua condição de vida.

Sem a consciência de suas reais condições de vida, a consciência de classe não se efetiva e a luta para transformar a realidade contraditória e difícil em que vivem se torna cada vez mais distante de se concretizar. E sem uma perspectiva de classe, esses sujeitos tendem a se integrar ao conservadorismo. De acordo com a fala de alguns jovens, percebeu-se que a precariedade existencial, numa perspectiva marxista, impede-os de serem sujeitos de uma ação consciente.

Para mudar essa realidade, necessita-se do envolvimento de diversos setores e de diversas políticas sociais. O problema reside no fato de que o sistema capitalista é excludente por razões próprias de sua natureza e finalidade.

Acredita-se que um caminho inicial seja uma articulação efetiva da rede de proteção junto a esses jovens e a essas famílias, o que, na atual realidade e mediante entrevistas com os profissionais da equipe técnica das instituições, que integram o sistema de garantias, verificou-se que funciona de forma ineficaz e desarticulada.

Além disso, acredita-se que pesquisas que desvelem realidades como essas são fundamentais para se pensar alternativas que possam mudar ou fazer uma frente de resistência a esse modo tão desigual de acumulação de capital e a esse Estado com sua política econômica tão excludente.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane. R; ESTEVES, Luiz C. G. (Org). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. V.27. Brasília: MEC, UNESCO, 2007. p. 19-54.

ALMEIDA, Elmir de; SOUTO, Anna Luiza Salles. **Jovens**: Políticas Públicas – Mercado de trabalho. São Paulo: Polis, 2000.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Ensaio de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. O que é o precariado? **Boitempo**, 22/07/2013a. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>> Acesso em: 03 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil. **Boitempo**, 02/12/2013b. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>> Acesso em: 07 jul.2017

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: CFESS (org.). **Seminário Nacional – O Trabalho do Assistente Social no SUAS**. Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2006.

BORGIANI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Serviço Social e Sociedade**, n.115, p.407-442, jul./set. 2013.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Fim do século, 1984. p.151-162.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.069/90**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 1990.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Brasília: Diário Oficial da União, 2016.

CARDOSO, Franci Gomes. Classes Sociais e construção da hegemonia das classes subalternas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, XVIII, 2017, São Luís. **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2017.

CARRANO, Paulo. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: FREITAS, Maria. Virgínia.; PAPA, Fernanda de C. (Orgs.). **Juventude em pauta: Políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011. p.235-249.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n.130, p.447-466, set./dez. 2017

CFESS. **Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão**. Brasília: CFESS, 2014.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventud**. Ano 9, v.22, p.338-355, 2005.

CORROCHANO, Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil In: FREITAS, Maria Virgínia.; PAPA, Fernanda de

C. (Orgs.). **Juventude em pauta**: Políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011. p.45-72.

COSTA, Marta Nunes da. O que Marx nos pode ensinar sobre a nova “classe perigosa” - crítica, neoliberalismo e o futuro da emancipação humana. **Novos Estudos CEBRAP**, v.101, p.97-114, Jan/Mar. 2015.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. **Psicologia: ciência e profissão**, v.13, n.1, Mar. 2003.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p.40-52, 2003.

DAYRELL, Juarez Tarcisio; GOMES, Nilma Limo. A Juventude no Brasil: questões e desafios. In: MATOS, Marlise; GOMES, Nilma Lino; DAYRELL, Juarez (Orgs.). **Cidadania e a Luta por Direitos Humanos, Sociais, Econômicos, Culturais e Ambientais**. V.5. Belo Horizonte: DCP/FAFICH/UFMG, 2002. p.89-113.

ESTANQUE, Elísio. **Entre a Fábrica e a Comunidade**: Subjetividades e práticas de classe no operariado do calçado. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

EUSÉBIO FILHO, Antonio. **Sujeito e consciência**: entre a alienação e a emancipação. 2010. 382f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Questão Social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social no Judiciário: construções e desafios com base na realidade paulistana. **Serviço Social e Sociedade**, n.115, p.508-526, jul./set. 2013.

FÁVERO, Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras (Orgs.). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados**: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

FREITAS, Maria Virgínia. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Sociabilidade e Subjetividade: aproximações para o Serviço Social. **Textos & Contextos**, v.12, n.2, p.312-324 jul./dez. 2013.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. et al. (Coord.). **Percepção dos jovens de São Pedro sobre condições de vida e violência**. Relatório de Pesquisa. Vitória: EMESCAM/FACITEC, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROPPO, Luiz Antônio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última década**, v.18, n.33, p.11-26, 2010.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HELMER, Fabrícia Pavesi; GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Prestação de serviços socioassistenciais para jovens. **O Social em Questão**, Ano XIX, n.36, p.39-54, Ago/Dez. 2016a.

HELMER, Fabrícia Pavesi; GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Violência e condições de vida de jovens pobres. In: MACHADO, Otávio Luiz (Org.). **Juventudes e sociedade no Brasil: estudos transdisciplinares**. V.3. Frutal: Editora Prospectiva, 2016b

HELMER, Fabrícia Pavesi; GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Jovens Pobres: desafios e superações. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: desafios contemporâneos, III SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS e II CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL, 2017, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2017.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

\_\_\_\_\_. Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. **Perspectiva**, v.31, n.1, p.67-83, jan./abr. 2013

IBGE. **Censo Demográfico- 2010**. Brasília: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Indicadores Sociais**. Brasília: IBGE, 2016.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p.9-18.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Org). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1988.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.63, p.49-57, 2011.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La Juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblios, 1996.

MARTINS, Jose de Souza. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **O massacre dos inocentes**. A criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**, n.10, p.1-8, mai. 1998

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I, vol. I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 1991.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MELIM, Juliana Iglesias. A trajetória da proteção social brasileira à infância e à adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas. **Serviço Social & Saúde**, v.11, n.2, p.167-184 jul./dez. 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **O mito da Assistência Social**: ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista Em Pauta**, n.19, p.135-170, 2007.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Revista Argumentum**, v.4, n.1, p.202-222, jan./jun. 2012.

NOVAES, Regina R. Políticas de juventude no Brasil: Continuidades e rupturas. In: FÁVERO, Osmar et al. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2007. p.253-281.

OLIVEIRA, Rita de Cássia (Coord.). **Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo**: construção da política interinstitucional de defesa dos direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo/Secretaria Municipal de Assistência Social. São Paulo: SAS, 2004.

OLIVEIRA, Luciana da Silva; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Juventude, Vulnerabilidades e Políticas Públicas. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, v.5, n.19, p.151-163, jan./jun. 2012.

OXFAM. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. **OXFAM**, 2017. Disponível em <<https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo: Cortez, 1997.

PIMENTEL, Edilene. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, v.11, n.1, p.116 - 128, jan./jul. 2012.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

RIBEIRO, Eliane. Políticas Públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas. In: FREITAS, Maria. Virgínia.; PAPA, Fernanda de C. (Orgs.). **Juventude em pauta**: Políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011. p.25-44.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: raízes históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, Amais livraria e editora, 1997.

SILVA, Ademir. **Gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, luta de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, v.12, p.41-49 jan./jun. 2009.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço social**: Diferentes Concepções e Compromissos Políticos. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, Davisson de. A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. **Caderno Cemarx**, n.2, p.114-119. 2005.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Lukács, Mészáros e a atualidade da noção de ideologia. **Lutas Sociais**, v.21, p.40-50, 2017.

SPOSATI, Adailza (coord). **Mapa da exclusão/inclusão na cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.

SPOSATI, Adailza. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p.16-39, 2003.

TELLES, Vera da Silva. **A Cidadania Inexistente**: Incivilidade e Pobreza. 1992. 334f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. Pobreza e Cidadania. Dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, n.19, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória**  
**Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**

Jovens (mãe, pai ou familiar responsável).

Identificação do Jovem:

- 1- Qual sua idade?
- 2- Qual o grau de parentesco com a criança/adolescente?
- 3- Quantos filhos possui?
- 4- Com qual idade foi mãe/pai pela primeira vez? Em caso de familiar responsável, a partir de quando ficou responsável pela criança/adolescente?
- 5- Quantos filhos possui em acolhimento institucional?
- 6- Está trabalhando? Qual a função? Se não está trabalhando, como obtém a renda para sobrevivência?
- 7- Qual é a sua escolaridade?
- 8- Participa de algum programa social ou recebe benefício do governo?
- 9- Por qual motivo seu(s) filho(s) está (ão) em acolhimento institucional?
- 10- O que você acha do acolhimento institucional?
- 11- Como você imaginava sua vida e como ela é?
- 12- Qual seu sonho/desejo?
- 13- Quais suas maiores dificuldades na criação e educação de seus filhos?
- 14- O que você acha que precisaria para que seu (s) filho(s) pudesse(m) sair da instituição de acolhimento e voltar para casa?
- 15- Você quer que seu(s) filho(s) volte(m) para casa? Por quê?

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória**  
**Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**

Equipe Técnica

### Identificação

- 1- Qual sua função?
- 2- Há quanto tempo está trabalhando na instituição?
- 3- A instituição em que atua atende a quantas crianças/adolescentes?
- 4- Quais atividades e programas são desenvolvidos pela instituição?
- 5- Quais os maiores motivos, na sua opinião, pelos quais crianças/adolescentes são acolhidos nas instituições de acolhimento?
- 6- Como você verifica a relação das famílias com crianças/adolescentes que estão acolhidos na instituição que atua?
- 7- E no caso de mãe, pai ou responsável Jovem (15 a 29 anos), como você verifica a relação deles com crianças/adolescentes que estão acolhidos na instituição que atua?
- 8- Como a instituição contribui para manter o convívio da família com a criança e/ou adolescente?
- 9- Quais as maiores dificuldades que você encontra no cumprimento de suas atividades na instituição de acolhimento?
- 10- O que você acha que poderia contribuir ou favorecer para que crianças/adolescentes acolhidos pudessem voltar para casa?

## APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



### Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local

Declaro, por meio deste termo, que concordo em ser entrevistado (a) e participar da pesquisa intitulada **“Juventude e pobreza: um estudo sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes”**, que faz parte da Dissertação do Programa de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, desenvolvida pela pesquisadora, mestranda e assistente social, Fabrícia Pavesi Helmer e orientada pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Raquel de Matos Lopes Gentili. Fui informado (a) que este estudo tem como objetivo geral estudar o perfil de jovens que possuem filhos em acolhimento institucional no município de Vila Velha, onde acolhimento é provisório e o vínculo com a família é mantido, considerando suas condições de vida (aspectos econômicos e sociais) e suas visões ideológicas de mundo sobre a realidade social em que vivem. Tem como objetivos específicos: a) analisar as visões ideológicas de mundo destes jovens: opiniões e ideias sobre a realidade vivida; b) compreender a visão desses jovens (mãe, pai ou familiar responsável) sobre a situação dos filhos em acolhimento institucional; c) conhecer, da perspectiva profissional, os motivos do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Vila Velha. Terá como estratégia de coletas de dados, a realização de entrevistas gravadas, com apoio de um roteiro, em local e horário combinado, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Fui esclarecido (a) de que minha colaboração será feita de forma confidencial e privativa por meio de uma entrevista, que será gravada, transcrita e analisada pela pesquisadora, que se deslocará até o local agendado para realização da entrevista. Apenas a orientadora e a pesquisadora terão acesso às minhas informações e as mesmas ficarão sob a guarda da última após a defesa da dissertação, quando então serão descartadas de maneira adequada. Fui comunicado (a) que, ao participar desta pesquisa, não terei nenhum benefício direto e aceitei participar espontaneamente, sem receber qualquer incentivo ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Estou ciente que a pesquisa pode ocasionar riscos mínimos, controlados com a observância às normas preconizadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisas em Seres Humanos, que serão atenuados com a garantia de princípios éticos como o sigilo, a privacidade e o anonimato dos participantes da pesquisa. Fui informado (a) que posso me retirar da pesquisa e também me recusar a dar alguma informação, a qualquer momento, sem prejuízo nenhum.

Concordo com a divulgação dos resultados obtidos, respeitando os preceitos éticos. Fui informado (a), que poderei solicitar esclarecimentos à pesquisadora Fabrícia Pavesi Helmer no endereço: Rodovia do Sol, nº 190, Praia de Itaparica, Vila Velha, Espírito Santo, pelo telefone (27) 98812-4679 ou pelo e-mail: fabriciahelmer2@hotmail.com, ou à orientadora pesquisadora Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Raquel de Matos Lopes Gentili, no e-mail: raquel.gentili@emescam.br ou por telefone: 98826-

2909, ou ainda, se houver qualquer dúvida sobre a ética da pesquisa, poderei procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa da EMESCAM (CEP/EMESCAM), situado no prédio central da instituição, na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 2190, Santa Luíza, Vitória-ES (no horário de funcionamento de 07h às 17h de segunda a sexta-feira) ou no telefone: (27) 3334-3586, ou ainda no e-mail comite.etica@emescam.br.

Informo que, após a pesquisadora ter lido e me explicado o conteúdo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), não tenho nenhuma dúvida e me encontro em condições de assinar as duas vias, junto com a pesquisadora, sendo que uma via ficará comigo e outra com a pesquisadora.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora  
Fabrícia Pavesi Helmer

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Participante  
Nome:

## APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)



**Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória**  
**Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **“Juventude e pobreza: um estudo sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes”**. A pesquisa faz parte da Dissertação do Programa de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, desenvolvida pela pesquisadora, mestrande e assistente social, Fabrícia Pavesi Helmer e orientada pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Raquel de Matos Lopes Gentili. Os responsáveis por você já permitiram a sua participação, caso você também concorde em participar do estudo. Queremos estudar o perfil de jovens que possuem filhos em acolhimento institucional no município de Vila Velha, onde acolhimento é provisório (pouco tempo) e a relação com a família é mantida. Você não é obrigado a participar deste trabalho se não quiser. Também não terá nenhum problema se desistir a qualquer momento. Tudo que você declarar será mantido em sigilo (segredo) entre o pesquisador e você, e não será identificado seu nome. A entrevista será realizada em uma sala reservada, só você e o pesquisador, e ninguém saberá o que vocês conversaram. A pesquisa pode ocasionar riscos mínimos, mas isso é controlado de acordo com algumas normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisas em Seres Humanos. Não falaremos nada a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as pessoas que dela participaram, e podem colaborar com a melhoria dos serviços prestados no local onde você mora atualmente.

Caso aconteça algo errado ou você tenha alguma dúvida, pode nos procurar pelo telefone **98812-4679** e e-mail **fabriciahelmer2@hotmail.com** de Fabrícia Helmer, a pesquisadora responsável, e no Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM (CEP/EMESCAM), no telefone: (27) 3334-3586, situado à Av. Nossa Senhora da Penha, 2190, Santa Luíza, Vitória-ES, que aprovou esta pesquisa.

### ASSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa **“Juventude e pobreza: um estudo sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes”**. Declaro que entendi todas as informações sobre este trabalho. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir, e que ninguém vai ficar chateado comigo e que não sofrerei qualquer penalidade por isso. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e

conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma das duas vias deste termo de assentimento, que li e concordei em participar.

Vila Velha, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do pesquisador